

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 51 | Aracaju-SE | 2021



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:
Dossiê Espaço Urbano

VOLUME 2:
Dossiê Culturas Populares

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 51. v. 1 | Aracaju-SE | 2021



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:
Dossiê Espaço Urbano

Editores

Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)
José Vieira Cruz (UFS/IHGSE)
Cristiano Ferronato (UNIT/IHGSE)

Conselho Editorial

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/IHGSE)
Giliard da Silva Prado (UFU/IHGSE)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)
Josefa Eliana Souza (UFS/IHGSE)
Lourival Santana Santos (UFS/IHGSE)
Maria Neide Sobral (UFS/IHGSE)
Samuel Albuquerque (UFS/IHGSE)
Terezinha Alves Oliva (UFS/IHGSE)
Vera Lúcia Alves França (UFS/IHGSE)
Wagner Gonzaga Lemos (IFPE/IHGSE)

Conselho Consultivo

Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)
Beatriz Góis Dantas (UFS)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Líliã Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPel)
Luiz Alberto Romero (Universidad San Martin, Argentina)
Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Projeto Gráfico | Capa |

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natá Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Diagramação

Adilma Menezes

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 51

VOLUME 1:

Dossiê: Espaço Urbano

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2021

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus - CRB5/1701

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
Vol. 1. n. 50 (2021) - Aracaju, SE: O Instituto, 1913-

Anual

Dossiê: Espaço Urbano

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. Sergipe. 2. História. 3. Geografia. 4. Urbanismo

I. Título II. Assunto III. IHGSE

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. Edson Ulisses de Melo

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeiro Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Segundo- Vice-Presidente
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Secretário-Geral
Jose Rivadálvio Lima

Primeiro- Secretário
Adriano Torres de Azevedo

Segundo Secretário
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

Oradora
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro- Tesoureiro
Ancelmo de Oliveira

Segundo- Tesoureiro
Paulo Amado Oliveira

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosângela Soares de Jesus

Diretor do Museu e da Pinacoteca
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima (Pesquisador)
Josué Modesto dos Passos Sobrinho
(Secretário de Estado da Educação de SE)

Sócios Beneméritos
Antônio Carlos Valadares
(Ex-Governador de Sergipe)

João Alves Filho
(Ex-Governador) Falecido

João Gomes Cardoso Barreto
(Ex-Secretário de Educação de Sergipe) Falecido

José Carlos Mesquita Teixeira
(Ex- vice- Governador) Falecido

Luiz Eduardo de Magalhães
(Ex-vice Presidente da ACESE) Falecido

Maria do Carmo Nascimento Alves
(Senadora)

Itamar Freitas de Oliveira
(Professor)

Verônica Maria Menezes Nunes
(Professora)

Gilton Feitosa Conceição
(Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe)

José de Oliveira Junior
(Conselheiro da AGRASE)

Francisco Guimarães Rollemberg
(Ex-senador)

Sócios Efetivos

Adailton dos Santos Andrade
Adriano Torres de Azevedo
Afonso Barbosa de Souza
Aglaré d'Ávila Fontes
Albano do Prado Pimentel Franco
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Andréa Torres de Azevedo
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Fernando de Araujo Sá
Antônio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Souza
Antônio Porfirio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Carlos Pina de Assis
Claudefranklin Monteiro Santos
Claudiomiro Alves Rocha
Clea Maria Brandão de Santana
Cleber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Antônio Seabra
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fabrícia de Oliveira Santos
Fernando Jose Ferreira Aguiar
Francisco Jose Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Irineu Silva Fontes Júnior
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jean Marcel d'Ávila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Eduardo de Santana Macedo
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Vieira da Cruz
Josefa Eliane Souza

Juvenal Francisco da Rocha Neto
José Iran Barbosa
Jodoval Luiz dos Santos
José Rivadálvio Lima
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderley
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Eduardo Alves de Oliva
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiza Maria da Costa Nascimento
Marcelo da Silva Ribeiro
Márcio Carvalho da Silva
Marcos Antônio Almeida Santos
Marcos Antônio de Melo
Maria Socorro Soares dos Santos
Maria Izabel Carregosa de Carvalho Vieira
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Manoel Alves de Souza
Natalia Amado
Neuza Maria Góis Ribeiro
Patrícia Verônica Sobral Carvalho de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Renata Ferreira Costa Bonifácio
Rômulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Sandra Maria Natividade
Saumineo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Aparecida Bari
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderfranklin Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

Quadro de Funcionário

José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)

Estágio Remunerado:

Glauco Ferreira Gomes (História)
Josieli Santos Oliveira (Administração)
Júlio Cezar dos Santos Barbosa (Biblioteconomia)
Milena Rocha da Conceição (História)

Estágio Curricular Supervisionado:

Daniel Porciuncula dos Santos Pereira (Biblioteconomia)
Franklin Gabriel Souza dos Anjos (Biblioteconomia)
Kende dos Santos Duarte (Biblioteconomia)
Luane Messias da Costa (Biblioteconomia)
Rayssa Maria Souza Santos (Biblioteconomia)

Sumário

Editorial

Volume 1

Dossiê: Faces do Espaço Urbano à Luz da História, da Geografia e do Urbanismo

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

DOSSIÊ

Olhai, olhai para as ruas desta cidade:
os discursos médicos na produção
do Recife enquanto espaço urbano
insalubre (1831-1845)

Origens da urbanização de Aracaju no
Atlas do Império de 1868

A cidade republicana nas atas da
Câmara Municipal de Mariana de 1889
a 1930

11 *Tereza Cristina Cerqueira da Graça
José Vieira Cruz
Cristiano Ferronato*

13 *Vera Lúcia Alves França*

19 *Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior
Suely Cristina Albuquerque de Lima*

49 *Amâncio Cardoso Neto*

65 *Flávia Caroline Fidellis da Cruz
Carla Aparecida Nunes*

A Trajetória do Desenho Urbano de
Aracaju: uma leitura cartográfica

95 *Fernanda Monteiro*
José Wellington Carvalho Vilar

Territórios de segregação
socioespacial na Região Metropolitana
de Aracaju (RMA): Estado e políticas
de habitação

121 *Mário Jorge S. Santos*
Ana Rocha dos Santos

Que cidade estamos desenhando no
século XXI? Reestruturação urbana e
contradições sociais em Aracaju-SE

155 *Sarah Lúcia Alves França*
Catharina Nunes Cruz
Viviane Luise de Jesus Almeida

SEÇÃO LIVRE

Das Disposições Legais: uma breve
análise das leis educacionais do
Império (1827-1854) – 59.405c

185 *Gleidson Santos da Silva*

SEÇÃO IHGSE

Discurso comemorativo aos 30 anos
de promulgação da Constituição do
Estado de Sergipe

217 *Igor Leonardo Moraes Albuquerque*

VII CONGRESSOS DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS DO NORDESTE
Documento final

223

HOMENAGEM PÓSTUMA
Homenagem à memória de quem
cuidou da nossa memória

233 *Terezinha Alves Oliva*

Editorial

Este ano de 2021, continuamos vivenciando a pandemia do Coronavírus. Mas agora, com o uso de máscaras, vacinas e avanços nas pesquisas, a esperança de superação desta crise sanitária tem se fortalecido. Neste contexto, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, além dos poucos recursos, tem enfrentado dificuldades para adaptar-se as recomendações emitidas pelas autoridades de saúde – distanciamento social, uso de álcool em gel e de máscaras. Não obstante este cotidiano, o sodalício continua servindo à coletividade, especialmente àqueles que acessam nosso acervo para seus estudos, pesquisas e conhecimento.

A Revista do IHGSE, por sua vez, desde sempre, tem sido um importante repositório de fontes, publicações e notícias a respeito dos estudos e pesquisas locais, nacionais e estrangeiros. Este foral, nos últimos anos, também conquistou a avaliação *Qualis A* por parte da CAPES, figurando no salão de entrada das publicações de instituições congêneres. Sem perder de vista a qualidade conquistada, ela, através de seu conselho editorial, tem promovido mudanças. A atual edição ganhou uma nova equipe editorial, recompôs seu Conselho Editorial e, embora mantenha o *design* gráfico anterior, diminuiu o tamanho físico para ajustes de custos. Inaugurando atual fase editorial, dois temas importantes, mas até então esparsos e/ou pouco recorrentes na trajetória histórica da Revista vieram a lume: “FACES DO ESPAÇO URBANO À LUZ DA HISTÓRIA, GEOGRAFIA E DO URBANISMO”, no número 51, volume 1 (2021), e “CULTURAS POPULARES: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES CULTURAIS, DINÂMICAS E PLURALIDADES”, no volume 2 (2021). Acrescidos, conforme normativo de natureza institucional, de informes, discursos, obituários, balanços de gestão e outros textos.



Neste primeiro volume, o espaço urbano ganha um dossiê específico pela primeira vez. Na primeira edição da Revista, em 1913, o pesquisador Elias Montalvão publicou um texto em que discute os limites do Estado; um tema que aparece em números subsequentes pela lavra de outros autores. Nos anos de 1925, 1926 e 1942; os rios Sergipe e Real também tem estudos e documentos publicados no periódico, com Elias Montalvão, Clodomir Silva e Felte Bezerra. Felte, professor catedrático de Geografia do Colégio Estadual de Sergipe (atual Atheneu Sergipense) publica os textos “Fronteiras” e “Conceituação da Geografia Humana” nas edições de 1948 e 1955, respectivamente. Em 1978, a geografia retorna as páginas da revista com o texto “A Sequência das Chuvas” de Emmanuel Franco, professor de Biogeografia da Universidade Federal de Sergipe.

Na década de 1980, os temas da citricultura e do cooperativismo no campo figuram no periódico pelos escritos da professora e geógrafa Adelci Figueiredo, nas edições de 1982 e 1987. Somente vinte anos depois, já no século XXI, os temas da seca no Nordeste, da economia sergipana, políticas de habitação, ordenação de espaço urbano, entre outros, aparecem dispersos em diversas edições da Revista do IHGSE.

Aprovado em reunião do Conselho Editorial, por propositura da Professora Dra. Vera Alves França, o tema do Espaço Urbano à luz da Geografia, da História e do Urbanismo denomina o dossiê deste volume. A mobilização resultou em mais de uma dezena de artigos submetidos à apreciação de avaliadores. Desses, seis integram essa publicação, trazendo ao leitor temas de grande atualidade e interesse: as origens e a produção dos espaços urbanos, com suas contradições e resultados, quase sempre voltados para a segregação territorial. Em torno dessa discussão estão presentes textos relativos às cidades de Mariana em Minas Gerais, Recife no Estado de Pernambuco e de Aracaju em Sergipe.

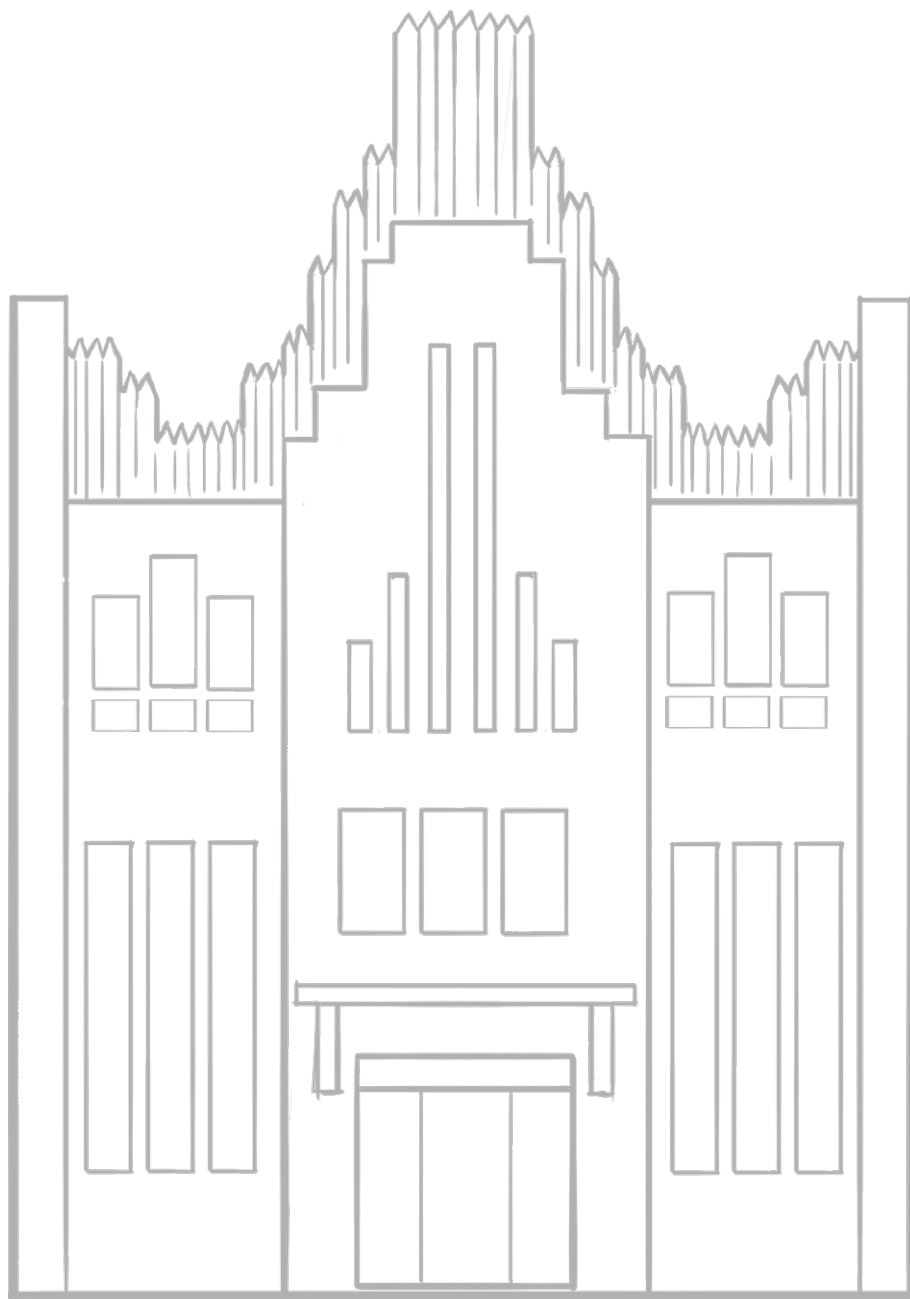
Um texto sobre as leis educacionais do Império integra a Seção Livre. Na Seção IHGSE, textos homenageando sócios falecidos nos anos de 2020 e 2021; por fim, a diretoria apresenta um balanço das ações do quadriênio.

A todos uma ótima leitura!

Os Editores

N^o 51 / Volume 1

Dossiê Espaço Urbano



Apresentação: Dossiê: Faces do Espaço Urbano à Luz da História, da Geografia e do Urbanismo

Uma das marcas do século XX foi a intensa urbanização que se verificou em todo o mundo e, de forma especial, na América Latina a partir do período pós Segunda Guerra Mundial. No Brasil, esse fenômeno começou a se destacar nos anos de 1930, entretanto, foi a partir dos anos 1960 que se acentuou, ocorrendo em todo o território nacional com intensidades diferenciadas a partir das peculiaridades regionais e locais.

De forma desordenada, esse crescimento tem acarretado problemas que afligem a população, especialmente aquela mais carente, desencadeando uma diversidade de processos como segregação, periferização, metropolização, entre outros. Grandes aglomerações urbanas resultam na existência de metrópoles e cidades de porte médio que se caracterizam pela fragilidade da infraestrutura urbana, pela carência de serviços públicos e com intensa desigualdade social.

Em decorrência disso, o fenômeno da urbanização passou a ser tema de interesse de estudiosos e pesquisadores dos diversos ramos das Ciências Sociais, a exemplo da História, da Geografia, da Sociologia. Incontáveis trabalhos vêm sendo produzidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que se debruçam sobre o problema, procurando desvelar os processos pelos quais as cidades estão sendo submetidas.

A proposta desse dossiê vem nessa direção. Está composto por seis estudos que tratam de questões urbanas do passado e da contemporaneidade, se constituindo numa contribuição para o conhecimento de problemas das cidades, especificamente no Recife (PE), em Mariana (MG) e em Aracaju (SE).



Olhai para as ruas desta cidade: os discursos médicos na produção do Recife enquanto espaço urbano insalubre (1835-1845), da autoria de Ana Lucia do N. Oliveira e Jonas Clerisson Pereira, trata das condições urbanas da cidade do Recife na primeira metade do século XIX. A análise é feita a partir do discurso médico, relatando as precárias condições sanitárias da cidade, destacando o higienismo como possibilidade para melhorá-las.

Flávia Fidelis, no artigo intitulado *A cidade republicana nas Atas da Câmara Municipal de Mariana de 1889 a 1930: Entre o núcleo urbano colonial e as visões do moderno*, apresenta como os principais elementos da modernização de Mariana (MG) eram discutidos na Câmara Municipal. A principal fonte documental são as atas das reuniões, nas quais foi possível constatar os anseios das elites locais e da população; apresenta também uma breve discussão sobre a formação da cidade, revisando estudos anteriores, além de destacar os conflitos decorrentes de posições conservadoras que interceptaram o avanço das ideias e propostas modernistas para a economia e para o espaço urbano local.

Amâncio Cardoso Neto, no seu artigo *Origens da Urbanização de Aracaju no Atlas do Império de 1868*, recupera informações de um importante estudo realizado no século XIX que traz um dos primeiros mapas da cidade nascente: a planta original elaborada por Sebastião Basílio Pirro. A descrição minuciosa dos espaços ocupados e dos equipamentos existentes à época propiciam um maior conhecimento das origens da urbanização da capital sergipana.

O artigo *A Trajetória do Desenho Urbano de Aracaju: Uma Leitura Cartográfica*, da autoria de Fernanda Monteiro e José Wellington Carvalho Vilar, traz a constatação, a partir de uma acurada revisão bibliográfica, que “a trajetória urbana de Aracaju está marcada por diferenciações sócioespaciais e pelas fragmentações territoriais”. A partir da Cartografia, os autores propiciam o conhecimento de toda a trajetória urbana da cidade, de forma sintética e bem didática.

Sarah Lucia Alves França, Catarina Nunes Cruz e Viviane de Jesus Almeida trazem, no artigo *Que Cidade Estamos Desenhando no Século XXI: Reestruturação Urbana e Contradições Sociais em Araca-*



ju, uma preocupação com a contemporaneidade e o futuro da cidade, em decorrência das novas formas de uso do solo, com predomínio da verticalização e da construção de condomínios fechados. As autoras destacam as intervenções do Estado, através das políticas de habitação e das obras de infraestrutura, além das ações do mercado imobiliário voltadas para as classes de renda mais elevada.

A última contribuição da autoria de Mário Jorge S. Santos e Ana Rocha dos Santos tem como temática: *Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju*. O estudo define nove territórios de segregação sócioespaciais dispersos pelos diferentes municípios que integram a Região Metropolitana de Aracaju, destacando o papel do Estado com suas políticas de habitação que contribuem para a formação de espaços segregados; evidenciam também as fragilidades e carências de serviços e de infraestrutura que resultam em precárias condições de vida da população.

Que este dossiê seja o primeiro de uma série que contemple as questões urbanas, tão intensamente presentes na vida das sociedades contemporâneas e tão carentes de explicações. Boa leitura.

Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França

Organizadora





DOSSIÊ

Espaço Urbano

“Olhai para as ruas desta cidade”: os discursos médicos na produção do Recife enquanto um espaço urbano insalubre (1831-1845)

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira*
Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior**
Suely Cristina Albuquerque de Lima***

Resumo

Objetivando analisar o processo de produção do Recife como um espaço insalubre pelo discurso médico, este estudo lança olhares sobre o estabelecimento de uma nova ordem urbana no Brasil, o cotidiano insalubre do Recife e o papel do higienismo na produção de novos sentidos acerca dos espaços desta cidade durante a primeira metade do século XIX. Mediante a bibliografia consultada e a documentação histórica analisada, percebemos que esse processo se inseriu dentro de um projeto, que buscou ordenar e higienizar os espaços públicos do Recife, como forma de combater as doenças que acometiam a população. A discussão aqui apresentada, reforçando o que uma historiografia já produzida sobre as questões de saúde pública do Recife oitocentista tem apontado, considerou que se inserido nas diferentes esferas da vida pública e privada, o higienismo se consolidou como caminho para “civilizar” o Recife.

Palavras-Chave: Higienismo, Urbanização, Recife na primeira metade do século XIX.

* Pós-Doutora em História pela Faculdade de Letras do Porto (2016). Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com

** Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2021). Professor de História vinculado à Secretaria de Educação de Itapissuma – PE. Membro colaborador do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: clevisonjonas@gmail.com

*** Pós-Doutora em Arqueologia, Cultura e Patrimônio pela Universidade Federal de Sergipe (2015). Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Docente do Departamento de História e coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: suely.luna@ufrpe.br



**“Look at the streets of
this city”: medical
discourses in the
production of Recife as
an unhealthy urban space
(1831-1845)**

**“Mira las calles de esta
ciudad”: los discursos
médicos en la producción
de Recife como espacio
urbano insalubre
(1831-1845)**

Abstract

In order to analyze the production process of Recife as an unhealthy space for medical discourse, this study looks at the establishment of a new urban order in Brazil, the unhealthy daily life of Recife and the role of hygiene in the production of new meanings about the spaces of this city during the first half of the 19th century. Through the consulted bibliography and the mobilized historical documentation, we realized that this process was part of a project, which sought to order and sanitize public spaces in Recife, as a way to combat the diseases that affected the population. The discussion presented here, reinforcing what a historiography already produced on public health issues in nineteenth-century Recife has pointed out, considered that if inserted in the different spheres of public and private life, hygienism was consolidated as a way to “civilize” Recife.

Keys-World: Hygienism, Urbanization, Recife in the first half of the 19th century.

Resumen

Con el objetivo de analizar el proceso de producción de Recife como un espacio insalubre para el discurso médico, este estudio analiza el establecimiento de un nuevo orden urbano en Brasil, la vida cotidiana malsana de Recife y el papel de la higiene en la producción de nuevos significados sobre los espacios de esta ciudad durante la primera mitad del siglo XIX. A partir de la bibliografía y la documentación histórica consultada, podemos ver que este proceso formaba parte de un proyecto que buscaba ordenar y sanear los espacios públicos de Recife, como una forma de combatir las enfermedades que afectaban a la población. La discusión aquí presentada, reforzando lo que una historiografía ya producida sobre las cuestiones de salud pública en el Recife del siglo XIX ha señalado, consideraba que si se insertaba en las diferentes esferas de la vida pública y privada, el higienismo se consolidó como una forma de “civilizar” Recife.

Palabras clave: Higiene, Urbanización, Recife en la primera mitad del siglo XIX.



Introdução

Neste artigo analisamos os discursos da medicina social sobre a insalubridade presente no espaço urbano do Recife e as ações adotadas pela administração municipal durante a primeira metade do século XIX, especificamente entre os anos de 1831 e 1845. O marco inicial desta pesquisa se justifica por ser o ano no qual foi promulgada o Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife, que estabeleceu um conjunto de determinações que buscou ordenar e higienizar os espaços desta cidade. Já o marco final justifica-se por ser o ano no qual a Sociedade de Medicina de Pernambuco, primeira instituição representante da elite médica local, foco de nossa análise, foi substituída pelo Conselho Geral de Salubridade Pública, que intensificou as intervenções médico-higienistas no espaço urbano do Recife.

Para isso, compreendemos esses discursos como produtos das relações de poder estabelecidas no seio da sociedade recifense, que possibilitaram o surgimento de novos sentidos acerca do espaço da cidade. Os discursos, na análise de Jacques LE GOFF (2008), adotada neste estudo, são produções históricas de uma época ou sociedade, marcadas por intencionalidades, que resultam de experiências conscientes ou inconscientes, contribuindo de forma voluntária ou involuntária para a construção de imagens de si e do outro, mediante relações de poder.

Em relação ao espaço urbano, adotou-se a concepção proposta por Michel CERTEAU (2008), que considera que os espaços são produtos das relações sociais, que resultam do caminhar dos sujeitos que se apropriam de paisagens, ruas, praças e edifícios por meio de leituras, como se fossem textos a serem interpretados por seus leitores. O espaço da cidade resulta dos modos de fazer e viver, consistindo em uma produção estratégica da vida cotidiana, cujas características evidenciam o uso que seus habitantes fazem dela (CERTEAU, 2008). Assim, adotamos como modelo de cidade para nossas análises, o discutido por Sidney CHALHOUN (1996) em sua obra “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial”, na qual analisa o estabelecimento de uma ideologia da higiene que contribuiu para a consolidação de um modelo de cidade higiênica a ser adotada no Brasil no século XIX.

Buscamos dialogar com a produção historiográfica referente às questões de saúde pública no contexto urbano do Recife oitocentista. Desta-



cam-se os trabalhos de Carlos MIRANDA (2001 e 2020), sobre a ofensiva médica contra o curandeirismo popular e a implantação de um urbanismo higiênico; Vanessa de CASTRO (2007), acerca da criação do primeiro cemitério público desta cidade; Manuela Arruda dos SANTOS (2009), que discute as concepções médicas acerca da insalubridade presente no cotidiano do Recife; Sandro SILVA (2011), acerca das mudanças nos costumes da população recifense; Williams SOUZA (2018), que analisa as ações da administração local nas questões de saúde pública; e Wellington SILVA (2018), sobre os “melhoramentos materiais” vivenciados no Recife ao longo do século XIX.

O corpus documental consistiu em relatos de viajantes que estiveram no Recife, a legislação sanitária municipal e o periódico criado pela Sociedade de Medicina de Pernambuco, referentes à primeira metade do século XIX. Os relatos de Daniel Kidder, George Gardner, Henri Koster, Louis-François de Tollenare e Maria Graham, possibilitaram observar o cotidiano da cidade, especificamente as características sanitárias e os costumes de sua população. A legislação sanitária municipal, representada pelo Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife (1831), permitiu entender as medidas adotadas em termos de saúde pública pela administração municipal. Já o periódico da Sociedade de Medicina de Pernambuco, intitulado *Annaes da Medicina Pernambucana* (1842–1844), possibilitou compreender as ideias da classe médica local acerca dos problemas de saúde pública.

Através dos discursos da medicina social, que influenciaram as ações da administração municipal na resolução dos problemas de saúde pública, enunciados pela classe médica local através de consultas e de publicações em seu periódico, ao longo do artigo discutimos o estabelecimento de uma nova ordem urbana para o Brasil, as características do cotidiano insalubre do Recife e o diagnóstico médico acerca dessa insalubridade. Buscamos evidenciar o processo de produção do Recife enquanto um espaço urbano insalubre pelo discurso médico ainda na primeira metade do século XIX.



Uma nova ordem urbana

“(...) a **saúde pública** é o resultado de uma civilização avançada (...)” (JOBIM, 1830, p. 17, grifo nosso).

A fala acima, proferida pelo médico José Martins da Cruz Jobim durante a sessão de inauguração da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, destaca a importância que a saúde pública passou a ter na primeira metade do século XIX. Representando o pensamento da classe médica, o Dr. Jobim ressaltou a necessidade de melhoria nas condições de saúde do Brasil. A ideia central era de que a atuação dos médicos, que compunham essa instituição, ajudaria a colocar a nação nos “trilhos” do progresso e da modernização (EUGÊNIO, 2008).

Fundada em 1829, essa instituição consistiu numa corporação voltada para prestar consultoria às autoridades governamentais acerca das questões sanitárias (MIRANDA, 2001). Buscou, através de seu saber, “(...) promover a ilustração, progresso e propagação das ciências médicas (...)”, bem como “(...) beneficiar a humanidade favorecendo e zelando pela conservação da saúde pública” (EUGÊNIO, 2008, p. 47). Representando uma, entre as muitas instituições médicas fundadas no Brasil, essa corporação teve papel fundamental no processo de constituição do pensamento médico brasileiro e no estabelecimento de uma nova ordem, que embasada pelos princípios higienistas, buscou normatizar e higienizar o espaço urbano.

No início do século XIX as doenças que afligiam a população brasileira representavam um desafio para a administração pública, já que o Brasil, apresentando más condições de higiene de seus espaços e contando com poucos médicos, ainda vivia a realidade colonial no plano da saúde. Com a chegada da família real no Brasil em 1808, a corte portuguesa pôde atestar a falta de higiene existente no Rio de Janeiro, com a presença de entulhos e todo o tipo de imundícies nas ruas, iniciando melhorias na estrutura urbana desta cidade. Igualmente chamaram atenção os serviços médicos precários, na maioria dos casos exercidos, devido à falta de médicos formados, por curandeiros sem nenhuma formação acadêmica, cenário que se repetia nas outras cidades brasileiras.



O fenômeno da urbanização, no princípio do século XIX, provocou significativas mudanças nos principais centros urbanos do ocidente, modificando a própria mentalidade acerca das funções do espaço da cidade (BRESCIANI, 1982). Na Europa, continente no qual esse fenômeno se manifestou ainda em fins do século XVIII, as cidades passaram por um processo de expansão que, segundo René RÉMOND (1974), objetivou atender as demandas por novas áreas a serem ocupadas pelo contingente populacional que passou a migrar do campo para a cidade em busca de novas oportunidades decorrente do crescimento das indústrias.

Esse fenômeno, segundo RÉMOND (1974), resultou na origem de um conjunto de novos problemas para aquele momento, eram eles subsistência, abastecimento, evacuação, circulação, alojamento, administração e ordem pública, representando um grande desafio para o governo das cidades, cada vez mais preocupado em promover melhorias no espaço urbano. BRESCIANI (1982), ao analisar a situação de Londres e Paris, explica que o aumento populacional nas grandes cidades europeias, ao acarretar pobreza e alta mortalidade, contribuiu para o aumento da criminalidade. Era, segundo a autora, o espetáculo das ruas, encenado pelas multidões que se amotinavam no espaço urbano, que ao oferecer perigo para o corpo social, passaram a ser enquadradas como classes perigosas, tendo suas vidas constantemente vigiadas.

Os fatores decorrentes desse fenômeno de urbanização desordenado contribuíram para que no plano da saúde pública emergissem os conceitos de salubridade e insalubridade, que nesse contexto, referia-se “ao estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos”, sendo a salubridade compreendida como “a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 93). Desta forma, o aumento da densidade demográfica em um espaço urbano insalubre, era um dos fatores considerados responsável pelo aparecimento das sucessivas epidemias que acometiam os grandes centros urbanos da Europa.

Analisando o fenômeno da urbanização nas cidades francesas, Michel FOUCAULT (1979) observou o desenvolvimento de uma medicina social, que buscou promover melhorias nas condições de sa-



lubridade dessas cidades. Através da implantação de um conjunto de métodos de vigilância, essa medicina social, ao se projetar como caminho para resolver os problemas das urbes, estabeleceu três grandes objetivos: analisar no espaço urbano os possíveis locais de acúmulo de tudo o que poderia provocar doenças, com atenção especial para os cemitérios e locais de despejo de lixo; o controle da circulação das coisas e dos elementos, especificamente da água e do ar que, uma vez contaminados, contribuíam para a propagação de doenças; e a organização dos espaços públicos das cidades (FOUCAULT, 1979).

No Brasil esse fenômeno encontrou como cenário um conjunto de cidades coloniais marcadas por uma estrutura urbana deficitária, que puderam se desenvolver como pontua Emília COSTA (1999), a partir da abertura dos portos em 1808. Nesse contexto, D. João VI, estabelecido com a corte portuguesa no Rio de Janeiro, mas acompanhando as mudanças já em processo na Europa, buscou promover melhorias nas condições dos serviços de saúde pública no Brasil. Permitiu inicialmente que em 1808 fossem criadas as Escolas de Anatomia, Cirurgia e Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Em 1813 e 1815 essas escolas foram transformadas nas Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente, contribuindo para a institucionalização do ensino e do saber médico no Brasil (MIRANDA 2001; PIMENTA, 2003).

Apesar do retorno de D. João VI para Portugal em 1821 e o consequente processo de independência do Brasil no ano de 1822, que coroou Pedro I imperador, as ações no plano da saúde pública não foram extintas, ficando a cargo de médicos que permaneceram no recém-fundado Império do Brasil (EUGÊNIO, 2008). Foi nesse contexto, que a classe médica atuante na corte, buscando fortalecer o seu campo de atuação, fundou a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, já mencionada.

As mudanças no quadro das instituições médicas prosseguiram com a aprovação do projeto de lei de 03 de outubro de 1832, solicitado pelo governo imperial e elaborado pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. O projeto estabelecia a reforma do ensino médico, transformando as Academias Médico-Cirúrgicas nas Faculdades de



Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (PIMENTA, 2003). Confrontadas com a necessidade de melhorias no seu currículo, essas instituições passaram a seguir um estatuto semelhante ao da Faculdade de Medicina de Paris, o que demonstra a influência da medicina social francesa no processo de institucionalização do saber médico brasileiro (MIRANDA, 2001).

Com a criação das faculdades de medicina, a classe médica tornou-se cada vez mais requisitada pela administração imperial. Assim, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que na década de 1830 reunia os principais profissionais de saúde atuantes na esfera pública e nessas instituições de ensino, foi rebatizada em 1835, sob a recomendação e apoio do governo, com o nome de Academia Imperial de Medicina. Desta forma, passou a integrar o quadro das instituições oficiais do Império, contando inclusive com o apoio financeiro do governo imperial (KURY, 1990; EUGÊNIO, 2008), o que evidencia o prestígio alcançado por essa instituição e a crescente proximidade com o Estado (MACHADO, 1978; KURY, 1990).

Com a consolidação dessas instituições, o projeto higienista, que visava colocar a nação nos “trilhos” do progresso e da modernização, pôde prosseguir. Pautado pela “medicina das luzes”, ao buscar normatizar o espaço da cidade, contribuiu para o estabelecimento de uma nova ordem urbana, definida por um modelo de cidade higiênica (CHALHOUB, 1996). Nesse intento, se apoiando em tradições científicas, esse projeto defendia que era preciso “higienizar” para “civilizar”, fazendo com que a saúde da população passasse a figurar como objetivo das ações do Estado (MACHADO, 1978; COSTA, 1979).

O processo de institucionalização do saber médico iniciado na corte imperial, não aconteceu de modo isolado, influenciando decisivamente as capitais provinciais do império. Entretanto, é importante destacar que as ações higienistas realizadas nessas capitais não aconteceram *pari passu* às ações realizadas na corte, em virtude das especificidades desse processo em cada uma delas ao longo do século XIX, como será analisado no caso do Recife.



O cotidiano de um Recife insalubre

Apesar da beleza natural e dos motivos que, num clima como este, impõe o maior asseio possível, **algumas ruas e caminhos dos subúrbios podem rivalizar com a parte baixa da Bahia, em sujeira e mau cheiro** (KIDDER, 2008, p. 104, grifos nossos).

O relato acima, escrito por Daniel Kidder, missionário que estive em Pernambuco no final da década de 1830, compara as cidades do Recife e Salvador, demonstrando a insalubridade presente em ambas na primeira metade do século XIX. Como a própria corte e as demais capitais do império, o Recife apresentava uma estrutura urbana deficitária em termos de salubridade de seus espaços públicos. Possuindo um importante porto comercial, representava um dos principais centros urbanos do Brasil. Uma leitura de suas características demográficas e urbanas permite perceber as questões sanitárias que marcavam o cotidiano insalubre da capital pernambucana nesse período.

No plano demográfico, o Recife encontrava-se em processo de crescimento populacional. Analisando dois censos realizados em 1828 (ver Quadro 1) e 1856 (ver Quadro 2), que dizem respeito às três principais freguesias – São Frei Pedro Gonçalves (atual bairro do Recife), Santo Antônio e Boa Vista – que formavam o núcleo urbano da cidade, Marcus CARVALHO (2010) demonstra esse processo de crescimento populacional¹.



1 O autor ressalta que os dados não permitem afirmar com exatidão quantas pessoas viviam no Recife, apenas, não obstante, compreender o perfil populacional desta cidade na primeira metade do século XIX.

Quadro 1: Censo da população do Recife (1828)

Freguesia	Classificação	Quantitativo	Habitantes por freguesia
São Frei Pedro Gonçalves	Pessoas livres	3.270	5.910
	Escravos	2.640	
Santo Antônio	Pessoas Livres	10.403	13.422
	Escravos	3.019	
Boa Vista	Pessoas Livres	4.070	6.346
	Escravos	2.276	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados presentes em Carvalho (2010).

Quadro 2: Censo da população do Recife (1856)

Freguesia	Classificação	Quantitativo	Habitantes por freguesia
São Frei Pedro Gonçalves	Pessoas livres	5.968	7.976
	Escravos	2.008	
Santo Antônio	Pessoas Livres	8.734	10.904
	Escravos	2.170	
Boa vista	Pessoas Livres	8.244	10.651
	Escravos	2.407	
São José	Pessoas Livres	10.324	11.446
	Escravos	1.122	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados presentes em Carvalho (2010).

No primeiro censo, realizado por Jeronymo Martiniano Figueira de Mello em 1828, no qual se contabilizou 25.678 habitantes, CARVALHO (2010) pôde observar na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves uma maior concentração de escravos em relação à população livre, se comparada com os dados das outras freguesias, nas quais a diferença entre as pessoas livres e os escravos é significativa. O autor explica que esse fator estava relacionado à maior necessidade da mão de obra escrava nas atividades desenvolvidas no porto. Já nas freguesias de Santo Antônio e Boa Vista havia uma maior concentração de pessoas livres em relação aos escravos, em virtude de serem consideradas residenciais, com a presença de um comércio de fino trato.

No segundo censo, publicado em 1856, no qual se contabilizou 40.977 habitantes, uma alteração observada é a inserção da freguesia de São José na contagem, cujo espaço foi desmembrado de parte da freguesia de Santo Antônio no ano de 1844, passando a integrar o núcleo urbanizado da cidade. CARVALHO (2010), analisando esse censo, pôde perceber que as características de distribuição em relação ao primeiro permaneceram semelhantes, encontrando-se os habitantes distribuídos de modo desigual entre as freguesias, em ambos os censos. Observou ainda que o aumento populacional experimentado nas três freguesias – São Frei Gonçalves, Santo Antônio e Boa Vista –, juntamente com a recém-fundada freguesia de São José, foi de cerca de 59,5% em três décadas. Enquanto a população cativa quase não aumentou de quantidade, a população livre cresceu cerca de 85%, incluindo possivelmente os libertos.

Observando os dados apresentados, percebe-se o crescimento significativo da população presente no núcleo urbanizado do Recife durante a primeira metade do século XIX. Esse crescimento trouxe inúmeros desafios para a administração municipal em virtude do inchaço populacional na área urbana, em um momento no qual se tornava cada vez mais necessário resolver o problema da falta de espaço disponível para ser ocupado por essa população em rápido crescimento.

A falta de áreas secas e consolidadas na área de implantação da cidade do Recife para a construção de edificações, especificamente no seu eixo inicial representada pela Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, representou um problema já no século XVII. Este fator acarretou a busca por novos espaços, ocasionando a realização de sucessivos aterros em todas as direções do istmo original, o que provocou mudanças significativas na paisagem do Recife entre os séculos XVII e XIX, como se observou no estudo da cartografia histórica (MENEZES, 1988) e nas pesquisas arqueológicas realizadas na área (NASCIMENTO; LUNA; SILVA JÚNIOR, 2003). Desse modo, a expansão do espaço urbano, com a realização de aterros e novas construções, foi direcionada para a Ilha de Antônio Vaz, com a formação das freguesias de Santo Antônio e São José, e o continente, com a formação da freguesia da Boa Vista.



No plano urbanístico, a parte mais urbanizada da cidade era formada, como já mencionado, pelas freguesias de São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio e Boa Vista. As áreas no entorno desses bairros – Várzea, Afogados, Caxangá, Poço da Panela e Casa Forte –, conhecidas como arrabaldes do Recife, constituíam-se enquanto povoações rurais na época da independência e, com a expansão da malha urbana, subúrbios no final do século XIX. Representando áreas de antigos engenhos que movimentavam a economia açucareira, os arrabaldes, sobretudo o Poço da Panela e de Casa Forte, constituíam espaços de veraneio aos quais as famílias ricas do Recife se direcionavam nos períodos mais quentes do ano (FREYRE, 1996; CARVALHO, 2010).

A freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, na qual se localizava o porto marítimo da cidade, possuía considerável número de estabelecimentos comerciais de caráter atacadista e armazéns de grande porte, com ruas estreitas e construções altas, dispostas umas ao lado das outras. Expandindo-se, alcançou a área conhecida como “fora das portas”, localizada no início do istmo de terra que ligava Recife a Olinda nos períodos de baixa maré (CASTRO, 2007; CARVALHO, 2010).

A freguesia de Santo Antônio, juntamente com a de São José, representava uma região insular no início do século XIX, perdendo essa característica com a construção de uma passagem que ligava Santo Antônio ao povoado conhecido como Afogados. Concentrava significativo número de armazéns e residências que também abrigavam estabelecimentos comerciais – normalmente no térreo –, como miudezas, tabernas ou armazéns de secos e molhados (CASTRO, 2007; CARVALHO, 2010).

A freguesia da Boa Vista, a maior, era formada por comércio de gêneros de primeira necessidade e residências – dispostas nas ruas principais – com quintais espaçosos e murados. No entorno dessas residências existiam ruas mais estreitas formadas por casinhas de um só pavimento, ocupadas por crioulos e negros livres, que prestavam serviços domésticos e atuavam no comércio local (CASTRO, 2007; CARVALHO, 2010).

Na época da independência a parte mais urbanizada da cidade possuía três pontes. A primeira ligava São Frei Pedro Gonçalves a



Santo Antônio. A segunda conectava Santo Antônio à Boa Vista. Já a terceira o bairro de Santo Antônio à região conhecida por Afogados (CARVALHO, 2010). A presença dessas pontes está associada à formação geográfica do Recife, composta por áreas de planícies cortadas pelos afluentes dos rios Capibaribe e Beberibe, por onde escoavam produtos e pessoas.

Esse Recife, marcado por altos e estreitos sobrados, pontes com arcos majestosos, extensos rios e uma concentração populacional significativa, convivia com uma realidade herdada do período colonial: a insalubridade de seus espaços públicos. Observando as narrativas de viajantes que passaram pelo Recife na primeira metade do século XIX, é possível notar aspectos dessa insalubridade.

Henri Koster, que veio a Pernambuco em 1809, tornando-se senhor de engenho, observou chegando à cidade a intensa movimentação no porto, relatando que havia “(...) desembarcado no cais da Alfandega, em um dia de grande azafama, e aí também **os clamores e a agitação dos negros se faziam notar**” (KOSTER, 1942, p. 32, grifo nosso). Da mesma forma, o francês Louis-François de Tollenare, que esteve em Pernambuco entre 1816 e 1817, observou que “(...) em geral o serviço de toda esta gente de côr, homens e mulheres, é desagradável por causa do cheiro nauseabundo que espalham, por pouco que se agitem” (TOLLENARE, 1905, p. 249, grifo nosso).

Diante dessas narrativas percebe-se a agitação presente na região portuária, a qual, embora comum para a população local, como pontuado por Santos (2009), mostrava-se desagradável para a sensibilidade desses europeus “civilizados”, em razão dos odores provenientes do trabalho escravo. Ao lado de cidades como Rio de Janeiro e Salvador, que possuíam importantes portos escravistas, a paisagem do Recife era marcada pelo incessante movimento de corpos negros que constituíam a força de trabalho das principais atividades desenvolvidas no perímetro urbano.

Uma dessas atividades era o transporte de pessoas e mercadorias realizadas por escravos e libertos em canoas que ocupavam o leito dos rios. O transporte de pessoas, segundo CARVALHO (2010),



era feito por negros libertos em canoas que possuíam vários tamanhos. As canoas atendiam além do perímetro urbano, as povoações rurais, como observou Tollenare, descrevendo que “(...) a maioria das casas de campo está situada á margem dos dous rios [Capibaribe e Beberibe] e **são acessíveis por canoas**” (TOLLENARE, 1905, p. 248, grifo nosso).

Da mesma forma era o transporte de mercadorias, como a água potável consumida no Recife, que era coletada pelos chamados “aguadeiros” na foz do rio Beberibe – na divisa entre Recife e Olin-da –, já que as cacimbas existentes no Recife minavam água barrenta e imprópria para o consumo (MELLO, 1991). Maria Graham, inglesa que chegou ao Brasil em 1821, observando as atividades do transporte de água, descreveu que “(...) tôda a **boa água** usada no Recife é conduzida **diariamente em canoas (...)**” (GRAHAM, 1956, p. 120, grifos nossos). Essa atividade passou a chamar a atenção da administração municipal, na medida em que a possibilidade de contaminação da água, transportada em baldes de madeira e canoas consideradas imundas, passou a oferecer riscos à saúde da população.

Outras atividades, segundo aponta Maciel SILVA (2004), eram as ligadas ao comércio urbano e às casas senhoriais, realizadas por escravas e libertas. Destacavam-se o ofício das vendeiras, que com seus tabuleiros saíam pelas ruas vendendo produtos como doces, frutas e miudezas; das lavadeiras de roupas, que ocupavam as margens dos rios durante grande parte do dia; das “aguadeiras”, que se direcionavam para os chafarizes com baldes de madeira para pegar água para as residências senhoriais; e das domésticas, que ocupavam as casas senhoriais realizando os afazeres importantes para a manutenção dessas residências. O autor pontua que essas atividades, denominadas “portas afora”, permitiam maior mobilidade urbana para essas trabalhadoras, tornando-se foco do controle social realizado pela administração municipal (SILVA, 2004).

Uma atividade que merece especial atenção, realizada diariamente pelos escravos, consistia na coleta e descarte dos dejetos produzidos nas residências do Recife, já que não havia serviços de



saneamento básico até meados do século XIX². Armazenados nos chamados tigres, barris de madeira – na maioria dos casos sem tampa –, os dejetos fecais provenientes das residências eram levados e jogados no leito dos rios e praias pelos escravos, que em sua passagem pelas ruas anunciavam “*Vira! Vira! Abra o olho!*” (MELLO, 1991). A passagem desses tigres causava grande insatisfação à população, em virtude do cheiro desagradável que espalhavam, despertando a atenção da administração municipal (CASTRO, 2007; SILVA, 2011).

As ruas do Recife, nesse contexto, eram marcadas pela insalubridade proveniente do cotidiano agitado dessa cidade. Andando pelas ruas da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, Tollenare observou que “o bairro da península, ou o Recife propriamente dito, é o mais antigo e movimentado, e **também o mais mal edificado e o menos asseiado**” (TOLLENARE, 1905, p. 24, grifo nosso). Maria Graham, visitando um mercado na freguesia de Santo Antônio, observou a mesma questão, relatando que:

Fui hoje ao mercado, onde há pouca cousa: carne de vaca rara e cara, não há carneiro, poucas aves, escasos porcos, repugnantes, porque são alimentados **na rua, onde se atira tudo, e onde eles e os cães são os únicos encarregados da limpeza**. (GRAHAM, 1956, p. 117, grifo nosso).

Retificando a falta de asseio presente nas ruas e estabelecimentos, o médico escocês George Gardner, que esteve em Pernambuco no ano de 1837, relatou que:

A cidade de Pernambuco é **pouco recomendável** aos que não têm negócios a tratar. **As casas são** mais altas que as do Rio, as mas pela maior parte ainda mais estreitas e, por certo, **igualmente sujas**. Em quase tôdas

2 Acerca da implantação de serviços de saneamento e abastecimento de água no Recife ao longo do século XIX, Silva (2011) aponta quatro fases: 1) a de atuação dos tigres (dos séculos anteriores a meados do século XIX); 2) a da Companhia do Beberibe (1842-1848); 3) a de construção de galerias de esgotos e águas pluviais pela Repartição de Obras Públicas (ROP) (1859); e 4) a de atuação da *Recife Draynage Company* (1783).



as cidades e capitais do Brasil **são as chuvas o único varredor que as conserva sofrivelmente limpas**, quando construídas em declive, o que, infelizmente, não é o caso com Pernambuco: **na estação das águas as ruas enchem-se de água e lama; durante a sêca, a lama converte-se em nuvens de poeira** (GARDNER, p. 1942, p. 65, grifos nossos).

Representando um olhar estrangeiro, os relatos fornecidos por esses viajantes sobre a falta de asseio e a presença de todo tipo de imundícies nas ruas, casas e estabelecimentos comerciais da cidade do Recife, atestam insalubridade que marcava diariamente seu cotidiano, em um momento no qual se começava a organizar sua política sanitária. No relato de Gardner, percebe-se ainda a ênfase no acúmulo de água e lama nas ruas, as quais segundo esse viajante se transformavam em nuvens de poeira durante a seca, algo que, para os conhecimentos da época, contaminava o ar e causava doenças.

Esse Recife insalubre, observado com estranhamento pelo estrangeirado europeu, despertou a atenção da administração municipal e da classe médica local, na medida em que começou a oferecer perigo à população. Interessada em colocar a capital nos “trilhos” do progresso e preocupada com as questões de saúde pública, essa administração, apoiada pelos médicos, passou a desenvolver seu projeto higienista. As ações realizadas por esse projeto passaram a ser executadas ainda na primeira metade do século XIX, como será discutido.

O diagnóstico médico e a produção de um Recife insalubre

(...) Há um ano que instalamos esta sociedade para (...) conferenciarmos acerca dos meios que devem produzir o filantrópico fim a que nos propusemos, (...) **minorar e aliviar os males que afligem a humanidade; prevenir ou desviar as influências deletérias; auxiliar com as luzes da Ciência a ação da justiça na averiguação da existência de certos delitos; e indicar ao Governo os meios mais eficazes de manter a salubridade pública** (...). Vós sabeis que é melhor prevenir os males, do que curá-los, que **a higiene tem bases mais seguras do que a Terapêutica**.



(...) Olhai para as ruas desta cidade: **no verão cheias de pó subtil incômodo e sufocante; no inverno encharcadas de lama e de águas lodosas, que por falta de conveniente esgoto só desaparecem lentamente, e por evaporação, depois de haver infeccionado a atmosfera.** (...) Lançai finalmente as vistas pelas margens dos rios e pelas praias: **asquerosos objetos se vos entulharam: imundícies, lixo, despejos de casas, animais mortos [sic], e até (horrorizo-me a dizer) cadáveres aí jazem insepultos! Os açougues imundos, os empestados matadouros onde o sangue das rezes derramado fica empoçado e coagula-se por falta de escoador difundindo horrível cheiro; (...)** as mal asseadas canoas e depósitos impuros de d'água potável: **tudo confirma a ausência absoluta da polícia sanitária em nosso país.** (...) As sepulturas ali [nas igrejas] (...) constantemente entulhadas, recebendo uns quando outros dos finados não estão ainda consumidos. **A casa de Deus, a Casa de Oração se torna assim uma morada de horror, aonde em vez de aspirar-se fragrância de aromas e puro incenso, aspira-se mefíticas exalações.**

[...] Tudo atesta a nossa indolência, e apática indiferença para com **os mais preciosos bens – a existência da saúde** (*ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA*, ano I, n. I, 1842, p. 56-60, grifos nossos).

O discurso acima, proferido na ocasião da comemoração de um ano da fundação da Sociedade de Medicina de Pernambuco, pelo Dr. José Eustáquio Gomes, vice-presidente desta associação, evidenciava o objetivo dessa instituição e os problemas presentes no espaço urbano do Recife. Com um discurso potente, enfatizou questões que, além de representar as principais ideias desses higienistas, constituíam os focos fundamentais da ação da Sociedade de Medicina de Pernambuco.

Primeiro, fez questão de ressaltar o papel da associação na resolução dos problemas sanitários do Recife, na indicação de ações a serem tomadas pela administração pública, mediante “as luzes da ciência”, e dos conhecimentos do campo da Higiene. É importante



notar que, segundo o anunciante, a Higiene, considerada científica, possuía conhecimentos mais efetivos do que a terapêutica, de caráter popular. Em seguida, o palestrante chamou a atenção para os inúmeros problemas presentes no espaço urbano, relacionados à infraestrutura e aos costumes da população, fazendo uma descrição dos fatores que contribuíam para o aparecimento de doenças. Por fim, destacou a falta de ação do próprio corpo médico em cuidar do que chamou de mais precioso bem, a saúde pública.

Na primeira metade do século XIX, a principal teoria que explicava o papel dessas “mefíticas exalações” na proliferação de doenças no Brasil, segundo Carlos MIRANDA (2001), era a Teoria dos Miasmas. Essa teoria determinava que “(...) a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades” (MIRANDA, 2001, p. 107). É possível imaginar, como discutido por CASTRO (2007), que o “ar do Recife” devia ser insuportável, como se percebe na descrição dos viajantes mencionados e na fala do Dr. José Eustáquio Gomes.

No início do século XIX, a Teoria dos Miasmas adentrou o Brasil e permaneceu até o final desse século, associando-se à higiene urbana, em um primeiro momento, e à higiene corporal e mental em seguida. Segundo Williams SOUZA (2018), essa teoria representou a principal explicação encontrada pela administração municipal para compreender os problemas de saúde pública. Associada a Teoria dos Miasmas havia a perspectiva infeccionista, que defendia que as doenças eram resultado da ação de substâncias animais ou vegetais em putrefação que contaminavam o ar. Em contraposição, havia a perspectiva contagionista, que defendia que a transmissão de doenças acontecia pelo contato entre uma pessoa doente e outra saudável, do contato com objetos contaminados e pelo hálito doentio que era exalado.

A percepção em relação ao perigo da propagação do ar impuro e doentio contribuiu para a adoção de medidas profiláticas a serem desenvolvidas pela administração municipal, em um momento no qual as “sensibilidades olfativas” passaram a notar os problemas



desse ar miasmático presente no Recife. Discutindo as possibilidades de mudanças nas "sensibilidades olfativas" do Recife, CASTRO (2007) explica que elas "(...) respondem ou a mecanismos biológicos de adaptação, que fazem com que as pessoas se acostumem com os cheiros que estão longamente expostas, ou a mecanismos culturais de aceitação" (p. 51).

Nesse contexto, uma maior intervenção sobre os problemas sanitários do Recife, por parte da gestão pública, começou a ganhar força, sobretudo com a publicação da lei de 1 de outubro de 1828, que regulamentou a atuação dos municípios brasileiros, conferindo às câmaras municipais o poder de legislar sobre os diferentes assuntos das cidades, incluindo as questões de saúde pública (SOUZA, 2002). Cada vez mais preocupada com as doenças que atingiam a população, a Câmara Municipal, embasada por essa lei, promulgou no ano de 1831 um Código de Posturas para a capital pernambucana. Composto por 17 títulos, as posturas presentes nesse código estabeleciam algumas medidas sanitárias (ver Quadro 3).

Analisando as determinações presentes nesse código, nota-se que este buscou atender às demandas presentes no espaço urbano, buscando combater a insalubridade e tudo o que fosse prejudicial ao corpo social. Os títulos referentes à higienização do Recife (títulos 1º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 12º e 13º) tratavam da limpeza dos espaços públicos, com o objetivo "[...] de prover a "saúde pública" dos cidadãos e combater a insalubridade citadina" (SANTOS, 2009, p. 17). Esses títulos enfatizavam o problema do acúmulo de lixo nas vias públicas, casas e estabelecimentos, causados pela má estrutura urbana e pelos costumes da população (SOUZA, 2018). Segundo Manuela Arruda dos SANTOS (2009), o código de posturas, enquanto documento normalizador, não buscou apenas ordenar o espaço público, normatizando a limpeza das ruas, calçadas e estabelecimentos comerciais, mas também as próprias relações sociais (títulos 11º e 14º), aplicando punições para as práticas contrárias à ordem pública, no intuito de controlar os comportamentos individuais e coletivos dos cidadãos.



Quadro 3: Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife (1831)

Título	Assunto
1º	Saúde Pública.
2º	Sobre os boticários e droguistas e vendas de remédios relativos.
3º	Esgotamento de pântanos e águas infectas e tapamento de terrenos abertos, calçadas e limpezas públicas.
4º	Do asseio, regularidade dos matadouros, açougues públicos e, particulares e vendas de carnes.
5º	Sobre hospitais, segurança de sanidade, doentes contagiosos e loucos que vagam.
6º	Sobre colocação de curtumes, salgadeiras de couro, estabelecimento de fábricas e depósitos de imundícies que possam corromper o ar atmosférico.
7º	Sobre diferentes objetos que prejudicam ao público.
8º	Sobre o alinhamento das ruas e edificações.
9º	Sobre edifícios ruinosos, escavações, armações e quaisquer precipícios de varandas ou ruas que prejudiquem o público.
10º	Sobre desempachamento das ruas, praças e providências contra a divagação de embriagados e de animais que podem incomodar o público.
11º	Sobre vozerias, injúrias, indecências e palavras obscenas nas ruas, contra a modéstia pública e política sobre os pretos.
12º	Sobre estradas, plantações de árvores e outros objetos relativos a comodidade pública.
13º	Sobre a polícia dos mercados, portes de embarque, pescarias, padarias.
14º	Sobre diversos meios de comodidade, e de manter a segurança e sossego dos habitantes.
15º	Sobre vacina e expostos.
16º	Disposições gerais para pronta execução do município.
17º	Sobre adiconamentos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações presentes no Diário de Pernambuco

3

Uma questão observada no Código de Posturas é a presença de títulos relacionados aos serviços de saúde oferecidos à população (títulos 2º, 5º e 15º), que versavam sobre a comercialização de remédios, a estrutura e funcionamento dos hospitais, as doenças contagiosas e a vacinação. Esses títulos buscavam atender as de-

- 3 O Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife foi aprovado no ano de 1831 e seus respectivos títulos, como já observado por SANTOS (2009), foram publicados ao longo de diferentes edições do Diário de Pernambuco, entre os meses de agosto de 1831 e janeiro de 1832, nas quais foram mapeadas as informações presentes nestes títulos.



mandas por atendimento médico e melhor controle dos serviços de saúde prestados à população do Recife, que vivia diariamente uma cruzada contra as muitas doenças que a assolavam.

Inicialmente as questões de saúde pública estiveram a cargo das Câmaras Municipais, que passaram a elaborar projetos de higienização do espaço urbano, como observado com o código de posturas. Utilizando-se de suas atribuições legais e dos saberes médicos do período, SOUZA (2018) explica que as Câmaras se colocavam no *front* da cruzada higienista contra os males que assolavam o Recife. Esta posição, segundo o autor, contribuiu para o desenvolvimento de conflitos entre a municipalidade e a classe médica que, contrária às atribuições dadas à Câmara, buscou estabelecer um lugar de atuação através de críticas à falta de competência técnica da vereança municipal.

Nesse contexto, buscando institucionalizar sua atuação e se colocar a serviço da sociedade no combate aos problemas de saúde pública, um grupo de médicos, cirurgiões e farmacêuticos fundaram em 4 de abril de 1841 a Sociedade de Medicina de Pernambuco, já mencionada. Segundo SOUZA (2018), essa sociedade consistiu em “(...) uma associação para tratar de assuntos ligados à prática médica, com função consultiva e que se colocava à disposição do Estado (...)” (p. 130). A principal missão era elaborar relatórios acerca dos assuntos de saúde pública, sugerindo ações a serem adotadas pela administração municipal.

No levantamento realizado por SANTOS (2009), os médicos reunidos nessa sociedade tiveram formação majoritariamente europeia – com exceção dos formados pela escola de cirurgia do Recife –, sendo os mais antigos formados na Faculdade de Coimbra e os mais novos na de Paris. Segundo a autora, ao beber da fonte francesa esses médicos passaram a defender o estabelecimento de uma medicina social como caminho para resolver os problemas da urbe. Tal formação em universidades europeias permaneceu como característica do corpo médico atuante em Pernambuco, segundo Rozélia BEZERRA (2010), até o final do século XIX, mesmo com a presença de faculdades de medicina no Brasil já na década de 1830.



Essa medicina social, desenvolvida na Europa e adotada no Brasil, inseriu-se, segundo SANTOS (2009), no projeto de modernização da sociedade pensado pelas elites governantes. Era compreendida como uma forma de alcançar o progresso e a civilização, influenciando os discursos das classes governantes na justificativa de suas ações. Segundo a autora, a partir dessa medicina social a nova concepção acerca da prática médica se baseou “(...) no equilíbrio das relações entre saúde e sociedade, com a adoção de medidas profiláticas e disciplinadoras da população (...)” (SANTOS, 2009, p. 18), que passaram a permear o pronunciamento da administração municipal.

Buscando propagar suas ideias, os membros dessa sociedade criaram os *Annaes da Medicina Pernambucana*, publicado entre 1842 e 1844, somando um total de seis números (edições). Dentre os trabalhos publicados nesse periódico, destacam-se, pelas informações apresentadas acerca do espaço urbano do Recife: *Topographia da Cidade do Recife* (ano I, n. II, 1842), elaborado por Joaquim Jeronymo Serpa; *Memória sobre as causas prováveis da freqüência da hidrocele nesta Cidade do Recife* (ano II, n. II, 1843), de autoria de Manoel Pereira Teixeira; e *Constituição médica ou moléstias reinantes* (ano I, n. II, 1842; ano II, n. III, IV, 1843), elaborado por Simplicio Antônio Mavigner.

Em seu estudo topográfico, Joaquim Jeronymo Serpa discutia a situação em que se encontrava a região do varadouro de Olinda, na qual os aguadeiros coletavam parte da água que era consumida no Recife. Explicava que havia apresentado dois projetos à Câmara Municipal, propondo a abertura do paredão do varadouro para que fosse possível manter as águas do rio Beberibe correntes desaguardo conseqüentemente no pântano da Santa, contribuindo para que as águas ali encontradas não permanecessem paradas. Como justificativa, argumentava que:

**Os pantanos vizinhos das povoações são conhecida-
mente nocivos, desde a mais remota antiguidade, e
por essa justíssima causa as Nações cultas de todo
o mundo procurão meios de os desalagar, e de os
entulhar, a fim de se obter a salubridade do ar, tão**



importante ás funcções do bofe, órgão da respiração, e conseqüente da vida, assim como é para o estomago, e vias digestivas, o bom e digesto alimento (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano I, n. II, 1842, p. 76-77, grifos nossos).

Destacando o perigo da permanência de áreas pantanosas nas proximidades da cidade, o autor considerava a salubridade do ar o melhor caminho para prevenir as doenças que acometiam a população. Continuando, ressaltou que:

(...) além disto acresce **o grande mal das continuas febres intermitente, que aparecem nesta Cidade, e ainda mesmo na do Recife, de que é uma das causas mais poderosas a agua estagnada, a multidão de substancias vegetaes, e mesmo de alguns animaes em estado de putrefacção, nella existentes cujos miasmas, difundindo-se no ar, causão, além de outros, aquelle mal (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano I, n. II, 1842, p. 77, grifos nossos p. 77).**

Para esse médico, o fator responsável pelos desequilíbrios no corpo humano e no aparecimento das febres intermitentes recorrentes no Recife, eram os miasmas exalados desses pântanos e da matéria orgânica em putrefacção presente nos espaços públicos da cidade. Desta forma pontuava que em virtude dessas condições era que surgiam moléstias como as febres, boubas (*framposia* ou *pian*), tétano, anemias intestinais, pústulas, entre outras.

Em outra publicação, Manoel Pereira Teixeira discutia as causas da hidrocele no Recife, ressaltando que para os conhecimentos da época essa moléstia resultava em “(...) inflamações nos testículos, nos epididymos, ou nos cordões spermaticos (...)” (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano II, n. II, 1843, p. 63). Acometendo um número considerável de pessoas, considerava que “(...) o grande calor, que se soffre dentro da zona tórrida, é a principal causa, ou a causa primordial do desenvolvimento espantoso do hydrocele” (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano II, n. II, 1843p. 68). Além das questões climáticas, acusava os aspectos das casas do Recife, pontuando que:

(...) em vez de construirmos nossas cazas largas e espaçosas, e de modo que sejam bem arejadas, as edificamos mui estreitas e apertadas, mui forradas, de muitos andares, e mui envidraçadas, sem aberturas suficientes para entrada da luz e do ar, e mui apinhadas umas sobre as outras: condições estas que as tornão mui quentes, não ventiladas, não alumia-das pela luz solar, e mui pouco salubre (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano II, n. II, 1843, p.70, grifos nossos).

Na análise de Manoel Pereira Teixeira, percebemos que do espaço público, a classe médica chegava ao espaço privado, destacando os aspectos insalubres das residências do Recife e dos costumes de sua população. Desta forma, os médicos buscavam atuar na saúde da população, no intuito de assegurar a saúde do corpo social.

Simplicio Antônio Mavignier, em sua análise sobre as moléstias reinantes na cidade do Recife, elaborou um levantamento das principais doenças que acometiam a população. Buscando explicar as possíveis causas das doenças respiratórias e febres inflamatórias, o médico destacou que estas se tornavam epidêmicas durante o verão:

(...) quando as aguas, de todo corrompidas, os sedimentos destas, e os depositos de materias pútridas, de que já falamos, exallem com a maior intensidade os miasmas pestilenciaes que ahi se formavão, e os outros fòcos miasmaticos com maior força lançassem na atmosphaera aquelles miasmas deletérios que tanto mal causão (...) (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano I, n. II, 1842, p. 55, grifos nossos).

As doenças que acometiam a população do Recife eram uma preocupação constante, para a administração municipal e a classe médica. Nos discursos desses médicos, percebe-se o lugar da teoria miasmática nas concepções acerca das causas das doenças. É importante ainda notar que, se antes os ares do Recife eram considerados benéficos para a saúde em virtude de seu clima tropical, fazendo com que, por exemplo, Henri Koster viesse a Pernambuco



para se curar de tuberculose, nessas novas concepções médicas tornara-se prejudicial.

Pela ordem do discurso, os médicos do Recife buscavam legitimar seu lugar de atuação. A Sociedade de Medicina de Pernambuco, se projetando como detentora dos conhecimentos científicos, apresentava à administração municipal, por meio dos *Annaes da Medicina Pernambucana*, os caminhos necessários para resolver os problemas presentes no espaço urbano. Desta forma, a classe médica tornou-se fundamental no processo de mudança de sentidos em relação à cidade, produzindo-a enquanto um espaço insalubre, em virtude de suas ruas sujas, suas casas estreitas e sua população doente, que precisava ser remodelado, organizado, higienizado e normatizado.

Não tardou para que os discursos médicos produzissem efeitos nas ações da administração pública. O governo de Francisco do Rego Barros, presidente da província de Pernambuco entre 1837 e 1844, por exemplo, foi marcado por um conjunto de reformas na infraestrutura urbana do Recife que dialogavam com os princípios estabelecidos pelas posturas municipais e os preceitos médicos do período (MIRANDA, 2020). Segundo Sílvio ZANCHETTI (1989), esse governo foi marcado pela abertura de estradas que ligavam a área central aos arrabaldes do Recife; pelo aterramento de pântanos; por melhorias no Porto; pelo ordenamento do espaço urbano, com a definição de plano de alinhamento das ruas e casas; pela construção de espaços culturais como teatros, jardins e passeios públicos; além da construção de edificações modernas destinadas a abrigar órgãos públicos da administração local e embelezar o Recife.

Segundo Sandro SILVA (2011), o governo de Rego Barros buscou modernizar a cidade e oferecer às classes dominantes um ambiente de prosperidade cultural, influenciado por padrões culturais importados da França. A partir dessa política de melhoramentos materiais da cidade, realizadas por esse governo, representou o início do projeto de modernização e “afrancesamento” do Recife (SILVA, 2018). Deste modo, reformas passaram a ser empreendidas ao longo do século XIX, que segundo MIRANDA (2020), objetivou a implantação de um urbanismo higiênico, que buscou ordenar e higienizar os espaços públicos do Recife, tornando-a uma cidade higiênica.



Considerações finais

De modo geral, o que se pode observar no Recife da primeira metade do século XIX é que, nessa cidade miasmática, marcada por um cotidiano insalubre, a recorrência de doenças que acometiam a população era constante, fazendo com que administração municipal, atenta aos preceitos higienistas, buscasse atender as demandas por melhorias nas condições sanitárias de seus espaços. O caminho encontrado foi o estabelecimento de leis, como o Código de Posturas (1831-32), destinado a ordenar e vigiar a cidade, bem como melhorias na infraestrutura urbana, como observado com as reformas empreendidas durante o governo de Rego Barros (1837-1844).

A classe médica, por sua vez, utilizando-se de seu saber, se projetou como solucionadora dos problemas que precisavam ser resolvidos para a melhoria da saúde pública, articulando-se e distanciando-se em alguns momentos das ações da Câmara Municipal. Nesse Recife insalubre, os médicos, percebendo as múltiplas doenças que acometiam a população, voltaram sua atenção para o corpo social, buscando entender as possíveis causas dessas moléstias. O Recife dessa forma, por meio do discurso médico, tornou-se um espaço urbano insalubre, a ser higienizado.



Fontes

ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA (1842-1844) – Biblioteca Nacional. (Hemeroteca Digital).

CÓDIGO DE POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE (1831-1832) (Presente no Diário de Pernambuco entre os meses de agosto de 1831 e janeiro de 1832) – Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

GARDNER, George. **Viagens no Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836-1841. Trad. Albertino Pinheiro. 1. Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. 1 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

JOBIM, José Martins da Cruz. **Discurso inaugural da sessão pública de instalação da sociedade de medicina do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1830.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: províncias do Norte. 1. Ed. Brasília: Senado Federal, 2008.

KOSTER, Henry: **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicaes**. Trad. Alfredo de Carvalho. 1. Ed. Recife: O Jornal do Recife, 1905.

Referências

BEZERRA, Rozélia. **A Higiene escolar em Pernambuco**: espaços de construção e os discursos elaborados. 2010. 283 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRESCIANI, Maria S. M. **Londres e Paris no Século XIX**: o espetáculo da pobreza. 6. Ed. São. Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emília V. da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6. Ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Jurandir F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 1. Ed. São Paulo: Graal, 1979.

EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes**: Elite médica, progresso e combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX. 2008. 231 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 18. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



KURY, Lorelai B. **O império dos miasmas**: a Academia Imperial de Medicina. 1990. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MACHADO, Roberto. *et al.* **Danação da norma**: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MELLO, Virgínia. P. de. **Água vai!** História do saneamento em Pernambuco, 1537 - 1837. Recife: Compesa, 1991.

MENEZES, José. L. da M. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Editora Massangana, 1988.

MIRANDA, Carlos. A. C. Curandeiros e a Ofensiva Médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX. **CLIO - Série História do Nordeste (UFPE)**, Recife, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2001.

MIRANDA, Carlos. A. C. Médicos e Engenheiros no Recife Oitocentista: Higienismo, Implantação de Projetos Arquitetônicos e de Serviços Urbanos. **CLIO - Série História do Nordeste (UFPE)**, Recife, vol. 38, n. 2, p. 278-302, 2020.

NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely; SILVA JÚNIOR, Luiz S. da. Forte da Madre de Deus e São Pedro: resgate de uma história. **CLIO - Série Arqueológica (UFPE)**, Recife, v. 1, n.16, p. 167-174, 2003.

PIMENTA, Tânia. S. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. 2003. 256 f. Tese (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. Trad. Frederico Pessoa de Barros. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

SANTOS, Manuela A. dos. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Maciel. H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX(1840-1870). 2004. 299 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.



SILVA, Sandro V. **O costume da praça vai a casa: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880)**. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Wellington B. da. “A locomotiva do progresso”: cotidiano e “melhoramentos materiais” no Recife oitocentista (1830-1889). In: SILVA, Wellington B. da. (Org.). **O Recife no século XIX: outras histórias (1830-1890)**. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p. 15-52.

SOUZA, Maria. Â. de A. **Posturas do Recife imperial**. 2002. 266 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, Willian. A. de. A câmara e os médicos: entre a insalubridade e o governo da cidade (Recife, século XIX). In: SILVA, Wellington. B. da (Org.). **Recife no século XIX: outras histórias (1930-1890)**. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p. 113-142.

ZANCHETI, Silvio. M. **O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)**. 1989. 307 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.



Origens da Urbanização de Aracaju no Atlas do Império de 1868.

*Amâncio Cardoso Neto**

Resumo

Uma das representações cartográficas mais antigas de Aracaju, capital de Sergipe, é a planta editada no Atlas do Império do Brasil. A obra foi organizada pelo professor Cândido Mendes, e publicada no Rio de Janeiro, em 1868. O objetivo desse artigo é examinar a planta impressa de Aracaju, anexa ao mapa de Sergipe no Atlas do Império, como fonte histórica fundamental para entender o processo de ocupação urbana do espaço da cidade, compreendido pelo poder público durante a primeira década após a fundação da capital da província. A abordagem será realizada através da própria planta no Atlas como fonte primária, e utilizaremos relatórios e falas dos presidentes da província como fontes acessórias.

Palavras-chave: Espaço urbano, Aracaju, **Século XIX**.



* Professor do Instituto Federal de Sergipe, desde 1994. Mestre em História pela Unicamp-SP, em 2001. Especializado em Geografia Agrária pela UFS, em 1996. Licenciado em História pela UFS, 1990. Tem publicado artigos em revistas acadêmicas, congressos científicos, capítulos de livros e livros.

Origins of the Urbanization of Aracaju in the Atlas of the Empire of 1868.

Orígenes de la Urbanización de Aracaju en el Atlas del Imperio de 1868.

Abstract

One of the oldest cartographic representations of Aracaju, capital of Sergipe, is the plan edited in the Atlas of the Empire of Brazil. The work was organized by Professor Cândido Mendes, and published in Rio de Janeiro in 1868. The objective of this article is to examine the printed plant of Aracaju, annexed to the map of Sergipe in the Atlas of the Empire, as a fundamental historical source to understand the process of urban occupation of the space of the city, undertaken by the government during the first decade after the founding of the provincial capital. The approach will be carried out through the plant itself in the Atlas as primary source, and we will use reports and speeches of the presidents of the province as ancillary sources.

Keywords: Urban space, Aracaju, 19th century.

Resumen

Una de las representaciones cartográficas más antiguas de Aracaju, capital de Sergipe, es la planta editada en el Atlas del Imperio del Brasil. La obra fue organizada por el profesor Cândido Mendes, y publicada en Río de Janeiro, en 1868. El objetivo de este artículo es examinar la planta impresa de Aracaju, anexa al mapa de Sergipe en el Atlas del Imperio, como fuente histórica fundamental para entender el proceso de ocupación urbana del espacio de la ciudad, emprendido por el poder público durante la primera **década** después de la fundación de la capital de la provincia. El abordaje se realizará a través de la propia planta en el Atlas como fuente primaria, y utilizaremos informes y charlas de los presidentes de la provincia como fuentes accesorias.

Palabras clave: Espacio urbano, Aracaju, Siglo XIX.



Introdução

Uma das representações cartográficas mais antigas de Aracaju, capital de Sergipe, é a planta editada no “Atlas do Império do Brazil”. A obra foi organizada pelo professor Cândido Mendes, e publicada no Rio de Janeiro, em 1868. Neste ano, Aracaju contava apenas com treze anos de fundação.

O Atlas de Cândido Mendes, como ficou conhecido, foi o primeiro desse gênero no Brasil, tornando-se marco da cartografia nacional e servindo de base para trabalhos posteriores. Além dos mapas das províncias, a obra retrata questões de fronteira, apresenta um quadro sobre os donatários das capitanias hereditárias e a distribuição de seus territórios; bem como traz informações geográficas, estatísticas da população e diversos dados administrativos, eleitorais, eclesiásticos e históricos de nosso país.

A obra, medindo 50 x 33 cm, é ilustrada com mapas coloridos. Ela foi dedicada ao Imperador Dom Pedro II (1825-1891), que incentivava a melhoria da qualidade do ensino no Brasil imperial. O Atlas de Cândido Mendes foi destinado, portanto, ao ensino público do Império, e mais especificamente, à instrução dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, na Corte do Rio de Janeiro.

O autor do Atlas do Império do Brazil, Cândido Mendes de Almeida, nasceu em Anapurus-MA, em 1818. Ele foi professor, advogado, jornalista e político, tendo sido deputado geral, em cinco legislaturas, e senador do Império de 1871 a 1881, pelo Maranhão. O intelectual maranhense faleceu no Rio de Janeiro em 1881.

Quanto à planta da cidade de Aracaju, o objeto da análise aqui empreendida está anexa ao mapa da província de Sergipe. O ilustre maranhense afirmou que, para confeccionar seu projeto, consultara a planta manuscrita levantada em 1855 pelo capitão de engenheiros Sebastião José Basílio Pirro. Ou seja, ele afirma ter acessado a planta original manuscrita do engenheiro que primeiro projetou Aracaju no ano da mudança da capital.

Assim, o objetivo desse artigo é examinar a planta de Aracaju, anexa ao mapa de Sergipe, no Atlas do Império do Brasil de 1868, como fonte histórica fundamental para entender o processo de



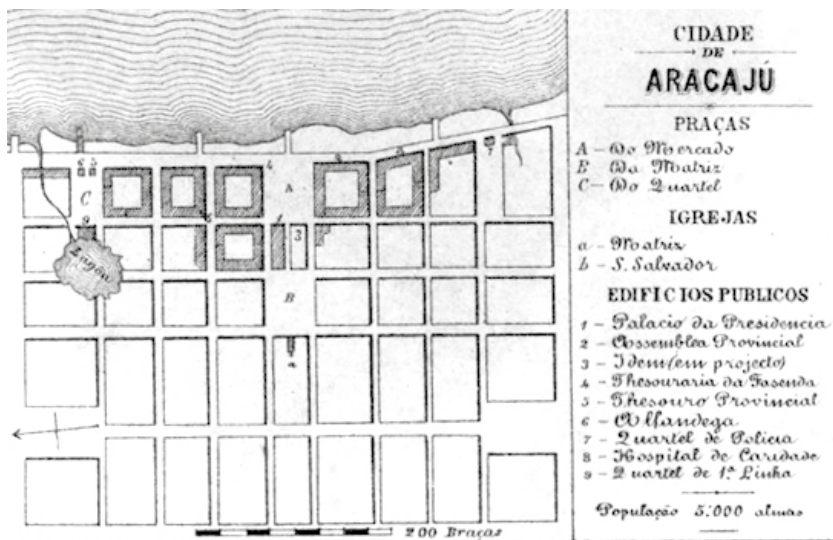
urbanização de origem da cidade. Este é um documento precioso sobre a capital sergipana, na medida em que é um dos primeiros retratos cartográficos da década inicial de formação urbanística da capital sergipana. Portanto, ela é uma fonte preciosa para os pesquisadores de nossa história urbana, sobretudo porque o autor alegara ter acessado o projeto manuscrito original para basear seu registro no Atlas.

1 – A Planta de Aracaju no Atlas do Império de 1868.

A planta de Aracaju, publicada no Atlas do Império, de 1868, é um quadrilátero com quarenta e um (41) quarteirões em forma de quadrados e retângulos. O conjunto da malha urbanística do projeto assemelha-se a um tabuleiro de xadrez, como ficou conhecida a configuração original do centro histórico de Aracaju.

52

Figura 1: Planta de Aracaju no Atlas do Império do Brasil, 1868.



Fonte: Acervo do Senado Federal.
Autoria: Cândido Mendes de Almeida.

Ao lado direito da planta, lê-se a legenda dos equipamentos urbanísticos da capital, assinalados por letras e números, divididos em praças, igrejas e edifícios públicos. E logo abaixo, vê-se o número da população de Aracaju à época: “5.000 [cinco mil] almas” ou habitantes.

Quanto às praças, eram apenas três: do Mercado, da Matriz e do Quartel.

A praça do “Mercado”, assinalada na legenda com a letra “A”, está localizada onde hoje é a praça Fausto Cardoso. O nome praça do Mercado foi seu primeiro topônimo, porque ali ocorria a primeira feira livre da recente capital, num quadrante de areia e gramíneas. Esta é a praça mais importante no projeto por sua centralidade, pois divide o projeto em norte e sul. Ela é fronteira ao então rio Cotinguiba (atual Sergipe). Aliás, este importante curso d’água da capital ocupa todo o alto do quadrilátero da planta de Aracaju no Atlas do Império, pois à época era a principal via de transporte e comércio da província, cujo leito relativamente profundo e largo, fora um dos motivos para a mudança da capital em 1855.

A segunda praça que aparece na planta de Aracaju de 1868 é a da Matriz, assinalada com “B”. Hoje, ela se chama praça Olímpio Campos. A antiga praça da Matriz está situada na velha planta de Aracaju logo abaixo, e contígua, ao quadrante da praça do Mercado. As duas áreas contíguas formam uma espécie de núcleo urbano da capital. Por sinal, foi neste espaço onde se instalaram as edificações mais representativas dos poderes político e religioso.

A terceira e última praça de Aracaju, representada no Atlas de Cândido Mendes, é a do Quartel, marcada com “C”. Pois, como revela o seu nome, ali se situava o Quartel de Primeira Linha, o qual abrigava a tropa regular do Exército Imperial, estacionada em Aracaju. Este prédio é um dos edifícios públicos legendados na planta.

Antes, a “praça do Quartel” era chamada de “praça da Alfândega”, porque esse órgão público foi um dos primeiros a serem construídos na nova capital. Já em 1869, um ano após a edição do Atlas do Império, foi inaugurada a “Casa de Prisão” de Aracaju naquela mesma praça. Daí em diante, o lugar passou a ser denominado de “praça da Cadeia”.



Entretanto, a partir de 1873, a antiga praça da Alfândega passa a ser chamada “24 de outubro”, porque nela ocorriam os folguedos em comemoração à Emancipação Política de Sergipe. Tempos depois, no século XX, mais especificamente no ano de 1927, esta praça passou a ser denominada de “Ciro de Azevedo”, presidente do Estado falecido nesse mesmo ano. Em 1931, a praça muda mais uma vez de nome, para o atual General Valadão, homenageando o militar do tempo do Império e um dos líderes políticos da República Velha em Sergipe.

Depois das praças, vemos na Planta de Aracaju, do Atlas do Império, as duas primeiras igrejas católicas: a da Matriz, sinalizada com a letra “a”, e a de São Salvador legendada com a letra “b”.

A igreja de São Salvador, inaugurada em 1857, foi o primeiro templo católico no projeto da capital. À época, ela era uma “simples capela”, como registrou o Imperador D. Pedro II (1825-1891), quando visitou Aracaju em janeiro de 1860, oito anos antes da publicação do Atlas de Cândido Mendes.

Um fato singular sobre a Igreja de São Salvador, e ligado ao fundador de Aracaju, é que entre 1858 e 1917, ela abrigou o túmulo que guardava os restos mortais de Inácio Barbosa (1823-1855). Ele fora sepultado três anos antes, outubro de 1855, na matriz da cidade de Estância, sete meses depois de realizar a mudança da capital; de São Cristóvão para Aracaju.

A outra igreja marcada na Planta do Atlas do Império, é a Igreja Matriz. O templo foi edificado em 1862, e inaugurado em 1875, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Portanto, ela ainda estava em construção quando da publicação do Atlas, em 1868. Na planta de Cândido Mendes, a Matriz está situada no centro do projeto urbanístico da capital. Desde 1910, essa igreja é a sede da Catedral Metropolitana de Aracaju.

Depois das praças e igrejas, a Planta do Atlas de Cândido Mendes traz a legenda de nove “Edifícios Públicos”, assim enumerados: 1- Palácio da Presidência; 2- Assembleia Provincial; 3- Idem (em projeto); 4- Tesouraria da Fazenda; 5- Tesouro Provincial; 6- Alfândega; 7- Quartel de Polícia; 8- Hospital de Caridade; 9- Quartel de 1ª Linha. Comentemos cada uma dessas edificações.



O primeiro edifício público é o Palácio da Presidência. Ele é a antiga sede do Governo Provincial, e foi inaugurado em 1863. Em 1920, o velho casarão sofreu grande reforma por ser o ano de comemoração do centenário da Emancipação Política de Sergipe, em relação à Bahia. Essa reforma, realizada por uma equipe de artistas e construtores italianos, deu a feição arquitetônica atual do prédio. O palácio funcionou como sede do governo do estado até 1995. E em 2010, foi reaberto ao público como palácio-museu, após restauração.

O segundo edifício público na Planta do Atlas, trata-se da primeira edificação onde funcionou a Assembleia Provincial de Sergipe. Após a mudança da capital, os deputados provinciais passaram a se reunir nesta casa improvisada para reuniões parlamentares. Ela se localizava, como está apontado na Planta, no primeiro quarteirão ao sul da “praça do Mercado” (A), na rua da Aurora, trecho da atual av. Ivo do Prado.

O funcionamento da Assembleia Provincial nessa casa da rua da Aurora não está de acordo com a informação que se encontra no sítio eletrônico oficial da atual Assembleia Legislativa de Sergipe. Ali, e noutros endereços da web, afirma-se que “com a mudança da Capital para Aracaju, em 17 de março de 1855, sua nova sede [da Assembleia Provincial] foi instalada no Palácio Fausto Cardoso”. Entretanto, vê-se que este “Palácio” ainda estava “em projeto” no ano de 1868, conforme a Planta aqui analisada e outros documentos que apresentaremos.

O funcionamento da Assembleia Provincial numa casa improvisada na rua da Aurora, até que se construa o Palácio definitivo (atual Fausto Cardoso), pode ser comprovado através dos Relatórios de Presidentes da Província de Sergipe. No relatório de 1859, por exemplo, apresentado aos deputados provinciais pelo presidente Manuel da Cunha Galvão, ele escreve que pagou “seis contos de réis” ao proprietário do imóvel, José Gomes Ribeiro, como pagamento de cinco anos de aluguel para que ocorram as sessões da Assembleia.

Já sobre o prédio onde funcionará definitivamente a Assembleia Provincial, o Relatório de agosto de 1868, apresentado pelo presi-



dente Antônio Bulcão, registra que a construção do “Palacete da Assembleia Provincial” foi iniciada em abril daquele ano, e que a obra estava “em andamento”; como podemos conferir também na Planta do Atlas de 1868.

E, por fim, no Relatório de 1870, o então presidente declarou que seu antecessor rescindira o contrato da obra celebrado em 1868, e que mandara levantar nova planta, novo orçamento e um novo edital de contrato para continuar a construção do Palacete da Assembleia. Ele alegara que as proporções do edifício, na planta original, eram “acanhadas e defeituosas”; mas que aproveitaria o que fosse possível dos alicerces já feitos. Assim, em abril do ano anterior, 1869, celebrou-se novo contrato para construção do Palacete do Poder Legislativo.

Ainda no ano de 1872, o arrematante da obra da Assembleia, Manoel Joaquim da Costa, requereu rescisão do contrato porque seu fiador lhe retirara a fiança. E em novembro desse mesmo ano, a morosa obra do Palácio Legislativo passou para o comando de outro contratante, José Agostinho do Nascimento.

Por fim, no final do ano de 1873, o Palácio da Assembleia Provincial foi concluído. E quanto à velha casa, na rua da Aurora, onde funcionou primeiramente o Corpo Legislativo Provincial, ela passou a abrigar, a partir de 1874, o recém-criado Asilo Nossa Senhora da Pureza, dedicado a órfãs desvalidas.

Voltando para a análise da Planta de Aracaju de 1868, vemos na legenda de número 3 a expressão “Idem, em projeto”, referindo-se ao Palácio que estava em construção e que irá abrigar a Assembleia Legislativa Provincial em 1873; e que no século XX se chamará Palácio Fausto Cardoso, em homenagem ao deputado republicano assassinado em 1906.

Continuando a apresentação das edificações públicas na Legenda de número 4, lê-se Tesouraria da Fazenda. Neste imóvel de propriedade do Governo Central funcionou primeiramente o “Palacete Provisório do Governo”, que serviu de residência e casa de trabalho para a presidência da província. Em 23 de março de 1855 sua obra foi contratada e foi concluída em março de 1857.



Esta edificação, que era uma casa construída de pedra e cal, foi reformada para se tornar um “palacete”, passando a possuir quatro quartos, duas salas na frente, um gabinete, uma sala de jantar com telha vã, uma dispensa e uma cozinha.

Entre outubro e dezembro de 1859, o Palacete provisório foi mais uma vez reformado, ampliado e mobiliado para servir de Palácio Imperial a Dom Pedro II, à Imperatriz Tereza Cristina e às suas comitivas, durante a visita de Suas Majestades a Sergipe, entre 11 e 20 de janeiro de 1860.

A antiga casa, localizada na esquina da rua da Aurora com a face norte da praça do Palácio, deixou de ser o palacete residencial do presidente da província a partir da inauguração do palácio oficial permanente, em 1863 (atual palácio Olímpio Campos).

A partir de então, a casa que serviu de palacete passou a abrigar a Tesouraria da Fazenda, como está na planta de 1868. Esta casa foi demolida no início do século XX. Em seu lugar foi construído o atual prédio da Delegacia Fiscal do Ministério da Fazenda, em estilo neoclássico, inaugurado em 1º de setembro de 1906 pelo governo federal.

Seguindo a numeração da legenda da planta de Aracaju no Atlas de 1868, vemos os números 5 e 6, que correspondem respectivamente ao prédio da Tesouraria Provincial e da Alfândega.

A edificação do prédio da Tesouraria Provincial foi totalmente concluída em fins de 1859. Ele ficava num largo vizinho à Alfândega, onde hoje se encontra a praça General Valadão, que na planta de 1868 está assinalado com a letra “C” e legendado como praça do Quartel, porque ficava defronte ao Quartel de 1ª Linha.

O serviço da tesouraria era de grande importância para a cidade que estava em plena construção, pois era preciso controlar as despesas e receitas das obras em andamento, sobretudo por conta da precariedade da arrecadação e dos cofres da pequena província, motivos de constante reclamação dos diversos presidentes que assumiram a província.

Quanto à obra do prédio vizinho, o da Alfândega, ela foi iniciada em maio de 1855. E em outubro de 1856, essa repartição geral



passou a funcionar. Anteriormente, a Alfândega funcionava num precário barracão provisório de palha e taipa, muito comum numa capital cuja fundação foi realizada de imediato após sanção do governo provincial.

Porém, após várias intervenções na obra da Alfândega, a partir de 1858, o prédio só foi concluído em 1861. A nova planta e orçamento para melhoria das instalações da Alfândega ficou sob a responsabilidade do major de engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, famoso por confeccionar a primeira planta do projeto da capital. Ele prestava serviço na província de Sergipe desde 1848. Quanto à sua construção ficou encarregado o empresário José Valente de Queiroz.

Retornando ao número 7 da legenda da planta de Aracaju no Atlas de 1868, temos o Quartel de Polícia.

A obra do Quartel de Polícia foi contratada em abril de 1855 e concluída em julho de 1856. Esta edificação se localizava no extremo sul do quadrante Pirro, na rua da Aurora - hoje av. Ivo do Prado, popularmente conhecida como rua da Frente; próximo onde hoje se encontra o terreno onde está instalado o Museu da Gente Sergipana.

Voltando-se para a legenda de número 8 da planta de Aracaju, contida no Atlas do Império, lê-se: Hospital de Caridade.

Desde a fundação da capital que todos os presidentes reclamavam a falta desta instituição de caridade. A obra deste estabelecimento pio provincial foi contratada em 1858, mas só foi concluída em 16 de fevereiro de 1862, devido à “penúria dos cofres provinciais”.

A obra desse hospital foi a única que não paralisou devido à carência de um serviço médico humanitário na recente capital. Ela foi empreendida pelo contratante Joaquim José Alves Guimarães. Já o dr. Francisco Sabino Coelho de Sampaio, um dos médicos mais experientes da província, foi nomeado como o primeiro médico do Hospital de Caridade de Aracaju. Quanto à compra do material hospitalar para funcionar a entidade, ficou a cargo do Tenente Coronel Manoel Antônio de Faro por um contrato estabelecido com a tesouraria provincial.

Mas para inaugurar o Hospital de Caridade de Aracaju foi preciso o presidente da província solicitar donativos em dinheiro, além da cobrança de impostos sobre a contribuição marítima e a cobrança de “10% sobre cada canada de aguardente exportada”. Só assim foi possível abrir as portas do Hospital de Caridade da Capital para os “enfermos desvalidos”.

A legenda de “Edifícios Públicos” do documento em análise se encerra com o número 9, que corresponde ao “Quartel de 1ª Linha”, ou quartel da Companhia Fixa do Exército Imperial. Ele se localizava na praça do Quartel, cujo topônimo na planta alude a esta mesma instituição militar.

No primeiro ano da nova capital, entre março de 1855 e agosto de 1856, o Quartel de 1ª Linha se instalou num “tosco barracão de palha” em que as águas pluviais invadiam o seu interior, totalmente inadequado para este serviço público, comprometendo ademais a saúde e a disciplina da corporação. Essa situação se agravou durante a epidemia de cólera, entre agosto de 1855 e fevereiro de 1856, quando alguns soldados ficaram doentes ou morreram com atendimento e instalações de enfermaria inadequadas.

Mas a construção de um Quartel permanente para a Companhia Fixa de 1ª Linha do Exército em Aracaju foi autorizada em fevereiro de 1858. A planta desse Quartel foi elaborada pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Francisco Pereira da Silva. Esse engenheiro foi substituído pelo tenente de engenheiros Manoel Gomes Borges.

Quanto à construção do então novo quartel do exército em Aracaju, ela foi arrematada pelo dr. Guilherme Pereira Rebelo, atuante médico e também empreendedor no ramo da construção civil no tempo em que a capital sergipana estava em sua origem urbanística. Pereira Rebelo construiu o prédio do quartel de 1ª Linha em três etapas ou seções, encerrando a terceira etapa da obra do Quartel de 1ª Linha no fim do ano de 1862.

Voltando à planta aqui analisada, vê-se próximo ao fundo do prédio do Quartel de 1ª Linha, é observa-se uma lagoa cujo córrego desemboca no rio Sergipe. Esse acidente geográfico assinalado



ocupava o que hoje corresponde à área do fundo do prédio do antigo hotel Palace de Aracaju e do edifício do estado de Sergipe (o Maria Feliciano), no Largo Esperanto, no atual centro comercial da capital.

Percebe-se também na planta do Atlas que a referida lagoa desaguava ou esgotava por detrás da praça do Quartel, onde está construído o Palácio Serigy, e onde posteriormente foi construída a antiga Cadeia de Aracaju, inaugurada uma década depois da publicação do Atlas de Cândido Mendes. Por isso, a antiga praça do Quartel será denominada, posteriormente, de praça da Cadeia, a partir da década de 1870.

O Quartel do Exército da Companhia Fixa de Caçadores ou de 1ª Linha, se localizou neste quadrante de praça até o início da década de 1960. Pois em seu lugar foi construído pelo governo do Estado o edifício do Hotel Palace de Aracaju, inaugurado em 1962.

60



Conclusão

A planta de Aracaju no Atlas do Império do Brasil do professor Cândido Mendel, publicado em 1868 não assinala as edificações residenciais. Ele assinala apenas três praças e onze edificações públicas (09 civis e 02 religiosas). Das nove edificações civis, uma estava “em projeto”, onde funcionaria a Assembleia Provincial.

Nem todos os quarteirões ainda estavam ocupados. Dos 41, apenas 10 estão representados por quadriláteros com bordas escuras ou hachuradas, talvez representando um sinal da ocupação urbanística das edificações públicas.

Dentre as obras públicas de certa importância para o serviço público, no ano de 1868, não havia sido ainda construído na capital um mercado público, nem uma cadeia e nem tampouco uma matriz. Pois a praça do mercado se referia ao largo aberto e descampado em frente ao palácio; e quanto à matriz, ela estava em construção, sendo inaugurada em 1875.

Na planta lê-se que Aracaju possuía uma população estimada em cinco mil pessoas. Este número de habitantes não comportaria no quadrante urbanísticos nuclear e residencial da novel capital.

Portanto, este é mais um forte indício, confirmadas por outras fontes, de que a maior parte da população residia fora do quadrante Pirro, em casas de palha ou de taipa coberta de palhas, em condições insalubres de moradia. Pois os aluguéis da área projetada, e representada na Planta do Atlas, eram caros e o preço de terrenos e imóveis também propiciava uma divisão sócio/espacial entre os moradores de Aracaju das primeiras décadas.

Aracaju nesse período retratado no Atlas do Império enfrentou vários problemas que foram obstáculos para sua urbanização regular. Citemos como exemplo, a falta de uma repartição de obras públicas para administração e fiscalização das contratações e construções empreendidas nos primeiros anos.

Outro problema foi a paralisação das obras na década de 1860 devido tanto à epidemia de cólera quanto à exiguidade dos cofres da província. Acrescenta-se a isto falta de material de qualidade e também de mão de obra qualificada para as construções públicas, as quais muitas vezes eram refeitas ou reparadas por má execução.

É bem verdade que outro fator importante para a demora e/ou paralisação das obras foi a construção simultânea de prédios públicos, devido à emergência de se urbanizar a capital, diminuindo os imóveis improvisados de palha e taipa de muitas repartições, e com isto encorajar a vinda de moradores do interior que não acreditavam no futuro da nova urbe nascida sobre dunas e pântanos insalubres, que vitimaram de febres e outras doenças os poucos moradores, empregados e autoridades públicas, a exemplo de seu fundador Inácio Joaquim Barbosa (1823-1855).

Por fim, a planta de Aracaju impressa no Atlas do Brasil de 1868, publicada por Cândido Mendes, é uma fonte preciosa para compreender as dificuldades enfrentadas pelos primeiros administradores da capital da pequena província, os quais além de permanecer pouco tempo no poder, para servir as necessidades do Imperador, tinham que enfrentar muitos problemas, como vimos, de ordem urbanística.



Referências

BROTERO, João Dabney d’Avelar. **Relatório com que foi aberta a Assembleia Legislativa de Sergipe**. Bahia: Typographia de A. Olavo de França Guerra, 1858. p. 38.

BULCÃO, Antônio D’Araújo D’Aragão. **Relatório com que passou a administração da Província, no dia 11 de agosto de 1868**. Aracaju: Typ. do Jornal de Sergipe. p. 10.

CARDOSO JUNIOR, Francisco José. **Relatório com que abriu a 1ª Sessão da 19ª Legislatura da Assembleia de Sergipe**. Aracaju: 04 de março de 1870. p. 67.

COELHO e MELO, Antônio Dias. **Relatório com que foi entregue a província pelo segundo vice-presidente no dia 31 de julho de 1863**. Aracaju: Typ. Provincial, 1863. p. 11.

GALVÃO, Manuel da Cunha. **Relatório apresentado à Assembleia de Sergipe em 15 março de 1860**. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina, 1860. p. 23.

História [da Assembleia Legislativa de Sergipe]. Disponível em: <https://al.se.leg.br/>. Acesso em: 14/10/20.

MACEDO, Luiz Álvares de Azevedo. **Relatório apresentado perante a Assembleia Provincial de Sergipe**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 04 de março em 1872. p. 21.

MENDES, Cândido. **Atlas do Império do Brazil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciarias**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. **Fala com que foi aberta a 1ª sessão de 14ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1862**. p. 15-16.

MIRANDA, Antônio dos Passos. **Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa de Sergipe**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 01 de março de 1875. p. 41-42.

PORTO, Fernando. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2003. p. 121-122.

SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. **Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de julho de 1856**. Bahia: Typographia de Calos Poggetti, 1856. p. 14.



SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. **Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa em fevereiro de 1857.** Sergipe: Typographia Provincial, 1857. p. 13-20.

SEBRÃO, Cypriano d'Almeida. **Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 01 de março de 1873. p. 24.



A cidade republicana nas atas da Câmara Municipal de Mariana de 1889 a 1930: Entre o núcleo urbano colonial e as visões do moderno

Flávia Caroline Fidellis da Cruz*
Carla Aparecida Nunes**

Resumo

Este artigo verifica quais os principais elementos da modernização e urbanização marianense nos anos de 1889 a 1930, no contexto da Primeira República, e de qual forma estes empreendimentos apareciam como projetos políticos a serem debatidos no interior das reuniões camarárias. Bem como de que maneira esses programas modernizadores eram incorporados no corpo social e urbano da cidade. Ressaltando que as principais investigações historiográficas lançam luz ao século XVIII, deixando a temporalidade em questão relegada.

Palavras-chave: Mariana, Primeira República, Modernização.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, vinculada à iniciação científica “O processo de modernização e urbanização da cidade de Mariana na Primeira República: uma análise por meio dos inventário *post-mortem*”, ligada ao grupo Impérios e Lugares do Brasil, amparados pelo Cnpq. Bolsista pelo Programa de Incentivo à Pesquisa.

** Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, vinculada à iniciação científica “O processo de modernização e urbanização da cidade de Mariana na Primeira República: uma análise por meio dos inventário *post-mortem*”, ligada ao grupo ILB, amparados pelo CNPq. Voluntária do Arquivo Aberto, projeto de extensão.

The republican city in the minutes of the Municipality of Mariana of 1889 to 1930: Between the colonial urban nucleus and the visions of the modern.

La ciudad republicana en las actas del Municipio de Mariana de 1889 a 1930: Entre el núcleo urbano colonial y las visiones de lo moderno.

Abstract

This article verifies which are the main elements of the Marianense modernization and urbanization in the years 1889 to 1930, in the context of the First Republic, and in what way these undertakings appeared as political projects to be debated within city council meetings. As well as how these modernizing programs were incorporated into the social and urban body of the city. Emphasizing that the main historiographic investigations shed light on the 18th century, leaving the temporality in question relegated.

Keywords: Mariana, First Republic, Modernization.

Resumen

Este artículo, verifica cuales fueron los principales elementos de la modernización y urbanización de la ciudad de Mariana en los años de 1889 a 1930, en el contexto de la primera república y de que forma estos emprendimientos aparecieron como proyectos políticos para ser debatidos en el interior de las reuniones de la cámara. Bien como, de que forma estos programas modernizadores eran incorporados en el cuerpo social y urbano de la ciudad. Resaltando que las principales investigaciones historiográficas orientaron el siglo XVIII dejando a la temporalidad en una situación de irrelevancia.

Palabras claves: Mariana, Primera República, Modernización.



Este artigo¹ apresenta uma síntese do processo de modernização e urbanização da cidade de Mariana-MG, nos limiares da Primeira República. As fontes documentais analisadas são as *atas das reuniões camarárias* que abordam todo o período em questão. O conjunto documental é referente a parcela das atividades administrativas dos poderes públicos municipais e encontra-se conservado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana².

Este conteúdo concentra-se no domínio da História Econômica e identifica a realidade econômica e sociocultural dos marianenses no contexto da Primeira República, compreendendo que as ferramentas de análise disponíveis nesta área permeiam e encaminham os demais suportes metodológicos. Visto que as questões econômicas reveladas nessa documentação permitem compreender as interações no espaço urbano e desvelar os anseios de modernização das elites locais, em primeira instância, mas também da população como um todo, tanto pelas interações descritas em relação às obras públicas e particulares, quanto pelas tensões em torno da arrecadação de impostos, evidenciando os projetos de desejo do corpo político e civil.

A empreitada de compreensão do universo de transformações que permeiam o ambiente urbano é transdisciplinar, dado que apenas o campo da História se apresenta como uma especialidade por demais sintética, especialmente, no que se refere a produções historiográficas tangentes à urbanização de Mariana no período investigado. De maneira que o campo da História da Arquitetura no Brasil Republicano fornece uma carga referencial que contribui com a investigação e a maturação das questões envolvidas, já que por meio dos marcos conceituais e dos elementos espaciais que este domínio explora, é possível compreender fenômenos históricos da urbanização e seus impactos econômico-sociais na cidade com maior profundidade. Este campo do saber permite observar quais eram os pensamentos, valores e teorias que rondavam as mentali-



- 1 Este conteúdo foi produzido com amparo financeiro provido pela Cnpq.
- 2 Endereço do AHCMM: R. Cônego Amando, 183 - Mariana, MG, 35420-000. Para mais informações consultar o site da instituição, disponível em: <https://lph.ichs.ufop.br/arquivo-hist%3fb3rico-1>

dades e os interesses daqueles sujeitos responsáveis por construir novos símbolos materiais no regime republicano, assim, é possível compreender as formas de constituição e de transformação da paisagem cultural marianense.

Os registros das reuniões camarárias dos anos 1889 a 1930 permite averiguar as intenções, escolhas e prioridades dos sujeitos responsáveis pelo registro legislativo de seu contexto vigente, a seleção deste documento solene é de relevância ímpar, uma vez que comportam as deliberações camarárias. A obra cânone “Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal”, permite averiguar as condições que permitiram a Casa de Câmara e Cadeia se estabelecer e permanecer secularmente na cidade, pois a presente produção investiga as dimensões do espaço e do poder que possibilitaram as elites locais e camadas populares interagirem em diferentes temporalidades e circunstâncias.

68

Através desse conjunto de fontes, é possível acessar a configuração do legislativo e parte do cotidiano administrativo. Essa parcela da documentação, apresenta os cargos ocupados dentro do espaço público, que nesse período estão divididos entre: presidente da câmara municipal, vice-presidente, vereadores, secretário, procuradores e comissões, sendo elas: obras públicas, indústria e agricultura, instrução pública, higiene, polícia, entre outras. Diante do recorte que a pesquisa abrange é importante salientar que não havia a figura do prefeito, mas sim, o presidente da câmara ocupava um espaço central nas deliberações e relações políticas municipais, essa figura ocupa o cargo de Agente Executivo dentro da instituição, eleito pelos seus pares em uma sessão ordinária.

Cabe destacar que juntos as atas estão presentes as cópias de relatório dos Agentes Executivos, registro que elenca os principais pontos de sua gestão, observações gerais sobre o município e apreciações pessoais sobre o momento da cidade republicana. Essa parte da documentação permite aprofundar as compreensões desses personagens em seus períodos de mandato e observar as demandas locais. A partir da leitura acurada das fontes é notável os interesses de determinados grupos e sujeitos políticos em enaltecer certos aspectos de sua gestão, assim como, em ocultar determinadas facetas de sua administração.

Outro corpo documental presente é as atas eleitorais. Nas quais é possível acompanhar todos os indivíduos que participaram dos pleitos, como articulam-se, número de votos, como a eleição se deu nos distritos, enfim, permite acessar o cenário político local e compreender os trâmites do processo eleitoral do período. É notório a manifestação de discordâncias e conflitos entre as diferentes alas políticas, onde conchavos, apesar de estarem subentendidos, dão margem para compreender as tensões existentes no interior da Câmara Municipal.

Em vista disto, foi realizada a apuração e sistematização dos principais assuntos discutidos pelos agentes camarários que se apresentam como profundamente relevantes para compreender tanto a área de competência da administração municipal quanto às transformações da infraestrutura urbana, econômica e dos modos de vida no período. Estão separados nos seguintes eixos: *terras*, em que são apurados os pedidos de aforamento³ e as demandas da comissão de obras públicas. Na sequência, o eixo é a *iluminação* que identifica os contratos, termos de arrematação e petições, sendo estes públicos e privados. Por fim, o último eixo é *serviço*, no qual se encontram mineração, comércio, indústria e telefonia, sendo pedidos de pessoas físicas e jurídicas.

Enquanto as maiores partes documentais já arroladas, em inúmeras pesquisas sobre Mariana, referem-se à porção dos espaços públicos, religiosos e de civis notórios, é possível a partir do manuseio das atas das reuniões camarárias obter informações relativas aos contornos da malha residencial do período. Diante das informações contidas nestas fontes oficiais verifica-se o nome completo do morador que formaliza determinada solicitação, juntamente com a informação da localização da residência, bairro ou área em questão, indicando em certos casos as respectivas atividades a serem realizadas no local. Esse elemento possibilita acessar as disputas no

3 O termo refere-se ao instrumento jurídico de acesso e uso das terras urbanas, que foi profundamente comum no Brasil até o início do século XX. Nos dias atuais apresenta-se em desuso, mas ainda faz parte das possibilidades jurídicas. Nesse arranjo, os terrenos do município ficam dispostos para um cidadão ou empresa mediante ao pagamento de taxas. Esses espaços seguem como propriedade do poder local e o “foreiro” tem direito de uso, edificação e de passar para um terceiro.



tecido urbano e as mudanças em relação a configurações anteriores, bem como a ocupação de certas áreas. Destaca-se que apesar das informações relativas à localidade dos pedidos, nem todos são compatíveis com as atuais áreas correspondentes, não sendo possível confirmar plenamente, visto a ausência de fontes cartográficas disponíveis para consulta.

Por meio da leitura desses documentos pode-se identificar conflitos nas ideologias, valores e anseios de modernização de atores políticos e civis, através dos presentes registros se identifica as condições que subjazem as intenções registradas e que ainda fazem parte da experiência do presente da cidade. As fontes primárias permitem aos pesquisadores embasar o suporte teórico e corroborar as hipóteses formuladas sobre o passado, nos quais as figuras legislativas e civis marianenses integravam. As inquietações diante deste passado republicano buscam compreender: De qual forma os conflitos entre diferentes alas políticas chocaram-se e se arranjaram a fim de comportar os “ares modernos”? De qual forma as relações de nível clientelista no âmbito político prevaleceram ou não diante das propostas que visavam o melhoramento da infraestrutura pública? De qual forma as disputas políticas e socioeconômicas do período influenciaram as transformações do espaço urbano de Mariana? Dado que o município possui uma trajetória secular e as manifestações de cada período atuam como meio de acessar a constituição desse espaço.

É necessário antes, compreender um breve panorama sobre a formação da cidade de Mariana em sua trajetória secular para assimilar de qual forma o espaço urbano se transformou no período republicano. O principal trabalho empregado por diversos pesquisadores é a dissertação de mestrado elaborada em 1995 pela arquiteta e urbanista Cláudia Damasceno Fonseca, intitulada “Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural”, este é um estudo metucioso que proporciona uma historicização de longa data do município. Juntamente com o artigo “O espaço urbano de Mariana: sua formação e sua representação”, produzido pela mesma autora, serve como subsídio para uma compreensão delicada das condições pelas quais a cidade se transformou em sua experiência no tempo



e no espaço, este último artigo encontra-se na obra cômica “Termo de Mariana”.

As primeiras povoações que ocuparam a porção da margem esquerda do ribeirão do Carmo a fizeram de forma bastante irregular, onde foram construídas algumas cabanas ao longo da margem do rio que consolidaram os povoados mais antigos da Vila de Nossa Senhora do Carmo, sendo as seguintes regiões: São Gonçalo, Mata Cavalos e Monsus, que foram as primeiras áreas ocupadas no sítio minerador que abrigaram os habitantes notáveis. Posteriormente, com o programa urbanístico vindo da metrópole para consolidar a cidade, os moradores mais vultosos desceram os morros e ocuparam as partes mais planas da cidade. As regiões primitivas passaram a ser abandonadas gradativamente e foram ocupadas por trabalhadores livres, vindo a se tornar localidades de preocupação da ordem policial. Entretanto, no período republicano algumas dessas áreas de ocupação secular que eram tratadas com alarde pelo policiamento colonial vieram a ganhar um novo perfil de tratamento, passando a ser respeitadas como regiões ocupadas por trabalhadores. (TERMO DE MARIANA, 1998:33) (FONSECA, C. 1995: 11-61-65).

Ao longo do século XVIII e início do século XIX se deu a formação da paisagem colonial que corresponde a atual área patrimonial da cidade, as condições que permitiram a formação da face setecentista do espaço urbano estavam intimamente ligadas às questões de cunho econômico-social da colônia. Uma vez que a ocupação primitiva da cidade começava a se deslocar dos arredores do ribeirão do Carmo para se acomodar em uma região mais estável em termos topográficos do território. A imposição da metrópole na colônia mineira se deu de forma expressiva, mesmo que a vila não tivesse condições efetivas de se tornar uma cidade. Como indica Francisco Iglésias:

O auge da centralização verifica-se quando a Metrópole está sob a direção de Pombal, que se orienta sob o signo da unidade, submetendo a nobreza, os fatores dispersivos, para engrandecimento da Coroa. O ministro teve domínio sem contraste por mais de vinte e cinco anos (1750-77). Sua obra não é mero empirismo,



pois obedeceu a toda uma filosofia, que se inscreve na linha do déspota de luzes, inspirada no pensamento do mercantilismo (IGLÉSIAS, F. s/d: 267).

Para as elites provincianas era de grande interesse a elevação da vila à condição de cidade, as quais solicitavam à Coroa a instalação do corpo político-administrativo, pois através deste elemento é que podiam formalizar a emancipação do município junto ao Conselho Ultramarino. Quando o sítio estava em uma condição econômica vultosa iniciou-se a empreitada de transformação da vila à condição de *urbes* colonial, no ano de 1745 a vila foi elevada à condição de cidade para abrigar o primeiro bispado da província de Minas. Nesse momento a cidade necessitou de uma nova estrutura urbana que veio se concretizar através de um projeto urbanístico iluminista vindo do reino, sendo o traçado regular uma das características singulares de Mariana, colocando-a em distinção com demais formações urbanas mineradoras setecentistas. Nas palavras de Cláudia Damaceno:

Mariana apresentou, inicialmente um processo de urbanização muito semelhante aos outros núcleos mineiros, processo este caracterizado pela polarização social e espacial, exercida pelas primeiras capelas. Entretanto, em meados do século XVIII, a primeira capital administrativa das Minas, ao ser transformada, desta vez, em capital religiosa, ganhou uma nova estrutura urbana, caracterizada pela regularidade de seus espaços públicos, por um traçado quase ortogonal, semelhante aos implantados nos principais núcleos da costa brasileira é radicalmente oposta às formas “caóticas” e “espontâneas” dos outros núcleos de mineração. Esta intervenção foi possibilitada pela forte concentração de poder - religioso e civil “umbilicalmente” ligados - naquele espaço. (FONSECA, D. 1995: 184).

Este programa, embora, acompanhasse princípios de origem lusitanas partindo de ideais renascentistas era constantemente adaptado às condições construtivas locais, se adequando de maneira autônoma à mão de obra e aos materiais disponíveis, os quais eram



dissonantes daqueles presentes no planejamento metropolitano. Diante deste projeto ficou definida a paisagem cultural de Mariana, “determinando a sequência de suas ruas, bairros, da construção de seus elementos singulares e de seus monumentos históricos”. (FONSECA, C. 1995:20) (SALGUEIRO, H. 1996:130).

A principal operação entre as intervenções reguladoras empreendidas no período tem destaque para a construção do poder legislativo na cidade que se estendeu dos anos de 1743 a 1798, por meio da construção da Casa de Câmara e Cadeia e a instalação do Pelourinho, símbolo efetivo da justiça nas noções escravistas dos tempos coloniais. Neste íterim setecentista foi que a porção tratada como “monumento histórico” ganhou seus contornos formais. Muitas dessas determinações setecentistas estão conservadas no tempo presente, sobretudo, por meio dos traçados das ruas que conservam as fachadas singulares dos domicílios, pela formação de bairros que abrigam diferentes classes sociais, das instituições e dos espaços públicos para usufruto dos habitantes. Destaca-se a permanência dos aquedutos coloniais até as primeiras décadas do século XX, quando houve uma Comissão de Melhoramento Municipal responsável pela implementação de uma rede de esgotamento atualizada na cidade. O conjunto de melhorias visava amenizar o problema secular de inundações de várias partes do município, dessa maneira permitindo a urbanização desses espaços. (TEDESCHI, D. 2016: 121).

O traçado urbano elaborado para aquele sítio partia das demandas político-econômicas e socioculturais daquela sociedade mineiradora, marcando a permanência da *urbes* colonial que orientou os novos traçados que atravessaram os séculos seguintes. A inscrição setecentista em Mariana veio a se eternizar enquanto “fatos urbanos”, mas nem por isso os séculos seguintes deixaram de formular sua marca, permitindo que houvesse a ressignificação sociocultural do espaço colonial. (ROSSI, A. 1982:13).

Já no século XIX com a decadência da extração aurífera a principal fonte de renda se tornou a produção agrária, fortalecendo a movimentação da economia interna do município, juntamente com o desenvolvimento de artesanatos e atividades manufatureiras domésticas. Sendo:



Indispensável para a análise das Minas oitocentista, o conceito de uma economia em acomodação evolutiva, estabelecido por Douglas Colle Libby, passou a figurar na maioria dos trabalhos sobre a província de Minas Gerais. Sua obra foi fundamental ainda, para determinar os padrões de concentração da propriedade escrava na província de Minas que revelaram a preponderância dos pequenos plantéis. Tais conclusões, por sua vez, confirmaram que o “regime escravista mineiro dos oitocentos é algo singular, ou pelo menos excepcional, no contexto do escravismo moderno. (GONÇALVES, L. 1998:21).

O que indica que o município se respaldou na economia interna para concentração endógena, fomentando o enriquecimento dos comerciantes e de proprietários mineiros. Entretanto, a economia agrária não conservava o objetivo de melhoramento das vias urbanas, deixando a cidade resguardada a fisionomia setecentista. Para a pesquisadora Cláudia Damasceno Fonseca:

Em 1906, quando Mariana era elevada a Arquidiocese, a “cidade dos bispos” apresentava praticamente a mesma feição do século XIX, com suas “mil torres” e “suas paisagens exaustas”, a vida na cidade [era] calma e melancólica (FONSECA, C. 1995: 145).

Na passagem do século XIX e início do XX a cidade conservou a maior parte de suas características coloniais, não tendo alterado significativamente sua malha urbana, embora alguns trechos tidos como rurais passassem a ser utilizados pelo setor público-privado para instalação de infraestrutura urbana moderna. É nas primeiras décadas do século XX que algumas teorias urbanísticas europeias começam a ganhar espaço nas preocupações dos agentes legislativos, transformando a paisagem cultural marianense e orientando novas medidas à frente das atividades a serem desenvolvidas em alguns trechos da cidade. Assim, inspirando novos significados às formas urbanas da cidade, apesar que nem sempre estas aspirações pudessem ser executadas em Mariana, devido a imensa crise econômica em que o governo republicano estava inserido, não conseguindo meios para a consolidar todos os anseios.



Além do mais, por conta da estrutura urbana já consolidada não havia a necessidade de edificação de novos prédios públicos, uma vez que mesmo por parte das alas progressistas era de bom tom usar os espaços públicos que guardam o símbolo do poder tradicional. Situação diferente das novas cidades que se fundaram a partir da dinâmica econômica agroexportadora emergente, as quais, tinham a necessidade de construir espaço públicos para abrigar o poder legislativo e policial da época. Bem como é o caso do espaço em que foi planejada a cidade de Belo Horizonte que, *a priori*, não havia uma estrutura, possibilitando a construção de um espaço para materializar os anseios republicanos de ser o eixo industrial, comercial e de serviços responsável pelo desenvolvimento da região central da província.

O cenário marianense, aqui abordado, se estende à porção correspondente ao atual “centro histórico” da sede do município, incorporando as poucas novas regiões ocupadas por trabalhadores livres nas adjacências da área considerada “monumental”⁴. A propósito, na transição do século XIX para o XX não existiam fronteiras claras entre a área considerada urbana e rural da cidade, pois estes marcos eram fluidos. (FONSECA, C. 1995: 70).

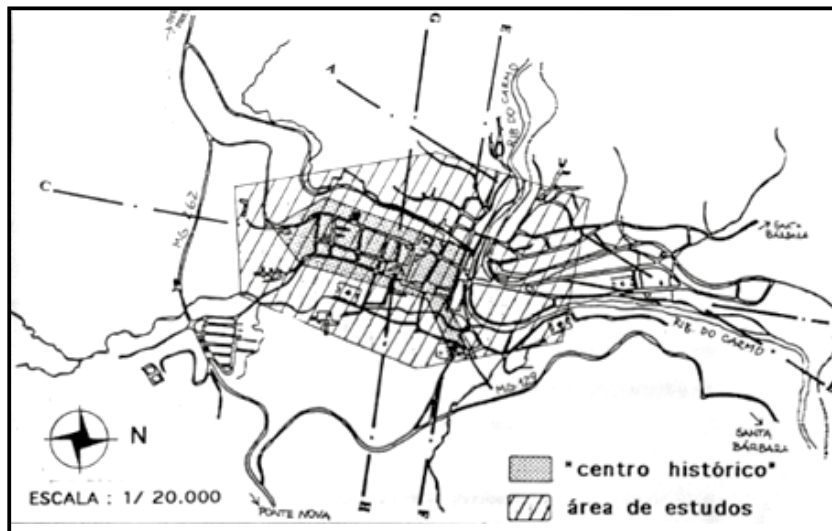
O mapa-síntese⁵ abaixo identifica de forma esquemática a porção ocupada além do perímetro compreendido atualmente como “parte monumental”, nesta nova porção é possível identificar através das atas o perfil dos interessados nestas regiões ociosas, sendo a maior parte trabalhadores assalariados. A parte hachurada é relativa aos bairros São Gonçalo, Santana, Chácara do Quintanilha, os limites do São Pedro e do Rosário.

4 Algumas das regiões atualmente consideradas suburbanas correspondem a áreas de ocupação secular e não são consideradas patrimoniais, permitindo indagar qual ou quais culturas são convenientes à preservação. É importante salientar que no período ainda não havia o órgão SPHAN e apesar das preocupações vindouras no período republicano não havia uma preocupação com a preservação de bens coloniais, pois as intenções republicanas partiam da nova linguagem eclética e de suas vertentes.

5 Esta imagem foi retirada da dissertação desenvolvida pela pesquisadora Cláudia Damasceno, a qual busca compreender a formação da face colonial de Mariana.



Fig. 1 - Planta e cortes topográficos da área de estudo.



De acordo com esta figura fica evidente as intenções de atualização do espaço segundo os preceitos modernizadores do “programa civilizador” operado no imaginário dos agentes públicos que têm respaldo em suas decisões legislativas, pois, no período republicano, haviam a preocupação de sintonizar a infraestrutura da cidade as novas práticas modernizadoras, a fim de criar na cidade o aspecto de um “álbum de projeções” desse novo tempo. Este mapa apresenta a cisão entre a Mariana da parte sul que conservava o *lócus* colonial em contraste com a “nova” cidade que se delineava na porção norte (naquele tempo consideradas como uma porção rural), na qual as edificações “modernas” eram incentivadas pelo poder público. Destaca-se que no contexto urbanístico da Mariana republicana as fronteiras entre a área rural e a urbana passaram por um processo de fluidez, uma vez que regiões afastadas receberam incentivo municipal para serem ocupadas. (COSTA, M. 2012) (ELIAS, N. 1994).

O aspecto natural da cidade pronunciava esta diferença entre as tradições ali cultivadas, na margem direita do rio do Carmo ficaria conservado o poder reacionário monárquico, enquanto na parte esquerda as aspirações republicanas podiam ganhar seus contor-

nos por meio de edificações do “tipo moderno”⁶. Sendo que poucas destas construções sobreviveram até a atualidade e as poucas que atravessariam para o século XXI passaram por profundos processos de descaracterização.

No primeiro ano que inaugurou a entrada do século XX, Mariana contava com uma densidade⁷ considerável de habitantes e se deve, em parte, ao chamariz que a mina aurífera inglesa no distrito de Passagem se tornou aos trabalhadores das diversas regiões mineiras. Apesar disto, a cidade preservava sua condição de *urbes* colonial, permanecendo praticamente a mesma dos setecentos até o início do XX. A exemplo da prática de divisão de terras que se preservou, vindo a se modernizar apenas no vintém dos noventa, quando houve uma modernização legislativa na Câmara Municipal em compasso com os ideais de engenharia dos profissionais que ali circulavam por conta da mina da Passagem, sendo alguns formados na Escola de Minas de Ouro Preto, os quais eram carregados de ideias progressistas e positivistas. Segundo Luiz Cota “esse turbilhão de conhecimento despejado pela escola nutria a juventude mineira com ingredientes necessários para que ela pudesse operar as mudanças exigidas pelo seu tempo” (COTA, L. 2017:41).

Os impactos da transferência da capital de Ouro Preto para a nova Cidade de Minas, nomeada posteriormente de Belo Horizonte, através de um decreto da Constituição Federal em 1891, que reverberou em Mariana e além de ofuscá-la em termos de expressão do poder eclesiástico aos veres dos republicanos, acabava por distanciar a do centro irradiador da capital. As elites republicanas que estavam à frente para construir uma cidade símbolo de suas aspirações progressistas, a máxima de uma sociedade mineira civilizadora perante o “caudal dos ideais modernos”, reforçaram que a antiga capital não comportava as aspirações de um novo regime político. Discurso que ficava evidente através de seu próprio traçado que

6 Esse termo é empregado em virtude de menções nas atas, as quais deixam entrever os ares do tempo.

7 Conforme o recenseamento de 1920, Mariana possuía, nesta época, 52.750 habitantes. Cf. Anuário Estatístico *de Minas Gerais* de 1921, Anno I, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, pg.60. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1921img2/page/n59/mode/2up?view=theater>.



condensava o *lócus* da tradição colonial, enquanto os novos empreendimentos seriam símbolos de uma nova experiência no mundo, uma vez que as experiências da vida privada e pública estavam se transformando cotidianamente nos primórdios da sociedade moderna. (NEVES, M. 2008:18).

No recorte, os conflitos estabelecidos entre as alas conservadoras e as elites republicanas, ambas locais, eram refreados pela condição econômica da cidade, refletindo diretamente no alinhamento da cidade com as demandas dos novos tempos. Tratando de Mariana, vale ressaltar que, o reflexo do ideal de modernização republicano surge em meio à miragem do período colonial. O novo universo simbólico almejado demandava trazer os novos padrões de vida, de modernização técnica e de apropriação de diferentes símbolos conjugados com as noções herdadas do passado colonial.

78



A historiadora Manuela Areias traz algumas contribuições acerca dos estilos de vida na Mariana do início do século XX, indicando que “nos primeiros anos do período republicano também culminou a *Belle Époque* brasileira”, sem tardar as elites locais trataram de se arranjar ao novo universo simbólico, ressignificando à sua maneira os códigos do exterior já praticados pelas elites da Capital Federal. Com o advento da modernidade os jornais e revistas circulavam pela cidade estimulando novos hábitos de consumo no comportamento urbano, agora mais sofisticados. Para a pesquisadora Patrícia Junqueira, na Capital Federal as classes abastadas deixavam entrever seus desejos de consumo nas páginas dos jornais, segundo a autora: “a necessidade de estar de acordo com a moda europeia fez surgir colunas nos jornais que tratavam dos estilos e do comportamento social”, o que não é diferente no âmbito local, no qual as elites tentavam se alinhar a tais práticas. (SCHETTINO, P. 2012: 144).

O seguinte fragmento deixa entrever alguns dos produtos consumidos pela população marianense, indicando que o setor comercial começava a ganhar impulso nos primeiros anos do novo século:

Completo sortimento de fazendas, armarinhos, feragens, calçados, chapéus de sol (guarda-chuva) e de cabeça, arreios, couros, artigos para sapateiros, tin-

tas, ferro em brasa, máquinas para costura, formicida, Capanema, molhados e gêneros do país. Aceitam encomendas para o Rio mediante pequena comissão. Tem sempre escolhido sortimento de artigos para enxovais de casamento e batizado. Rua 4 e 13. Cidade de Mariana. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, Rio Carmo. Mariana, 25 dez. 1901, ano II, nº 1, p. s/p).

Para compreensão desse momento é necessário perceber as reverberações pelo país, pautadas, em sua maioria, no modelo da Capital Federal. A qual transitava e se materializa nos pensamentos republicanos sobre a modernidade, respaldados no ideal de “projeto civilizatório”. Enquanto, em nível internacional, as altas classes podiam desfrutar da era do consumo e da paz em termos políticos, em nível nacional se experimentava um inovador regime político que permitia o desfrute de ideais e de experiências do exterior, proporcionando uma nova relação com a vida urbana diante da atmosfera do capitalismo industrial. Mesmo que houvesse uma ruptura com a condição *juris* política imperial foi um momento em que as classes dominantes puderam se respaldar no argumento de pertencimento patrimonialista, garantindo a continuidade de grupos reacionário monárquicos no poder, apesar do endosso à tradição haviam discursos que favoreciam os elementos do novo tempo, ancorando-se em ideologias européias para justificar suas aspirações e comportamentos aristocráticas, permitindo que esses grupos políticos almejassem uma “Paris tropical”. (SCHWARTZ, L.48: 2012).

No município de Mariana, o ambiente cultural modifica-se, as ofertas de novos produtos e serviços cresciam e pequenas fábricas eram abertas. No entanto, a velocidade dessas transformações estava pautada nos conflitos singulares, entre o tradicional e o moderno, diferente das experiências vivenciadas em outras cidades, justamente porque as novas metrópoles experimentam uma aceleração nunca antes sentida em termos nacionais. O ímpeto da modernidade que provocou em grandes centros uma “ruptura do centro urbano antigo, tanto para alargar as suas ruas, quanto para estabelecer fáceis comunicações com as novas áreas edificadas”. Bem como é observado no



Rio de Janeiro, em que grande parte do espaço antigo mudou ou foi reformado. Salienta-se que fenômenos de modernização e urbanização ocorreram em diferentes tempos de aceleração no recorte cronológico trabalhado, tendo sua implementação pública dependente do capital cultural e simbólico compartilhado entre os agentes legislativos, desta forma os “ares modernos” podiam, com mais ou menos facilidade, adentrar a trama urbana da cidade. (ROMERO, J. 2004: 31)

“A arquitetura e o planejamento urbano também sofreram modificações em prol de adaptar a imagem da cidade ao homem moderno”, assim, a cidade foi se transformando em verdadeiros “álbuns de projeções”, permitindo a ressignificação de marcos, datas e personagens. É possível que um dos exemplos mais marcante na cidade, no âmbito do imaginário, seja a mudança do nome da Rua Conde Bobadela, amplamente ocupada no período, para Wenceslau Brás, homenageando o ator político homônimo que era filiado ao partido Republicano Mineiro - cuja trajetória é marcada pela Presidência de Minas Gerais em 1909 e em seguida ocupa o cargo de Presidente do Brasil no ano de 1914. Em planos da estrutura física, esse movimento fica evidente pelos trâmites acessados nas fontes documentais, em torno da iluminação pública, da construção do ramal de linha ferroviária e de solicitações comerciais. Há neste momento a preocupação com a criação de uma memória nacional que incorpore as noções republicanas e viabilize os planos da elite para construção da sociedade brasileira. (COSTA, M. 2012: 1-9).

Haviam obsessões em torno da concretização do “projeto civilizatório”, no caso de Mariana a proposta por parte do engenheiro João Baptista Bambi no ano de 1892 que apresentava um robusto plano de modernização para a cidade, evidenciando esse movimento. Das solicitações realizadas por ele destaca-se o pedido de concessão de 25 anos de linha de bonde a vapor da cidade até a capital, construção de um fórum, um teatro, um jardim, um mercado, calçamento das principais ruas de paralelepípedos, abastecimento d’água potável e esgotos. Todo esse projeto ambicioso é aprovado, contudo, futuramente na revisão da prestação de contas do ano de 1893, presente na ata do dia 31 de janeiro 1895 da Assembleia Municipal, expõe que deveria ser “eliminada a verba de 11 do artigo 4^o



por não ter tido execução o contrato celebrado com João Baptista Bambi, para ligar essa Cidade a de Ouro Preto por uma linha de bonde a vapor”⁸. Essa apreciação é feita pela falta de recurso e planejamento nas condições em que o acordo foi feito.

Ademais, todos os empreendimentos propostos pelo engenheiro revelam símbolos da modernidade do final do século XIX e início do XX e mais, o fato da proposta não ter sido executada aponta que de um lado estavam questões de cunho econômico e de outro as aspirações que poderiam posicionar a cidade nas instâncias de modernidade mais intensas. O teatro era considerado como um lazer burguês, sofisticado, já o jardim enquanto um espaço público de passeio das famílias era convenientemente usado para a ostentação dos pecúlios e o mercado municipal simbolizava a modernização do comércio, apontando que até mesmo os interiores da República Brasileira seriam *locus* do desenvolvimento capitalista e concorreriam nas “vias do progresso”.

É certo que nem todas as edificações apresentadas por João Bambi se concretizaram aos “moldes modernos”, embora fossem apropriados outros edifícios para abrigar tais espaços, como no caso do cinema de Mariana que foi alocado em uma instalação datada de 1850, ou seja, própria do período imperial, toda a estilística deste prédio obedece a tendência neoclássica e, portanto, representa os poderes conservadores locais abrigando uma modernidade deste novo tempo. A tônica da divergência entre as alas conservadoras e progressistas fica expressa por meio deste exemplo, uma vez que no interior da Câmara as mesmas disputavam os equipamentos urbanos e os elementos modernos que deveriam ser instalados na cidade, assim como, impediam determinados projetos das alas opositoras. Tal como no caso da implementação do bonde a vapor que nunca chegou a se concretizar e percorrer as ruas seculares de Mariana, inclusive, a condição mecânica “à vapor” enfatiza a modernidade tardia na qual o município tentava se inserir. Logo, a implementação de uma tecnologia moderna em um ambiente tradicional deixa entrever as nuances das disputas no legislativo.



Já o mercado municipal nunca foi efetivado, em partes por demandas mais urgentes que empregaram o erário público de Mariana, mas a não edificação do mesmo não é exclusiva do município, até mesmo a cidade vizinha, Ouro Preto, almejava construir um mercado nas proporções modernas, empregando os materiais mais inovadores do período: vidro e aço. O mercado ouro-pretano seria construído a partir de uma meticulosa engenharia que trataria de cortar o “Morro da Força” para o abrigar. O projeto foi fruto de um contrato com a Intendência Municipal para Melhoramentos e data o ano de 1891, tendo como objetivo atualização da antiga capital mineira aos “moldes patrióticos”, a fim de não a deixar estagnada devido aos impactos da transferência para Belo Horizonte. (SALGUEIRO, H. 1996:131).

82



O poder camarário de Mariana sintonizou-se às novas condições impostas juridicamente sem romper com práticas imperiais, alguns dos elementos de infraestrutura pública implementados na cidade representaram um verdadeiro desafio à administração devido à condição econômica em que o cenário republicano estava assentado. Bem como pode ser verificado através do relatório apresentado à Assembleia Municipal, produzido pelo Barão de Camargos que era Presidente da Câmara na data de 31 de janeiro de 1897, no manuscrito é possível identificar a discussão em torno do patriotismo, conferido aos novos cidadãos do Estado Nacional, embora seja importante ressaltar que aqueles que eram considerados como tal passavam pelo crivo do patrimonialismo que seguindo as determinações da Constituição de 1891, eram os que possuíam a renda mínima estipulada para serem reconhecidos, indo na contramão da realidade da maior parte da população. Além do mais, o apelo do Barão incentivava que os cidadãos mais abastados empenhassem investimentos para “auxiliarem a administração pública” na implementação de infraestrutura urbana de iluminação pública, pois no momento a Câmara não contava com recursos próprios para o mesmo⁹.

Neste seguimento, diversos anseios eram materializados em pedidos e se tratando de iluminação pública, as figuras políticas eram

as principais responsáveis por esse tipo de demanda, demonstrando que essa necessidade fazia parte das ambições dos grupos. Ao observar uma sequência de pedidos nos últimos dez anos do século XIX é possível verificar tais demandas, inicialmente pelo Agente Executivo T.e C.el Caetano Camillo d'Almeida Gomes em 1893, na sequência, em 1895, o vereador Sr. Augusto Freire e o ex-vereador Tito de Souza Novaes, individualmente apresentaram propostas de iluminação. Diante dessas múltiplas possibilidades de melhoramento da infraestrutura urbana cabe indagar os motivos pelos quais tais propostas eram rejeitadas, embora, pelas vias institucionais os principais argumentos se destacam como ausência de recursos públicos, é possível verificar através das mesmas fontes documentais que o vínculo possibilitado pelas relações interpessoais filtravam quais propostas seriam favorecidas em detrimento de outras.

Em 1901 é apresentada a proposta por parte do senhor Tolomei Benedetti que propunha a instalação da iluminação pública a gás, contudo, acompanhando o cenário nacional Mariana estava diante de crises de ordem econômica, não permitindo que a cidade hospedasse tal oferta, bem como é apontado na fonte documental:

Pela Comissão de Obras Públicas foi apresentado parecer opinando pela rejeição da proposta dos Snr. Tolomei Benedetti e Cia, industriais estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com casa de máquinas e aparelhos para Gás Acetileno, propondo fornecer a iluminação pública desta cidade pelo mesmo sistema, cuja proposta é muito onerosa e não chega para tanto às rendas da Câmara.¹⁰

Apesar de todo esse desejo por parte da gestão em modernizar as práticas de iluminação pública, as demandas da população civil iam na contramão de tais empreendimentos, visto que a população desassistida reivindicava que esse serviço fosse feito por meio de lampiões de querosene, mesmo quando as intervenções modernizadoras já se faziam presentes nos debates camarário. Enquanto a elite política vislumbrava os feitos na capital e tentava se sintonizar



a tais práticas, como é notado na menção ao Rio de Janeiro, a população almejava atender suas necessidades por meios palpáveis e menos onerosos. Mostras deste conflito de interesse podem se fazer presentes na sala das sessões do dia 19 de junho de 1895, em que uma petição popular que contou com a interseção do cônego Tobias B. de S. Cunha, enuncia a seguinte pauta:

Em vista de reclamações dos habitantes de diversas ruas desta Cidade, proponho que a Agência Executiva fique autorizada a elevar à oitenta o número de lâmpões, colocando-os nos lugares mais necessários que deles carecem, correndo a despesa pela respectiva verba.¹¹

Fica evidente a insatisfação popular frente às tarifas encarecidas dos serviços modernizantes prestados, além de deixar entrever que os acessos a tais novidades se restringiam às residências mais abastadas, as quais não correspondiam à grande maioria. Outro aspecto que cabe ressaltar é a atuação popular frente à esfera pública, mesmo se tratando de um momento em que a população não tinha uma atuação plena no exercício da vida política, outro detalhe, é que o personagem que advoga a causa popular é um religioso, indicando que o laço secular do clérigo para com as demandas populares prevalecia até no momento de busca por laicização. Após inúmeros conflitos em termos sociais e econômicos, no ano de 1914 foi celebrado pela Câmara Municipal o convênio de iluminação pública elétrica junto a companhia *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltda*¹², esta concessão envolveu profundos vínculos interpessoais, permitindo favorecimento da atuação da empresa por parte de vereadores que trabalhavam paralelamente à empresa. Mesmo com outras propostas de iluminação elétrica, todas foram negadas em detrimento da companhia inglesa que finalmente arrematou o contrato junto ao poder público.

É certo que a eletrificação do perímetro urbano propiciou maior conforto e segurança à população, no entanto trouxe prejuízos aos

11 Códice: CMM*329

12 Popularmente conhecida como Mina de Passagem, referindo-se ao distrito de atuação.



cofres públicos, que ao passo que este servia-se de tecnologias oferecidas pela mina para a modernização da *urbes* marianense, por outro lado, foi concedido a isenção de fiscal dos serviços de mineração, concessões e vantajosos contratos, reduzindo arrecadação municipal e ocasionando a cobrança de pesados impostos sobre a população. Devido a localização da mina estar no distrito de Passagem, este foi beneficiado acertadamente. (SOUZA, R. 2009: 212).

A empresa contava com a colaboração de certos vereadores para intercederem aos seus pedidos extraordinários de posse de terras, os argumentos seguiam as justificativas de mineração, embora nem todas estas propriedades fossem destinadas para tal. Segundo o parecer da ata camarária do dia 28 de junho de 1899, alguns vereadores argumentam que tais pedidos nem sempre são coerentes, uma vez que acarretavam “graves dificuldade para a Câmara e possuidores de terrenos”, os quais poderiam destinar um melhor uso à propriedade em questão. Diante dos pedidos da mina, aparecem conflitos de propriedade que se tornam embates jurídicos, tal como o caso no ano de 1900¹³, em que os herdeiros do senhor Francisco Vieira solicitaram junto a Câmara a posse de um terreno localizado no bairro Chácara da Boa Esperança, entretanto o terreno foi aforado como propriedades da mina, impedindo o uso dos sucessores. Neste caso, os requerentes são obrigados a provar a posse do mesmo, caso contrários ficam despossuídos do bem que lhes convém. Este imbróglio revela os profundos jogos de interesses pessoais em que vereadores e a companhia estavam envolvidos, pois todas as decisões de beneficiamento passam antes pelo crivo da legalidade camarária, mesmo sendo atitudes obscuras. É necessário salientar que a companhia estava envolvida nos processos de modernização da malha urbana marianense, por esses motivos recebia avais públicos para tais benefícios¹⁴.

13 Códice: 134CMM*

14 Em 1970, na gestão do prefeito João Ramos Filho, que ficou à frente da prefeitura por 23 anos, abriu-se diversos loteamentos em áreas periféricas, permitindo observar que nem todas as formações suburbanas foram ocupadas apenas de forma espontânea, mas também através da administração pública. Na ocasião deste primeiro loteamento foram abertos vários terrenos pertencentes à Mina de Passagem. Dependendo da classe social estes terrenos foram doados ou vendidos à preços variados.

Desse apanhado de eventos, é possível acessar a concretização de um dos grandes desejos das elites locais que povoou o imaginário de todas as classes desde o final do século XIX, a linha férrea que foi alcançada com uma luta verdadeiramente homérica dos grupos políticos regionais e federais. A inauguração do ramal ferroviário deu-se no ano de 1914, sendo destaque das colunas de jornais, já o prédio da Estação Ferroviária foi entregue apenas em 1921 seguindo a tipologia eclética à moda da nova Capital da Província para assombro da ala conservadora. Este é um dos poucos edifícios públicos construídos no período republicano que anuncia através do discurso simbólico e político a legitimação desse estilo na cidade. A proposta desta obra seguindo o caráter moderno foi a demonstração de poder das novas classes dominantes, dissociadas dos vínculos imperiais e entusiasmadas com o advento da modernidade, progresso, conforto e transformação do estilo de vida. O ramal Mariana foi fruto da extensão da linha férrea de Ouro Preto, vindo a ser executado pela autarquia Estrada de Ferro Central do Brasil e que cortava o distrito de Passagem, de maneira a beneficiar a companhia inglesa de mineração.

A ferrovia foi um agente catalisador da modernização, mas não dependeu exclusivamente dos agentes municipais, já que se tratava de um empreendimento vindo de uma entidade federal, de todo caso, políticos locais se articularam em torno desta pauta, uma vez que foi resultado de uma discussão complexa que envolveu deputados da região e dependeu de seus esforços nos quadros do legislativo nacional, ainda mais se tratando de um momento que corresponde ao início da Primeira Guerra Mundial, que dificultava o processo de importação dos materiais necessários para sua instalação. Para o pesquisador Felipe Baptista em sua dissertação sobre o auge da ferroviária mineira:

As dificuldades de importação de material rodante e as complicações com o pagamento de juros relativos a empréstimos obtidos no exterior, devido ao agravamento cambial, repercutiram fortemente na saúde das companhias. E a intervenção do Governo Federal se mostrava cada vez mais necessária, seja na admi-



nistração das companhias, em grande parte encampadas, seja na construção dos trilhos. (BAPTISTA, F. 2010: 04).

Pelas linhas férreas transitavam produtos de interesses das classes mais altas permitindo o crescimento econômico e o dinamismo do setor de serviços e comércio da cidade. Ecoava por todo país, as possibilidades de diversidade econômica e mobilidade através dos trilhos, resultando do vislumbre com as experiências europeia e estadunidense em relação a essa tecnologia. Ainda assim, “nos países periféricos a modernização dos transportes manteve íntima ligação com o processo de Imperialismo”. (COSTA, M. A. 2012: 1-9) (BAPTISTA, F. 2010: 02).

Em consulta às fontes é notável os reflexos desse momento, visto que as propostas para instalação já apareciam na última década do século XIX e se fazem presentes através das menções sobre o desejo de implementar tais estruturas, inicialmente em 1893¹⁵, na proposta mencionada do Engenheiro Bambi, na sequência em 1895¹⁶, em que o Agente Executivo Barão de Camargos, declara a recepção do Ministro da Viação para inaugurar os trabalhos de construção do prolongamento do ramal de Ouro Preto. Essa obsessão foi materializada na cópia do relatório do “Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Mariana apresentado à Assembleia Municipal no dia 31 de janeiro de 1898¹⁷”. No trecho que relata sobre o reajuste de taxas, diante de um momento de crise econômica e assinala o otimismo socioeconômico com a possibilidade de construção do ramal, como pode ser averiguado:

Esse aumento é proveniente do imposto de indústrias e profissões, sendo que as transmissões de propriedade têm diminuído consideravelmente nestes últimos anos, conseqüente à crise econômica por que passam os distritos agrícolas. Penso que o nosso município entrará em fase de prosperidade, logo que forem le-

15 Códice: CMM*329

16 Idem

17 Idem

vadas a efeito as obras do ramal férreo de Ouro Preto a Mariana, para o que há verba já consignada no orçamento federal do vigente exercício.”

Essa obra assinalou uma mudança no panorama da cidade, marcando a concretização de um novo segmento urbano, no qual as construções alinhavam-se com o imaginário republicano de progresso. A Estação Ferroviária de Mariana foi instalada em uma porção ociosa, permitindo que houvesse maiores preocupações com a região de sua implantação, pois até então aquela região era considerada não-urbana por estar na margem esquerda do rio do Carmo. Nesse espaço, foi aberta uma larga avenida para otimizar sua logística comercial, obedecendo as características de um novo tempo, além de intensificar a ocupação habitacional das ruas no entorno, o que se deu através da concessão de lotes com isenção de taxas para os proprietários, sendo incentivados a construir seguindo às tipologias arquitetônicas modernas. Nas palavras de Cláudia Damasceno:

É interessante notar que a linha férrea foi colocada acima do nível da rua dos Monsus, o que criou um interessante efeito e, sobretudo, fez com que ela não representasse, como acontece frequentemente, um sério obstáculo à circulação e expansão do bairro. (FONSECA, C. 1995:145).

Seguem três imagens da Estação Ferroviária de Mariana, sendo a primeira do ano de 1922 e as duas seguintes datadas de 1939.

Fig. 2 - Estação em 1922 - APM **Fig. 3 - Praça Antônio Olinto, 1939 IPHAN**



Fig. 4 - Praça Antônio Olinto, 1939 - IPHAN



O uso dessas imagens permite ilustrar o marco que essa construção representou na Mariana naqueles tempos. A fotografia inicial mostra a celebração deste feito, contando com a visita de uma figura política de peso, o então Presidente da República, Eptácio Pessoa, que foi recepcionado pela população. Além disso, é possível verificar elementos “neoclássicos” do prédio situado às margens do ramal da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil. Na sequência, com as duas imagens fica evidente a abertura de um novo espaço na cidade para acolher estes novos elementos modernizadores, além da larga avenida essa região concentrou a iluminação elétrica em seus primórdios de instalação, tudo para cortejar no mais alto estilo o sentimento de progresso representado pelas recém-inaugurada linha férrea. Detalhe importante na imagem, é a via ampliada para os padrões da época e sem pavimentação, conciliando o crescimento da cidade ao aspecto bastante tradicional das ruas de terra batida. As ruas pavimentadas em pedras se restringiam aos pontos mais luxuosos da cidade, no qual se localizava o centro patrimonializado. Também é possível notar a circulação de automóveis e de alguns cavalos, os quais representam a maior parte do meio de transporte e força bruta que atendia o estilo de vida da época. Finalmente, na parte esquerda está a Fiação e Tecelagem São José que foi instalada no ano de 1934, data posterior ao limite do recorte cronológico desta pesquisa¹⁸, uma vez que como



18 Em 1986 o edifício foi demolido, pois estava há 30 anos desativado. No lugar foi construído o Ginásio Poliesportivo e atualmente abriga o Fórum do município. Cf. FONSECA, C. 1995: 179.

assinalado a fotografia é de 1939. Ademais, esta empresa reforçava a modernidade tardia que o município se enquadra ao abrigar o setor têxtil que era forte representante econômico do primeiro período de industrialização em nível internacional.

De certo que a implantação da linha férrea simbolizou a valorização de uma nova área, até então em desuso, permitindo a urbanização da paisagem urbana, ao passo que representou a cristalização de uma classe social mais abastada na região recém-ocupada, marcando a configuração heterogênea do tecido social, bem como, a estratificação socioeconômica. As mudanças paisagísticas desencadeadas pela edificação do Ramal refletiram nas construções civis. São essas obras privadas que deixam sua marca de permanência do século XX para a atualidade, podem ser vistas por meio dos poucos exemplares que ainda sobrevivem, tal como as casas na rua Wenceslau Brás, em que algumas edificações ainda seguem preservadas enquanto outras estão descaracterizadas. Assinalando a criação, em certa medida, de duas Marianas, sendo possível observar aos fundos da fotografia a miragem do passado colonial conjugando as temporalidades que perpassam o município. Com a transformação da tendência arquitetônica e com os novos costumes da sociedade republicana, agora mais requintados, os hábitos dos marianenses continuavam praticamente o mesmo, zelando pelos bons costumes religiosos, pelo tradicionalismo da vida familiar e pela permanência dos vínculos interpessoais que sugerem o beneficiamento da esfera privada à pública.



Considerações finais

Como as fontes indicam é possível notar uma preocupação para com o melhoramento da infraestrutura pública da cidade, partindo de ideias progressistas das elites republicanas, mas ainda assim, as marcas do cotidiano legislativo municipal prevaleciam pelas vias coloniais. As visões de cidades modernas brasileiras do século XIX ao XX no interior se respaldam nas atualizações travadas nas grandes cidades, tratando de sintetizar à sua condição as aspirações daquele tempo. Esse trabalho acessa uma realidade di-

ferente das metrópoles que despontaram no período, sem desconsiderá-las, mas notando a repercussão em uma cidade tão singular quanto Mariana, uma vez que esse espaço comporta parte da gênese de Minas Gerais, carregando em sua arquitetura e modos de vidas um acúmulo de temporalidades. Nas atas camarárias estão presentificados os anseios das elites locais, ainda que permeados pela nostalgia do passado, principalmente, colonial. No qual, repousa não apenas a estrutura urbana conservada e mantida, mas resquícios de um passado republicano destoante do ideal monárquico, embora esta última evidência apareça de forma rarefeita e descaracterizada.

Na consulta às fontes, fica evidente que apesar de terem sido mobilizados esforços para enquadrar o município no projeto de modernização, a cidade teve dificuldades de acomodar satisfatoriamente as obsessões de um tempo moderno, tanto nas práticas de infraestrutura pública quanto nas novas formas de habitação que lentamente tentaram se sincronizar aos novos estilos. Não havia um imaginário linear sobre as projeções e modernidade do período, apontado como as aspirações se chocavam com a realidade. Todo esse cenário heterogêneo do recorte, permite compreender a cidade constituída para além do espaço setecentista. A cidade tradicionalmente conhecida por seus aspectos colonial transformou sua paisagem sonora ao harmonizar as badaladas sineiras ao apito do trem. Dessa maneira foi desenhada as duas faces de Mariana, um lado o patrimônio da humanidade que mantém lastros do passado e de outro um município modesto aos formatos modernos e contemporâneos, em que ecoa por suas ruas mais de 300 anos de história nacional.

Esse trabalho pode contribuir para o entendimento deste período de grandes mudanças sociais, políticas e econômicas, da passagem da Monarquia para a República. Partindo do ponto nevrálgico em torno da concepção da construção de uma nova imagem da República Brasileira em compasso com o emergente ideal de modernização da Primeira República que reverberou seus impactos em Mariana, além de ser uma cidade do interior, ainda possui uma imagem intimamente ligada ao período colonial. Ademais, em virtude de acessar um recorte que contempla regiões pouco abordadas em



outras produções historiográficas, pode contribuir para os interesses da memória e da identidade coletiva.

Referências

Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1921, Anno I, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, pg.60. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1921mg2/page/n59/mode/2up?view=theater>.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, Rio Carmo. Mariana, 25 dez. 1901, ano II, nº 1, p. s/d.

BATISTA, F. A. **O mito da modernização pelos trilhos: a “era ferroviária” em Minas Gerais, 1850-1940**. Monografia de Bacharelado. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010.

CARVALHO, J. M. **A formação das Almas: imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, R. A. PAULA, L. S. **A Câmara Municipal de Mariana e sua faceta pedagógica (1889-1930)**. Revista Brasileira De História Da Educação, 20(1), e109, 2020.

CASSOLI, M. A. **Construção da liberdade - vivências da escravidão e do pós-abolição**. Mariana 1871-1920. FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

CHAVES, C. M. G. PIRES, M. C. MAGALHÃES, S. M. (Orgs.). **Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

COSTA, M. A. **A primeira República na cidade dos bispos - Mariana 1889-1930**. Dossiê História e Cidade, v.9, n.13, 2012.

_____. **Mariana no limiar da República: Entre o “tradicional” e o “moderno”**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.7, 2012.

COTA, L. G. S. **O sagrado direito à liberdade: escravidão liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

FONSECA, C. D. **Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural**. Dissertação de Mestrado em Geografia - Instituto de Geociências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

_____. **“O espaço urbano de Mariana: sua formação e sua representação”**. In: Termo de Mariana História e Documentação. v1. Editora da UFOP. 1998.

- FURTADO, C. ***Formação econômica do Brasil***. 9. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- GONÇALVES, A. L. ***Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais no século XVIII e XX***. In: Termo de Mariana História e Documentação. v1. Editora da UFOP. 1998.
- IGLÉSIAS, F. ***Minas e a imposição do Estado no Brasil***. Universidade Federal de Minas Gerais. sem data.
- NEVES, M. S. ***“Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”***. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. “O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930”. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 .
- PASSOS, D. A ***Formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: Um estudo de caso à luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio De Janeiro***. In: Mediações - Revista de Ciências Sociais, v.21. n.2, 2016.
- PEREIRA, C. A. et al. ***O espaço e os construtores de Mariana - séc. XVIII***. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.
- ROMERO, J. L. ***As cidades burguesas. In: As cidades e as idéias***. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- ROSSI, A. ***La arquitectura de la ciudad***. 6. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1982
- ELIAS, N. ***O processo civilizador. Uma história dos costumes***. v1. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.
- SALGUEIRO, H. A. ***Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção do “antigo moderno”***. Anais do Museu Paulista. v.4. São Paulo, 1996.
- SCHETTINO, P. T. J. ***A mulher e a casa: estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX***. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.
- SCHWARTZ, L. M. ***População e sociedade. In: “A abertura para o mundo: 1889-1930”***. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SOUZA, R. F. ***Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana***. Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



TEDESCHI, D. *Os chafarizes de Mariana: o abastecimento de água no século XVIII. In: O espaço e os construtores de Mariana - séc. XVIII*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, v 1, 1998.



A Trajetória do Desenho Urbano de Aracaju: Uma Leitura Cartográfica

*Fernanda Monteiro**
*José Wellington Carvalho Vilar***

Resumo

Aracaju tem sido estudada por especialistas das mais variadas áreas do conhecimento, resultando em contribuições valiosas sobre sua história e geografia, sobre o tempo e o espaço da cidade. Aqui parte-se do pressuposto que a trajetória urbana de Aracaju está marcada por diferenciações socioespaciais e pelas fragmentações territoriais. O objetivo do presente artigo é discutir a trajetória do desenho urbano de Aracaju através do uso de representações cartográficas. A leitura e interpretação da cartografia selecionada revelou-se frutífera e indicadora da fragmentação geográfica e histórica. O esgarçamento e o retalhamento do tecido urbano parecem ser resultantes de processos espaciais que construíram a capital sergipana, uma cidade sempre dividida, altamente fragmentada e com indicações de autosegregação residencial.

Palavras-chave: Cartografia Urbana; Geografia Histórica; Aracaju.

- * Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Graduanda no curso de Geografia (Lic.) e bacharel em Arquitetura e Urbanismo, ambos pela Universidade Federal de Sergipe. Técnica em Edificações pelo Instituto Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos de Ambientes Costeiros – GESTAC/IFS.
- ** Doutor em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada (UGr), Espanha. Mestre, Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (PPMTUR/IFS) e do PPGEO/UFS. Líder do Grupo de Pesquisa GESTAC-IFS-CNPq. Editor-chefe da Revista GeoNordeste.

The Trajectory of the urban design of Aracaju: a Cartographic reading

La Trayectoria del diseño urbano de Aracaju: una lectura cartográfica

Abstract

Aracaju has been studied by specialists from the most varied areas of knowledge, resulting in valuable contributions on its history and geography, on the city's time and space. Here, it is assumed that the urban trajectory of Aracaju is marked by socio-spatial differences and territorial fragmentations. The aim of this article is to discuss the trajectory of urban design in Aracaju through the use of cartographic representations. The reading and interpretation of the selected cartography proved to be fruitful and indicative of geographic and historical fragmentation. The fraying and shredding of the urban fabric seems to be the result of spatial processes that built the Sergipe capital, a city always divided, highly fragmented and with indications of residential self-segregation.

Keywords: Urban Cartography; Historical Geography; Aracaju.

Resumen

Aracaju ha sido estudiada por especialistas de las más variadas áreas del conocimiento, dando como resultado valiosos aportes sobre su historia y geografía, sobre el tiempo y el espacio de la ciudad. Aquí, se asume que la trayectoria urbana de Aracaju está marcada por diferencias socioespaciales y fragmentaciones territoriales. El objetivo de este artículo es discutir la trayectoria del diseño urbano en Aracaju a través del uso de representaciones cartográficas. La lectura e interpretación de la cartografía seleccionada resultó ser fructífera e indicativa de fragmentación geográfica e histórica. El deshilachado y desgarro del tejido urbano parece ser el resultado de los procesos espaciales que construyeron la capital Sergipe, una ciudad siempre dividida, muy fragmentada y con indicios de autosegregación residencial.

Palabras clave: Cartografía Urbana; Geografía Histórica; Aracaju.



1. Introdução

Aracaju tem sido estudada por especialistas das mais variadas áreas do conhecimento, resultando em contribuições valiosas sobre sua história e geografia, sobre o tempo e o espaço da cidade. Um desses estudos é o de Fernando Porto, originalmente publicado em 1945 com segunda edição, ligeiramente modificada, em 1991. Nessa obra o referido professor, engenheiro e geógrafo ao mesmo tempo, estava preocupado com a evolução urbana dos dez primeiros anos da nascente capital entre os anos de 1855 e 1865.

Essa publicação de Porto (1991) encerra em si uma proposta de cartografia histórica de Aracaju e se converteu em referência obrigatória para os estudiosos da trajetória urbana da capital sergipana, principalmente geógrafos, historiadores e arquitetos (DINIZ, 1963; LOUREIRO, 1983; RIBEIRO, 1989; FRANÇA, 1998; CARDOSO, 2002 e 2003; VILAR, 2000 e 2002a; NOGUEIRA, 2006, FRANÇA, 2019).

Parte-se do pressuposto que a trajetória urbana de Aracaju está marcada pelas diferenciações socioespaciais e pelas fragmentações territoriais. O uso da cartografia para analisar a configuração geográfica do passado é o diferencial da proposta do texto, uma contribuição inédita para entender o tempo e o espaço da capital sergipana. Um mergulho na geografia histórica de Aracaju, via produtos cartográficas.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é discutir a trajetória do desenho urbano de Aracaju através do uso de representações cartográficas. Essa escolha pela cartografia histórica enquanto instrumento metodológico não está isenta de problemas, tais como a existência e o acesso ao material cartográfico, seus diferentes estilos, a acurácia e a dificuldade de leitura de produtos elaborados com objetivos distintos e nem sempre com a preocupação com trajetória do espaço¹. Seja como for, a opção pela cartografia histórica permitiu revelar alguns elementos da relação entre o processo e a forma, entre



1 A escolha do material cartográfico aqui analisado se deu em função desses critérios.

tempo e espaço². Espera-se que esse caminho possa ser mais uma contribuição a iluminar a compreensão da trama urbana e da configuração do espaço de Aracaju.

Para subsidiar esse esforço cartográfico, o trabalho está dividido em quatro partes: momentos iniciais de Aracaju; crescimento lento e as primeiras evidências de fragmentação espacial; crescimento rápido e intensificação dos processos de fragmentação e segregação socioespacial; e o momento atual de consolidação dos processos de dispersão-fragmentação-centralização.

2. A ocupação do sítio original e os primeiros registros de crescimento espacial (1855-1900)

A transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 17 de março de 1855 é um marco histórico em Sergipe. Ainda no período imperial, Aracaju nasce sobre o ideal de civilização no contexto de valorização dos signos de progresso no século XIX. No entanto, como bem registrado na literatura histórica, Aracaju apresenta muitos problemas para a construção das primeiras edificações e do aruamento, além de ter sofrido as severas consequências da epidemia de cólera-morbo (SANTANA, 1997; CARDOSO, 2002). O historiador Amâncio Cardoso (2003, p. 112), talvez de maneira exagerada, fala de uma “Cidade de Palha” para ilustrar “os incômodos enfrentados pelos primeiros migrantes que se instalaram nas praias febris do Aracaju”.

A configuração espacial de Aracaju do século XIX se confunde com os problemas do sítio original, caracterizado por áreas alagáveis, pela presença do manguezal e de outros corpos hídricos. Por isso não é exagero definir Aracaju como a cidade das águas, na esteira das ideias preclaras da geógrafa Maria Augusta Mundim Vargas (2002) ao estudar o meio ambiente e a paisagem urbana da

2 Na literatura sobre Aracaju existem várias propostas de periodização que foram tomadas como referência: Diniz (1963), Loureiro (1983), Ribeiro (1989) e Vilar (2000). Mesmo conduzindo suas reflexões através de diferentes metodologias, estes autores são referências para o entendimento da trama urbana, e suas propostas sobre a periodização se complementam, conforme as mudanças dos sistemas econômico, político e social. A periodização aqui utilizada é a seguinte: a) de 1855 a 1900; b) de 1900 a 1964; c) de 1964 a 1988; d) a partir de 1988.



capital sergipana. Na verdade, a necessidade de aterros, a destruição da mata de restinga e do manguezal e o desmonte de dunas acompanham a história de Aracaju desde os seus primórdios.

Se a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855 revela a necessidade de um porto e as forças da oligarquia canavieira do vale do Cotinguiba (CALAZANS, 1955; FORTES, 1955), é preciso também destacar que o modelo colonial de cidade representado por São Cristóvão estava em crise e deu passagem para um formato urbano efetivamente aberto para o mundo. É nesse contexto de necessidade do mundo que surge Aracaju enquanto capital da então província de Sergipe D'El Rey (VILAR, 2006).

Outro elemento chave para a compreensão da trama urbana inicial da nossa capital e que marca sua trajetória é a escolha do plano ortogonal, o famoso tabuleiro de xadrez. Idealizado pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, esse modelo se reproduz por grande parte da cidade e se constitui num indicador de ares de vanguarda que sempre se tentou dar à nascente capital. A ideia de cidade planejada, bastante criticada por Vilar (2006), também faz parte desse ideário urbano de cidade moderna.

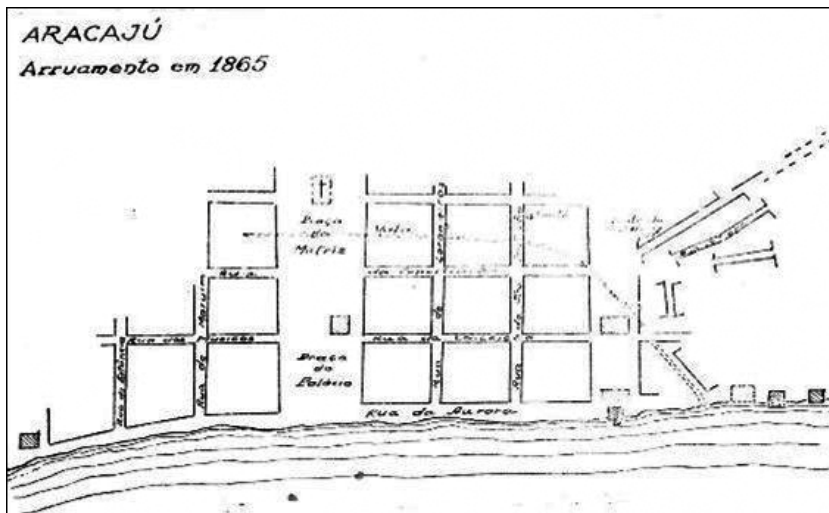
Duas referências cartográficas expressam esse momento inicial do desenho urbano de Aracaju: os croquis registrados em Fernando Porto (1991) e a planta hidrográfica de Aracaju, elaborada em 1894 pelo capitão de Mar e Guerra Francisco Calheiros da Graça e por Ludgero Bento da Cunha Mota, capitão do porto do Estado de Sergipe. São produtos cartográficos distintos, os do primeiro grupo são representações esquemáticas em forma de croquis, enquanto a planta da Marinha do Brasil se destaca pela acurácia e precisão das informações³. Em Porto (1991), os croquis são clássicos da literatura sobre geografia histórica de Aracaju, e por isso bastante referenciados, enquanto a carta hidrográfica só foi encontrada na Tese de Cátedra da professora Maria da Glória Costa Monteiro, defendida em 1962, no então colégio Estadual de Sergipe, atual Centro de Excelência Atheneu Sergipense.

3 Agradecemos ao Tenente Lemos do DHN (Diretoria de Hidrografia e Navegação) da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro, pela gentileza e prontidão no envio em formato digital das edições das cartas náuticas do Porto de Aracaju, dos anos de 1940 e 1960 (nº 1003).



Bem ao estilo da geografia clássica, em sua busca pela evolução histórica do espaço, os quatro croquis de Porto (1991) tratam das bases físicas de Aracaju em 1855, ilustra os “primeiros passos da cidade” em fevereiro de 1856 e 1857, e o arruamento em 1865, dez anos depois da transferência da capital. Tais croquis ilustram os elementos naturais, alguns problemas relacionados à escolha de um sítio inundável e a localização ainda dispersa das primeiras edificações. Na cartografia de Porto (1991) para o ano de 1865 (Figura 1) já estava mais evidente a forma em quadrícula que configuraria a cidade ao longo de seu desenvolvimento urbano. Começa-se a desenhar os primeiros elementos formadores do centro histórico.

Figura 1: Aracaju - arruamento em 1865



Fonte: Porto (1945, p. 45).

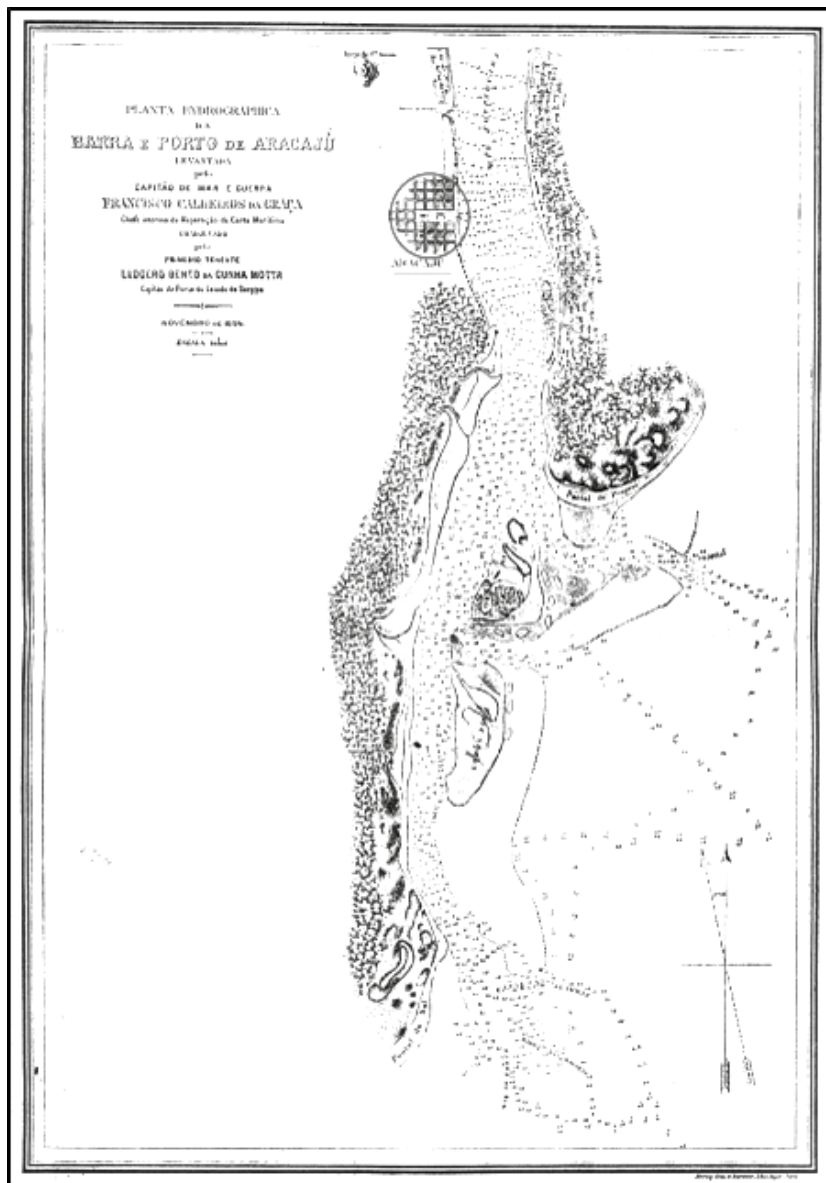
Além das representações cartográficas evidenciadas em Fernando Porto (1991), vale destacar desse período um documento representativo da cartografia histórica de Aracaju, produzido no final do século XIX: a planta hidrográfica da Barra e Porto de Aracaju, elaborada pela Marinha do Brasil, em 1894, na escala 1:20:000 (Figura 2). Delineada com maior precisão cartográfica do que os

croquis de Porto (1991), sua leitura, além de revelar aspectos geomorfológicos na escala histórica, indica a batimetria e a presença de expressivos bancos de areia na foz do rio Sergipe. Para o mosaico urbano, que aqui nos interessa mais de perto, vale ressaltar o espaço construído até o final do século XIX, com uma expansão muito pouco expressiva, quando comparado com o croqui do arruamento de 1865, ou seja, num intervalo de tempo de quase trinta anos. Se na cartografia de Porto (1991) se revelam mais de treze quadras, em 1894 esse número é pouco superior a trinta. Em outros termos, a configuração espacial de Aracaju no final do século XIX se limitava ao centro histórico, aí inseridos os alinhamentos das Praças do Palácio e da Igreja Matriz, revelando um crescimento urbano muito lento e muito pouco expressivo em termos territoriais.

Do ponto de vista geomorfológico, a planta hidrográfica da marinha revela em escala histórica a existência de três bocas da barra em Aracaju que num período de tempo de pouco mais de um século deu origem à restinga onde atualmente estão assentados os bairros Coroa do Meio e Atalaia, com problemas de erosão até hoje, localmente expressivos (WANDERLEY, 2006). Na planta, ainda se observa dois grandes bancos de areia, denominados de “Corôa Nova” e “Corôa do Meio”. Pela leitura desse documento cartográfico, é possível entender a origem geomorfológica dos bairros Atalaia e Coroa do Meio. Nas palavras eloquentes da professora Maria da Glória Costa Monteiro, escritas nos anos sessenta, “há cerca de um século, o canal plenamente navegável situava-se próximo à margem direita, até o mar (...), passando em frente ao farol, cuja posição recuada é fruto da construção da restinga e ampliação do feixe ao qual está soldada (MONTEIRO, 1963, p. 11).



Figura 2: Planta Hidrográfica da Barra e do Porto de Aracaju -1894



3. Crescimento urbano lento e evidências de fragmentação espacial (1900-1964)

No segundo período aqui definido, Aracaju ainda mostrava incertezas quanto aos eixos de direcionamento urbano, mas as vias de comunicação vão induzir claramente o crescimento gradual e lento desse momento. Num contexto dos primeiros sinais de modernidade, como bem alertou Santos (2002), a cidade cresce bem lentamente, de forma espontânea ou dirigida pelos eixos viários abertos pelo poder público. Em todo o caso, é significativo em termos demográficos que somente em 1960 a capital sergipana ultrapassa cento e dez mil habitantes. Aracaju ainda era uma cidade de pequeno porte.

O longo período de 1900-1964 é marcado pela expansão urbana em manchas e pelo crescimento tentacular, iniciando os processos de difusão espacial descontínua, como relatam Diniz (1963) e Ribeiro (1989). Destacam-se fatores como maior investimento em infraestrutura, ampliação das linhas de transporte por ferrovia, eixos viários e a polarização de atividades econômicas de Sergipe em Aracaju.

Quatro representações cartográficas foram selecionadas para esse segundo momento da história do desenho urbano de Aracaju: as cartas náuticas publicadas pela Marinha do Brasil em 1940 e 1960 e dois cartogramas produzidos por Diniz para sua Tese de Cátedra no Atheneu Sergipense, defendida em 1961 e publicada em forma de livro em 1963. Da mesma forma que a cartografia selecionada do período anterior, esses dois grupos se caracterizam por diferentes níveis de acurácia da informação cartográfica.

As cartas náuticas da Marinha, na escala de 1:20.000, com o detalhamento e o rigor que o conhecimento da batimetria exigia, para dar maior segurança à entrada e saída de embarcações do estuário do rio Sergipe, revelam em termos de morfologia urbana a formação dos bairros centrais e das áreas de ocupação antiga de baixa renda. É possível registrar a continuidade do modelo de quadricula, embora se observe espaços não ocupados na mancha urbana, tão comum ao longo da trajetória de Aracaju. Há que destacar a presença da linha férrea que direcionou o crescimento para a zona oeste, principalmente dos terraços do Siqueira Campos e de parte do atual



Santos Dumont e 18 do Forte. Até o final dos anos 1930, há também registro na carta náutica do arruamento no bairro Industrial e Santo Antônio, mas um tanto diferente do formato original do centro e dos primeiros bairros periféricos (Figura 3).

Figura 3: Carta Náutica do Porto de Aracaju -1940



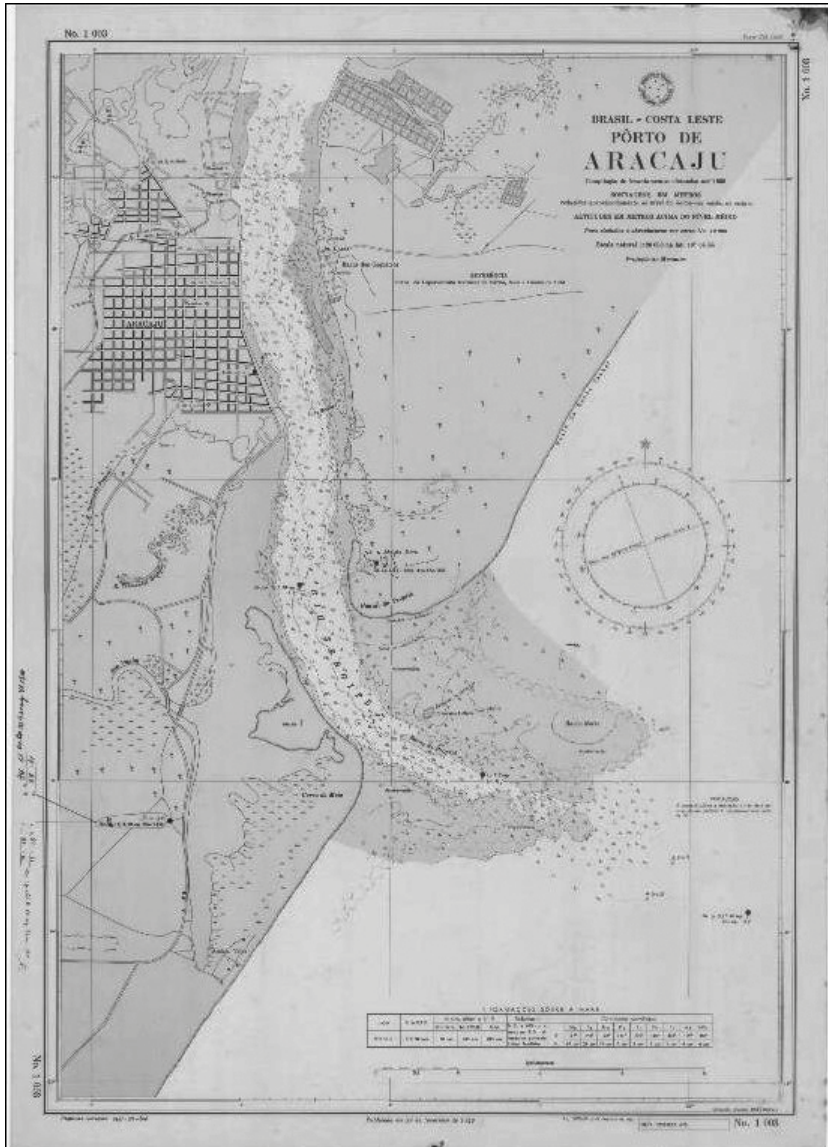
Fonte: Marinha do Brasil – Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.

Publicada em 1960, com dados do segundo lustro da década de cinquenta, a segunda edição da carta náutica evidencia algumas poucas edificações na Atalaia Velha, vias abertas em direção ao sul da cidade e a ponte sobre o rio Poxim. O aeroporto Santa Maria também já estava delimitado na carta com símbolo cartográfico de “em construção”. Mas nesse período, o domínio dessa zona era dos coqueirais, das matas de restinga e das áreas alagáveis com um farol solitário e sítios dispersos. Ainda ao sul da cidade, a parte construída em mancha se limitava praticamente ao atual bairro São José, na altura da rua Campo do Brito, mas já se observa vias construídas em direção à atalaia (Figura 4). Ao sul de Aracaju, há muito pouca ocupação demarcada nas duas cartas náuticas (1940 e 1960). O formato dos canais fluviais e dos bancos de areia são também registrados nesse setor mais costeiro, ainda com muita pouca ação antrópica.

Os dois cartogramas escolhidos para ilustrar esse segundo período correspondem à tentativa de Diniz (1963) de estabelecer de maneira esquemática a evolução e a estrutura urbana de Aracaju até os anos sessenta (Figuras 5 e 6). Vale ressaltar o caráter inédito dessas duas propostas para Aracaju e o alinhamento epistemológico com a geografia clássica em seus esforços de trabalhar com a dimensão temporal do espaço, ainda de maneira positivista. Diniz (1963) estabelece quatro momentos para representar especialmente a trajetória da cidade: 1857; 1911; 1949; 1960. A leitura dos dois cartogramas indica a tentativa de correlação entre tempo e espaço e não é difícil observar a zona central como pioneira, a presença de zonas de transição e a definição da zona sul, oeste e norte, além do que foi definido de maneira pioneira como zona de dispersão e zona de invasão. A influência do pensamento da Escola de Ecologia Humana de Chicago, tão alinhada à geografia clássica de corte francês, se revela na terminologia usada por Diniz (1963).

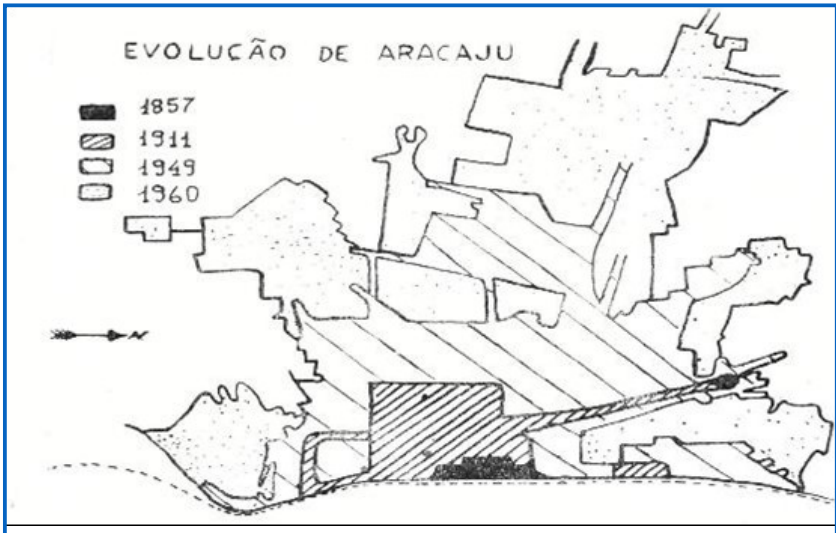


Figura 4: Carta Náutica do Porto de Aracaju -1960



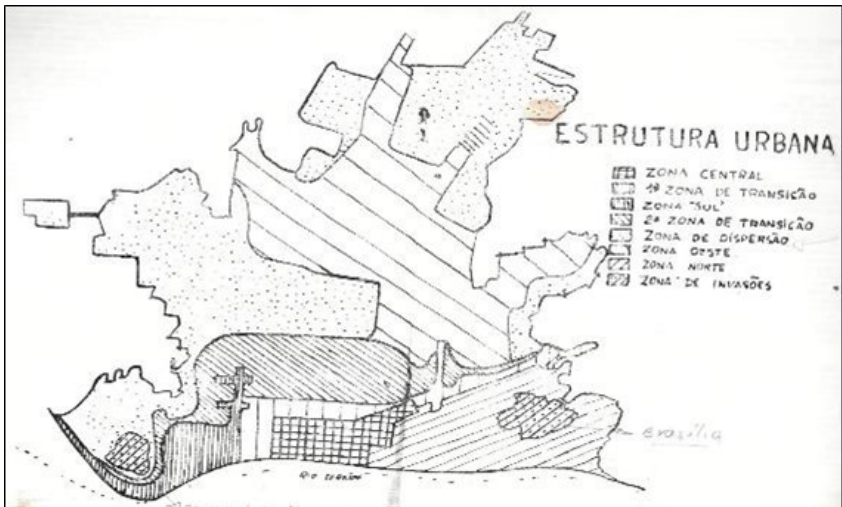
Fonte: Marinha do Brasil – Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.

Figura 5: Evolução de Aracaju até 1960



Fonte: Diniz (1963, p. 17).

Figura 6: Estrutura Urbana de Aracaju até 1960



Fonte: Diniz (1963, p. 28-29).

A definição temporo-espacial elaborada por Diniz (1963) revela a primeira dispersão da população para a periferia, identificando diferenciações tipológicas no setor ao sul, “(...) a zona rica da cidade (...)” (p. 37), ao norte, “a zona mais pobre e miserável da cidade (...)” (p. 40), mas com o seu bairro Industrial, e ao oeste, para o Siqueira Campos com suas oficinas, a ferrovia e depois a força da rodovia. Apesar de ainda mostrar-se majoritariamente concentrada em termos morfológicos, é possível notar eixos de dispersão em Aracaju e ainda muitos espaços vazios entre as manchas de crescimento.

As leituras da cartografia de Diniz (1963) e das cartas náuticas da Marinha (BRASIL, 1940; 1960) revelam o crescimento tentacular e o espraiamento de uma forma urbana já fragmentada. Além disso, notam-se os indícios de tipificações socioespaciais categorizadas em zonas, provavelmente as primeiras propostas de zoneamento da cidade. As desigualdades intraurbanas já eram mais que evidentes.

4. A Intensificação dos processos de fragmentação e segregação (1964-1988)

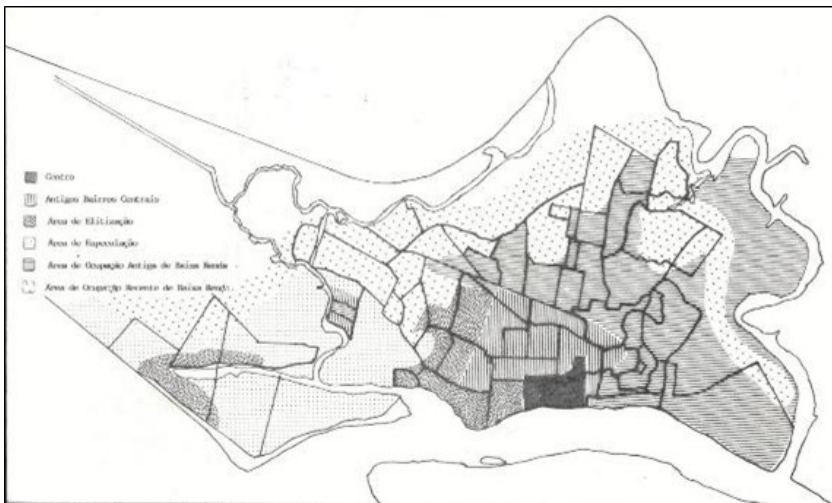
Esta fase se inicia com o golpe militar de 1964 e se encerra com a promulgação da constituição em 1988. Neste período de quase vinte e cinco anos intensificaram-se os processos de concentração espacial, dispersão territorial e fragmentação da malha urbana. Em decorrência da reorganização da economia, surge um maior investimento do setor privado em Aracaju, e dois grandes agentes sociais, o Estado e mercado imobiliário, se destacam na construção da forma urbana fragmentada, estimulando uma tipificação socioespacial bastante diferenciada, configurando mais claramente uma cidade dividida.

Em termos econômicos, vale ressaltar nesse período a exploração do petróleo, associada à instalação na Petrobras em Sergipe, e a expansão do setor terciário. Ressalta-se ainda a importância dos fluxos migratórios e do processo de industrialização e urbanização, tornando Aracaju mais atrativa para o êxodo rural. A densidade populacional oriunda das migrações contribuiu para a urbanização da capital, pois os terrenos são cada vez mais valorizados, amplia-se a acessibilidade através de abertura de avenidas, ruas e vias de aces-

sos e da construção de pontes, e direcionam-se as tipificações sociais, distribuídas não mais de maneira tão espontânea, como predominante no período anterior. Neste ponto, a cidade de Aracaju cresce em várias direções e acentuam-se a estratificação socioespacial e os níveis de pobreza.

Em termos cartográficos, destaca-se o material produzido na dissertação de Mestrado de Neuza Góes Ribeiro, defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1985 e publicada em 1989. Deste trabalho, outro clássico da geografia urbana da capital sergipana, foi selecionado o cartograma síntese da Tipologia Intraurbana de Aracaju (Figura 7) para contribuir com a leitura territorial do desenho urbano e com a interpretação dos processos que configuram a cidade nesse momento.

Figura 7: Aracaju - Espaços Intraurbanos - 1984



Fonte: Ribeiro (1989, p. 106).

A cartografia que estabelece a tipologia intraurbana de Aracaju apresenta uma visão da cidade a partir de padrões espaciais. A influência da chamada geografia quantitativa e o alcance da geografia crítica já são bastante evidentes. O trabalho de Ribeiro (1989)

se situa nessa transição entre o olhar neopositivista da cidade e a perspectiva que tanto se preocupava com as desigualdades socioespaciais. Por um lado, há o esforço de definição de padrões intraurbanos, e com isso se apresentam dificuldades porque encerra a análise em si, e por outro, registra-se a leitura social de Aracaju na tentativa de desvendar um mosaico complexo e desigual, no contexto dos debates e lutas dos movimentos sociais que desembocariam nas eleições constituintes e na constituição de 1988, que pela primeira vez na História brasileira apresenta um capítulo dedicado à política urbana.

Ribeiro (1989) define seis padrões de ocupação do solo para Aracaju dos anos oitenta: **centro da cidade** - corresponde ao centro tradicional e sua zona de influência direta, com uso do solo misto; **área de elitização** - caracteriza-se pela densificação, verticalização, alto valor da terra e forte tendência à homogeneização das classes média e alta, e em termos espaciais apresenta-se em duas manchas descontínuas, uma na zona sul e outra no bairro Atalaia; **áreas de especulação** - situada entre essas duas manchas de elitização, apresentam baixo ritmo de ocupação, mas com tendência à elitização, alto valor da terra e, como o próprio nome já diz, intensa especulação imobiliária; **antigos bairros centrais** - com características de estabilidade, predomina a classe média e uma ocupação marcada por unidades unifamiliares; **áreas de ocupação antiga de baixa renda** - apresenta baixo ritmo de ocupação e do valor da terra, condições precárias de moradias e abrange grande porções da zona norte e oeste da cidade; e áreas de ocupação recente de baixa renda - semelhante ao padrão anterior, mas com elevado ritmo de ocupação e localizado na franja urbana periférica.

Manifesta-se claramente na cartografia de Ribeiro (1989) a fragmentação espacial de Aracaju, concomitante à concentração populacional e ao processo de periferização desigual. A movimentação e circulação entre espaços descontínuos criam interconexões viárias, apresentando infraestruturas espacialmente diferentes e paisagens heterogêneas entre as zonas categorizadas. Diferentes agentes sociais convergem para a construção fragmentada do desenho urbano, com predomínio do poder público e do capital privado.



Da representação cartográfica de Ribeiro (1989) também se depreende a verticalização, que embora tenha se iniciado antes, é entre os anos oitenta e o final do século XX que se instala com mais velocidade na malha “consolidada” da chamada zona sul, mais especialmente nos bairros Jardins, Luzia, 13 de Julho, Ponto Novo e Grageru, respectivamente.

Outra observação na tipologia de Ribeiro (1989) é a referência à construção de uma série de conjuntos habitacionais, principalmente entre os anos setenta e oitenta, por isso a professora Vera França, uma exímia conhecedora de Aracaju, chama nossa capital de “cidade dos conjuntos”⁴. Nesse período, conjuntos do porte do Bugio I e II (Assis Chateaubriand), Augusto Franco, Jornalista Orlando Dantas e Santa Tereza, para classes menos privilegiadas, e Inácio Barbosa e Beira Rio, para classe mais solventes, direcionam o crescimento da cidade⁵.

A linguagem utilizada por Ribeiro (1989) já indicava avanços e preocupações com as heranças históricas que marcam a paisagem e o espaço urbano de Aracaju. Embora não haja uma discussão conceitual mais aprofundada, a utilização de termos e expressões, tais como elitização, especulação imobiliária, verticalização, segregação e favelização, evidenciam claramente uma tentativa de entender os processos e as contradições imanentes de Aracaju que se revelam nas paisagens desiguais e antagônicas. A zona norte em contraposição à zona sul fica patente na cartografia de Ribeiro (1989) e principalmente no cartograma de tipologia dos padrões intraurbanos, selecionado aqui para análise. Talvez essa obra seja a síntese mais completa, até o momento construída, sobre a trajetória urbana de Aracaju, por isso virou clássico, leitura obrigatória para arquitetos, geógrafos, historiadores e pessoas preocupadas com Aracaju.

- 4 Fala realizada em palestra realizada no IFS em 1998, para discussão dos problemas urbanos de Aracaju.
- 5 Nessa empreitada, destacam-se o Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e a Companhia Estadual de Habitação (COHAB-SE), atuando em setores sociais diferenciados, classe média e classe menos favorecida, respectivamente (RIBEIRO, 1989; FRANÇA, 2019).



5. A continuidade do movimento de dispersão-fragmentação-centralização

Desde a Constituição de 1988 se vive o longo processo de redemocratização do país, agora questionado com tinta de “agonia cívica”, para usar a feliz expressão da atriz Marieta Severo, amplamente divulgada na mídia⁶. Apesar da crise institucional que vivemos hoje, o debate sobre Plano Diretor e a incorporação no planejamento urbano das ideias de sustentabilidade e gestão participativa marcaram o tom, pelo menos até 2018.

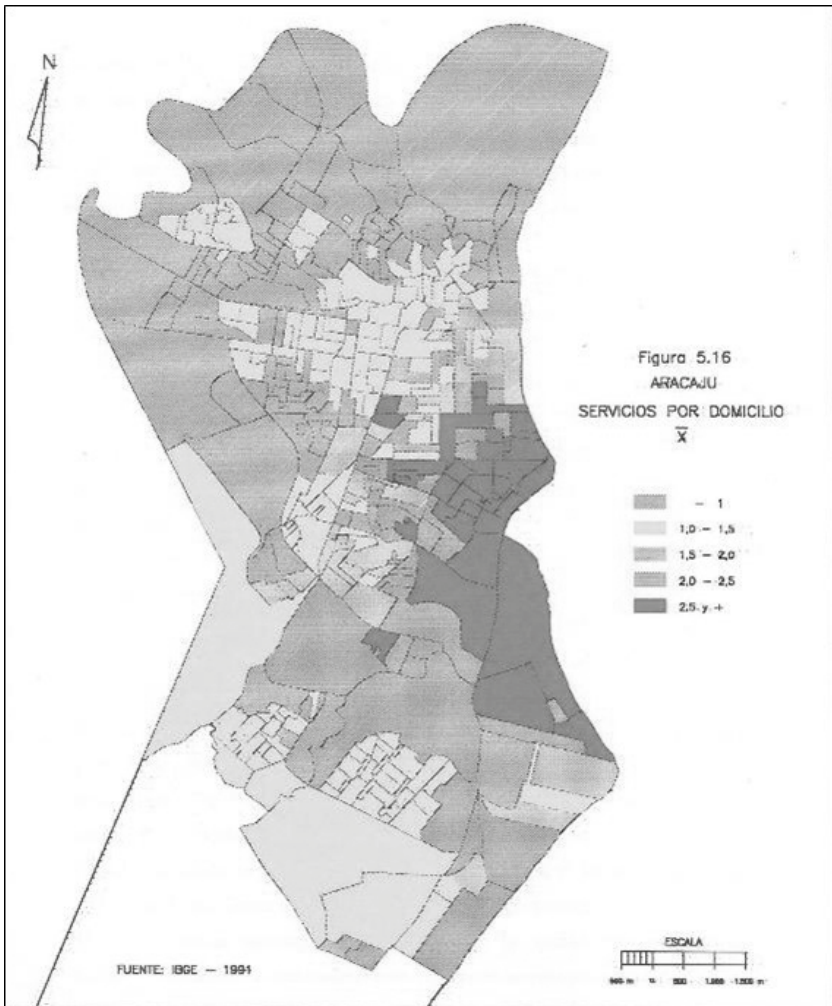
Sem entrar na “novela” do Plano Diretor de Aracaju que agora assume a sua terceira revisão, num claro obstáculo à gestão democrática, a configuração atual de nossa cidade revela-se em forma de problemas variados na área “consolidada”, de crise na ocupação dos espaços periféricos, na força da metropolização e dos processos socioespaciais que ilustram uma cidade fragmentada. Ademais, a crise espacial do centro e dos bairros centrais já é evidente e a antiga Zona de Expansão Urbana (ZEU) e a Jabotiana são as reservas de terras na malha de Aracaju para onde a cidade ainda pode se espriar, malgrado as decisões judiciais em sentido contrário, ancoradas no direito ambiental.

Foram selecionados três produtos cartográficos para ilustrar esse momento mais atual: os trabalhos de Vilar (2000), Nogueira (2006) e França (2019). São materiais resultantes de Teses de Doutorado, ou seja, de mergulhos mais profundos sobre a realidade urbana de Aracaju. Os documentos cartográficos selecionados foram os seguintes: mapa da Média de Banheiros por Domicílios nos Setores Censitários - Aracaju - 1991 (VILAR, 2000); croqui intitulado Aracaju e a Configuração da Malha Urbanizada entre 1855-2000 (NOGUEIRA, 2006); e o mapa Aracaju: Vetores de Expansão Urbana - 2000 a 2014 (FRANÇA, 2019).

O mapa do número médio de banheiros por domicílios nos setores censitários (Figura 8), produzido num contexto de definição dos eixos terciários da economia no tecido urbano de Aracaju, foi um dos indicadores utilizados para demonstração da diferenciação socioespacial.

6 “Marieta severo: Nunca senti uma angústia cívica tão profunda” www.oglobo.com - Acesso em: 22/8/21.

Figura 8: Média de Banheiros por Domicílios nos Setores Censitários - Aracaju - 1991



Fonte: Vilar (2000, p. 239).

O mapeamento de indicadores demográficos, econômicos (renda média do chefe de família), dos domicílios (% de apartamentos, % de domicílios vazios e alugados, compartimentos dos domicílios) e de instalações higiênicas sanitárias, na escala mais detalhada do setor censitário, usados na tese de Vilar (2000), mostraram-se correlacionados, e mais que um desenho dual e antagônico revelaram es-

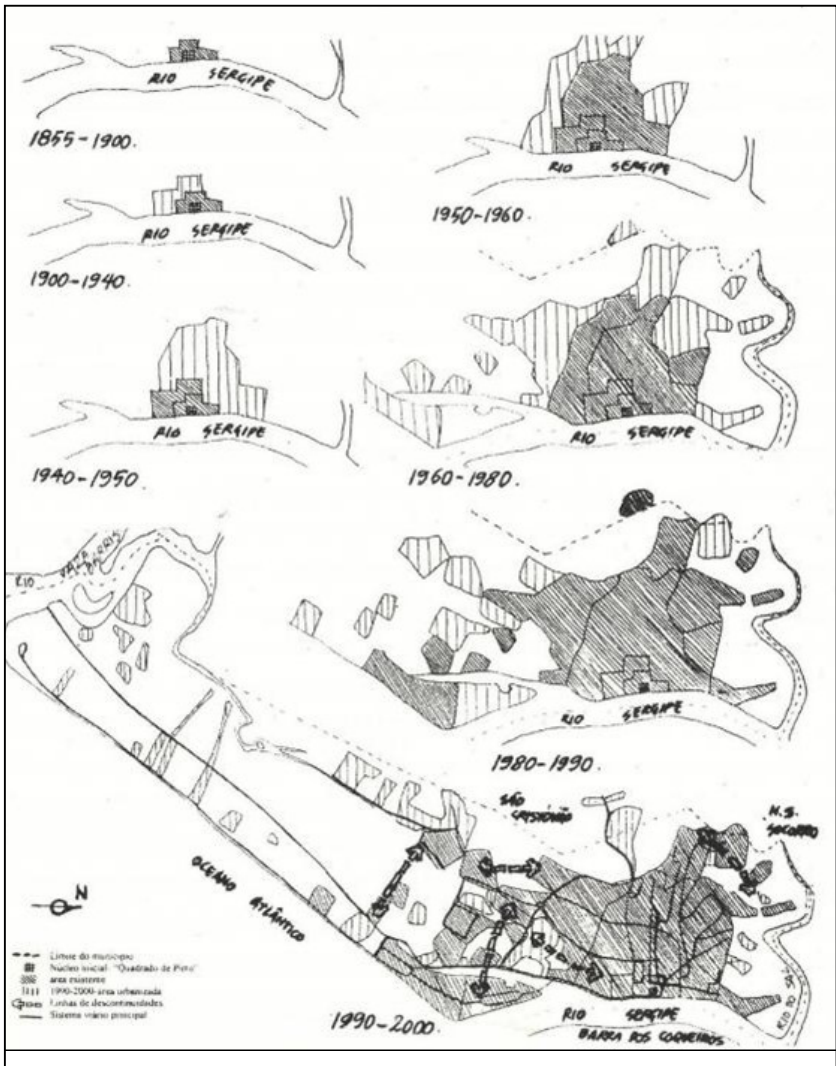
paços híbridos, ou seja, com alto grau de reciprocidade e formados por elementos de diversa natureza ou origens, inter-relacionados e interdependentes. Assim pois, a lógica de Aracaju parece vir de sua unidade.

Por sua vez, o croqui de Nogueira (Figura 9) trata da trajetória espacial da malha urbanizada de Aracaju entre os anos de 1855 e 2000. É a única entre as representações cartográficas aqui selecionadas que tem ampla preocupação temporal, praticamente a história da configuração da malha urbana de Aracaju.

Por último, a Tese de França (2019) também é muito rica em termos cartográficos. O mapa dos vetores e expansão urbana de Aracaju (2000-2014), feito com tecnologia de ponta, com o uso dos SIGs, além de visualmente muito agradável, apresenta alta precisão e revela com maior exatidão os eixos recentes de adensamento e crescimento da cidade. Depois de uma análise exaustiva em termos das políticas habitacionais de Aracaju contemporânea e lastreada em uma sólida e detalhada base de dados, França (2019) revela a ação do Estado e do Mercado na produção residencial da cidade, seja pela construção de conjuntos, seja pela implementação de programas habitacionais, de condomínios verticais e horizontais e loteamentos fechados, tendo como marco temporal balizador o Plano Diretor, aprovado no ano 2000. Em síntese, o mapa de França (2019) indica dois **vetores de adensamento**: um com verticalização concentrada no eixo 13 de Julho, Jardins, Grageru e Luzia e o outro formado pelos bairros Inácio Barbosa, Farolândia, Coroa do Meio e Atalaia; e dois **vetores de expansão**: o primeiro com apropriação dos bairros da zona norte e o segundo acompanhado de conflitos ambientais na Jabotiana, antiga ZEU e no bairro Santa Maria (Figura 10).

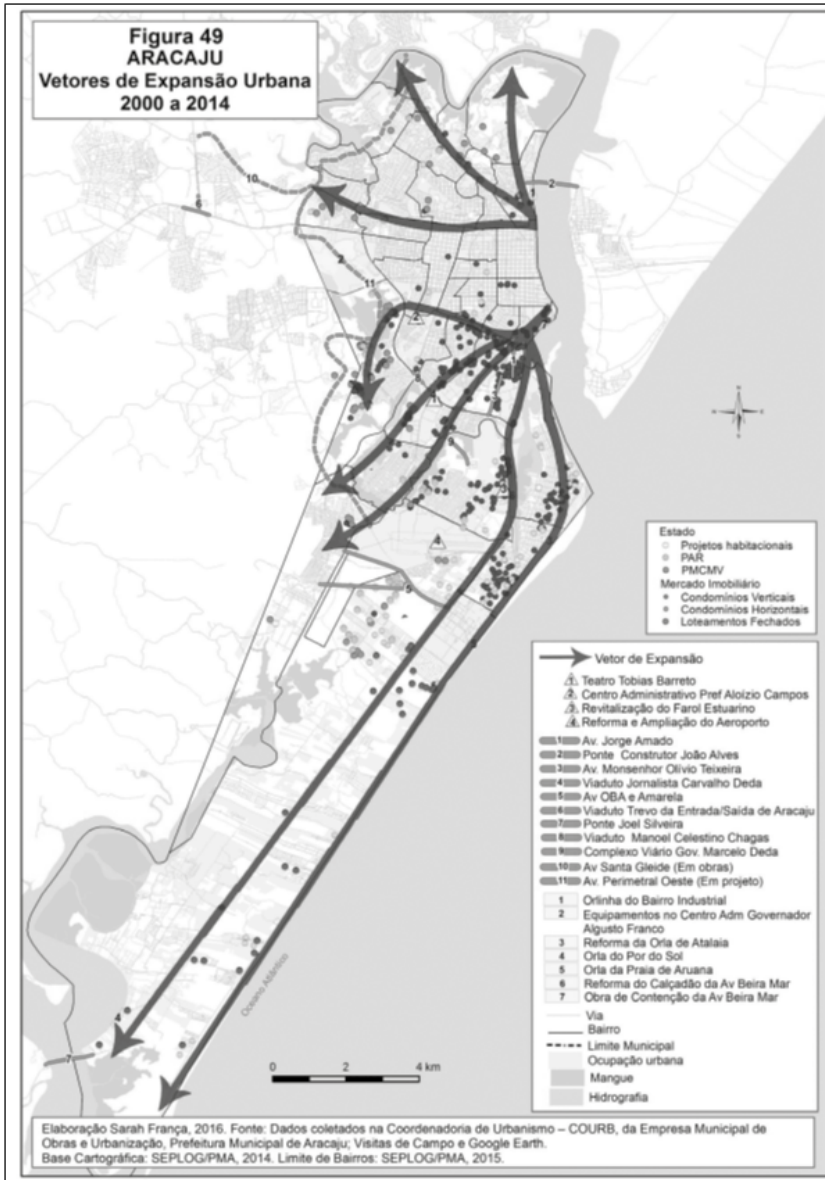


Figura 9: Aracaju e a configuração da malha urbanizada entre 1855-2000



Fonte: Nogueira (2006, p. 195).

Figura 10: Aracaju – Vetores de Expansão Urbana - 2000 - 2014.



Fonte: França (2019, p. 159).

6. Considerações finais

Ao demonstrar uma das faces do espaço através do tempo, a leitura cartográfica da história do desenho urbano de Aracaju revelou-se frutífera e indicadora de fragmentação. O esgarçamento e o retalhamento do tecido urbano parecem resultados de processos socioespaciais que construíram a capital sergipana, sempre dividida, altamente fragmentada e com fortes indicadores de autosegregação residencial, uma cidade de muros, de “enclaves fortificados”, na expressão consagrada de Caldeira (2000), principalmente nos espaços de praias e hoje também na Barra dos Coqueiros, na região metropolitana.

Se a lógica que (des)organiza o desenho da cidade obedece a padrões de desigualdade social e de separação espacial, a fragmentação resultante em Aracaju se expressa em termos de uma cidade compacta, “consolidada”, na permanência da relação centro-periferia, na dispersão urbana para a região metropolitana e na presença de um série de problemas ambientais de difícil solução.

A cartografia analisada deixou evidente a formação do mosaico urbano, de um tecido heterogêneo e desigual. Entre períodos de crescimento lento, acelerado, concentrado, tentacular e difuso o desenho da configuração urbana de Aracaju assume formas caleidoscópicas, multidimensionais, desequilibradas e fortemente desiguais.

Por fim, é preciso evidenciar que os clássicos da geografia urbana de Aracaju deixam claras as tendências espaciais e as formas de crescimento da cidade e, ao mesmo tempo, contribuem para desvelar seus conteúdos. A revisita aos clássicos sempre dá bons frutos.

Referências

- BRASIL. *Carta* Náutica do Porto de Aracaju - 1940. Marinha do Brasil - Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.
- BRASIL. *Carta* Náutica do Porto de Aracaju - 1960. Marinha do Brasil - Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 2ª edição, 1960.
- CALAZANS, J. Aracaju, contribuição à História da capital de Sergipe. In: CALAZANS, J. *Aracaju e outros temas sergipanos*. 2ª edição. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 39-97. [1942].



CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

CARDOSO, A. Aracaju no tempo do Cólera (1855-1856). **Revista de Aracaju**. Aracaju: ano LLX, nº 9, p. 231-241, 2002.

CARDOSO, A. Cidade de Palha: Aracaju, 1855-1895. **Revista de Aracaju**. Aracaju: ano LX, nº 10, p. 111-115, 2003.

DINIZ, J. A. F. **Aracaju**: síntese de sua Geografia Urbana. Aracaju: Tipografia J. Andrade, 1963.

FORTES, B. Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju. **Diretório Acadêmico “Jackson de Figueiredo”**, Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju, 1955.

FRANÇA, V. L. A. **Aracaju**: Estado e metropolização. São Cristóvão: EDUFS, 1999.

FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana**: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju - SE. São Cristóvão: EDUFS, 2019.

LOUREIRO, K. A. S. **A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir**. Aracaju: INEP, 1983.

MONTEIRO, M. da G. **A restinga da Atalaia**: uma contribuição ao estudo do litoral sergipano. Aracaju: Livraria Regina, 1962.

NOGUEIRA, A. D. **Patrimônio arquitetônico e história urbana**: Ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju. São Cristóvão, EDUFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

PORTO, F. **A cidade de Aracaju 1855-1865**: ensaio de Evolução Urbana. 2ª edição. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991. [1945].

RIBEIRO, N. M. G. **Transformações do espaço urbano**: o caso de Aracaju, Recife: Massangana, 1989.

SANTANA, A. S. **As febres do Aracaju (Dos miasmas aos micróbios)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.

SANTOS, M. N. dos. Aracaju na contramão da ‘Belle Époque’. **Revista de Aracaju**. Aracaju: ano LIX, nº 9, p. 143-153, 2002.

VARGAS, M. A. M. A paisagem urbana e o meio ambiente de Aracaju. **Revista GEOUFS**. São Cristóvão: Revista do Departamento de Geografia da UFS, vol. 1, n. 1., p. 9-17, 2002.



VILAR, J. W. C. ***La expansión del área de consumo***: la vieja e la nueva centralidade intraurbana de Aracaju (Brasil). 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidad de Granada, 2000. (Tomo 1 e 2).

VILAR, J. W. C. Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação. ***Revista de Aracaju***. Aracaju: ano LIX, nº 9, p. 87-99, 2002a.

VILAR, J. W. C. O centro da cidade: considerações demográficas sobre Aracaju. ***GEOUFS***. São Cristóvão: Revista do Departamento de Geografia da UFS, vol. 1, nº 1, p. 18-27, jul./dez., 2002b.

VILAR, J. W. C. Evolução da paisagem urbana de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de. et al. ***O ambiente urbano***: visões geográficas de Aracaju. Aracaju: Editora UFS, 2006a, p. 45-67.

VILAR, J. W. C. Problemas socioambientais da periferia de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de; et al. (Orgs.). ***O ambiente urbano***: visões geográficas de Aracaju. Aracaju: Editora UFS, 2006b, p. 49-71.

WANDERLEY, L. de L. Paisagem na janela: esse nosso inconstante Rio Sergipe e a evolução de sua foz. In: ALVES, J. do P. H. (Org.). ***Rio Sergipe***: importância, vulnerabilidade e preservação. Aracaju: Ós Editora, 2006, p. 165-194.



Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado e Políticas de Habitação

Mário Jorge S. Santos
Ana Rocha dos Santos

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção dos territórios de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE), cuja expressão territorial é marcada por diferenças nas condições de habitação, na paisagem urbana e na realidade socioeconômica dos municípios que compõem a RMA. Parte-se do pressuposto de que essa produção se dá pela ação do Estado, por meio das políticas de habitação desenvolvidas ao longo do tempo. A pesquisa realizada na RMA constatou que a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha (PMCMV), vem desde 2009, alterando a realidade socioespacial e territorial da região, com o incremento da periferação das populações que habitam nesses territórios e promovendo uma separação no e do espaço pela construção de condomínios fechados nas áreas mais carentes e distantes da região.

Palavras-chave: Estado, habitação, segregação socioespacial

- * Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor da Secretaria de Estado da Educação, e pesquisador do Laboratório de Estudos Territoriais - LATER/PPGEO/UFS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Regional e Urbana, Ensino de Geografia e Formação de Professores.
- ** Licenciada e bacharel em Geografia. Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Campus Prof. Alberto Carvalho e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relação sociedade-natureza e produção do espaço geográfico. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, descentralização, política pública, gestão do território, política educacional, formação de professores, prática docente, metodologia de ensino.

Territories of Socio-spatial Segregation in the Metropolitan Region of Aracaju (MRA): State and Housing Policies

Territorios de segregación socio-espacial en la Región Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado y Políticas de Vivienda

Abstract

This article aims to analyze the production of territories of socio-spatial segregation in the Metropolitan Region of Aracaju (SE), whose territorial expression is marked by differences in housing conditions, in the urban landscape, and in the socio-economic reality of the municipalities that make up the MRA. It starts from the assumption that this production takes place through the action of the State, through housing policies developed over time. The research carried out at the MRA found that the housing production of “Minha Casa Minha Vida” Program (PMCMV) has been, since 2009, changing the socio-spatial and territorial reality of the region, increasing the peripheralization of the populations that inhabit these territories and promoting separation in and of the space for the construction of closed condominiums in the poorest and most distant areas of the region.

Keywords: State, housing, socio-spatial segregation

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar la producción de los territorios de segregación socio-espacial en la Región Metropolitana de Aracaju (Sergipe-Brasil), cuya expresión territorial está marcada por diferencias en las condiciones de residencia, en el paisaje urbano y en la realidad socio-económica de los municipios que componen la RMA. El presupuesto del análisis considera que la producción de estos territorios acontece por la acción del Estado, a través de las políticas de vivienda desarrolladas en diferentes períodos. La investigación realizada en la RMA constató que, desde 2009, la producción habitacional del Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ha alterado la realidad socio-espacial y territorial del espacio metropolitano con el incremento de la perifерización de la población y la promoción de una separación en el espacio (y del espacio) mediante la construcción de condominios cerrados en las áreas más carentes y distantes.

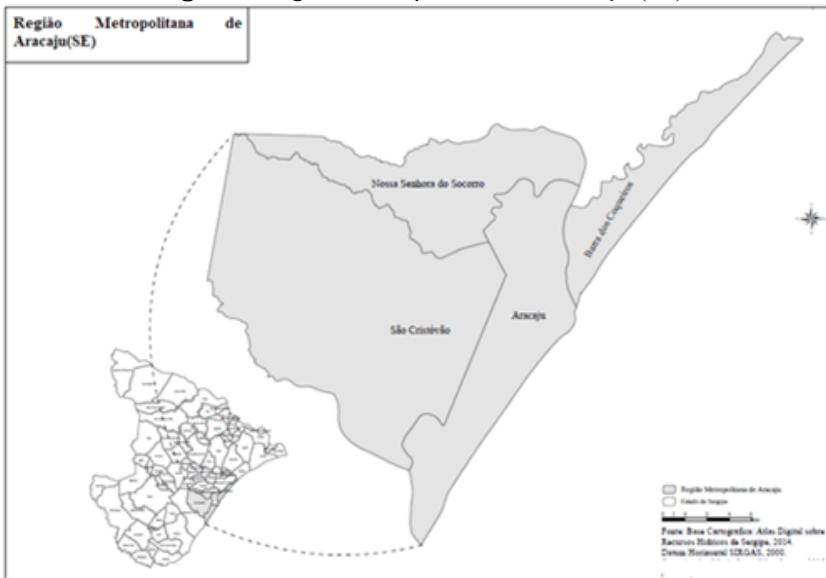
Palabras claves: Estado, vivienda, segregación socio-espacial



Introdução

A Região Metropolitana¹ de Aracaju (RMA), criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede Aracaju (Figura 1).

Figura 1: Região Metropolitana de Aracaju (SE)



Fonte: Base Cartográfica: Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe, 2014

A população da Região Metropolitana de Aracaju, estimada em 835.654 habitantes (IBGE, 2010), cresce aceleradamente devido à imigração de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe, especialmente de áreas rurais, bem como, de outros estados da Federação, especialmente do norte da Bahia. (FRANÇA, 1999)

1 Considera-se neste estudo a Região Metropolitana de Aracaju legalmente constituída e socialmente reproduzida a partir da centralidade de Aracaju e sua conurbação com os municípios vizinhos. Não é, portanto, a RMA como conceito geográfico urbano, pois a mesma ainda não possui este caráter.

Na Região Metropolitana de Aracaju, a urbanização é resultado do processo de desenvolvimento socioeconômico, pautado no regime de posse e uso da terra e na herança de uma sociedade tradicional, apresentando forte desigualdade em razão de fatores de ordem histórica, econômica, cultural e espacial que (re) definem as relações sociais em todo o território.

No processo de urbanização da RMA, o papel do Estado como agente na formação socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju é fundamentalmente marcado por sua atuação através da criação da COHAB (Companhia de Habitação de Sergipe). Em Aracaju (SE), a COHAB construiu, entre as décadas de 1968 a 2002, um total de 21.045 unidades habitacionais, distribuídas em 45 conjuntos habitacionais. Já a INOCOOP- BASE (Instituto de Orientação as Cooperativas Nacionais), outra modalidade do sistema Bando Nacional de Habitação /Sistema Financeiro de Habitação, que objetivava construir unidades habitacionais voltadas à classe entre 05 e 10 salários mínimos, construiu 7.313 unidades em 27 conjuntos situados em áreas que foram diretamente beneficiadas pela infraestrutura urbana governamental.

Para França (1999), na década de 1970, a COHAB/SE já encontrava dificuldades para a aquisição de terrenos para implantação de conjuntos habitacionais em Aracaju. O poder público atendia aos interesses dos agentes financeiros imobiliários, reservando terras para valorização em detrimento da função social da terra e permitiu o espraiamento da cidade para áreas mais distantes, iniciando a compra de terrenos nos municípios vizinhos de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e, posteriormente, na Barra dos Coqueiros.

Rodrigues (2005) afirma ainda que a COHAB/SE, na década de 1980, procurou glebas distantes da malha urbana, começando assim, a formação da Grande Aracaju e consolidando o empurrão da pobreza para fora dos limites da capital. Nesses termos, “a cidade de Aracaju avança na direção dos municípios vizinhos, sobretudo de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, exigindo uma nova compreensão do conjunto urbano-regional”. (FRANÇA, 1999, p. 64).



Segundo Rodrigues (2005), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela concentração de unidades habitacionais construídas pela COHAB/SE, em Aracaju, representando 36,55% do total de unidades instaladas no estado, estimulando assim a valorização dos terrenos da capital e, ao mesmo tempo, fomentando a construção de outros conjuntos no seu entorno, aliada ao processo de especulação imobiliária, que por intermédio do capital imobiliário privado, começou a comprar áreas de reservas e expansão da cidade, apropriando-se destes espaços e direcionando o crescimento da região.

Os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros foram alvo dessa ação do Estado e do capital e formaram uma nucleação ou área metropolitana em desenvolvimento, com a construção de 43.461 mil unidades da COHAB, entre 1968 e 2002, representando 62,27% das construídas em todo Estado de Sergipe (FRANÇA, 1999)

Tendo em vista a construção de unidades habitacionais em Aracaju, bem como nos municípios vizinhos, observou-se que, em apenas trinta anos, a população desse aglomerado (RMA) cresceu mais de 100%, saindo de 338.882 mil habitantes em 1980 para 835.654 mil habitantes, em 2010 (Censo IBGE, 1980 e 2010), que representa 40,4% da população total do estado que é de 2.068.031 habitantes.

Essa dinâmica provocou, entre outras coisas, um alargamento da periferia em várias direções, ultrapassando os limites territoriais da capital e ocupando as áreas rurais dos municípios vizinhos. Nesse contexto, verificou-se um crescimento célere das áreas adjacentes a Aracaju, em especial a partir da década de 1980, com a construção dos conjuntos habitacionais e do quantitativo de contingentes humanos que se deslocaram para a região circunvizinha, iniciando assim uma aglomeração urbana que posteriormente resultou num processo de metropolização periférico.

Outra consequência visível, segundo Campos (2006) é que a prática de construção de grandes estruturas habitacionais na região metropolitana entre 1968 e 2020 expôs a fragilidade dos municípios perante a imposição do Estado que, dissociado de planejamento para geração de emprego e renda, engendrou elementos novos na



problemática social, modificando o desenho urbana e confinado a população na periferia em verdadeiros bolsões de pobreza, intensificando o problema das invasões e ocupações irregulares.

Sendo assim, ainda hoje, existem diferenças socioespaciais na realidade inter-regional na RMA, uma vez que a própria condição de vida e de habitação das populações que vivem nos municípios da região são diferentes e estão evidentes na própria paisagem urbana em movimento, materializada na situação de desigualdades no acesso à moradia, renda, educação, habitação, saneamento, mobilidade, ocupação e trabalho. Enfim, na condição cotidiana da vida, tendo como consequência a formação de verdadeiros territórios de segregação socioespacial na RMA.

O objetivo central nesse artigo é analisar a produção desses territórios, vinculando sua produção à política pública de habitação. Sendo assim, buscar-se-á desvelar a partir das particularidades existentes nos municípios que compõem essa região, as desigualdades criadas nos lugares, espacializando dentro do RMA as localidades com piores condições de vida, segregadas socioespacialmente.

Essas desigualdades foram analisadas por meio dados do censo demográfico do IBGE de 2010, com os indicadores da situação socioeconômica da população dos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, visando estabelecer o perfil comparativo da região e sua caracterização econômica e social, identificando as diferenças existentes nas condições socioeconômicas - renda, escolaridade e emprego - e as condições habitacionais - acesso a bens e serviços públicos de esgotamento, acesso à água e coleta de lixo.

Com essa metodologia, foram identificados os territórios de segregação socioespacial da RMA, apresentando suas características e analisando sua produção socioespacial. Em seguida, serão apontados entre esses, aqueles que mais receberam unidades habitacionais do PMCMV (2009-2014). Foi contextualizada a produção habitacional do PMCM na RMA de 2009 a 2014, a fim de entender, através de entrevistas com os moradores desses territórios, como o Estado continua a aprofundar com as políticas de habitação as de-

sigualdades nesses lugares, interferindo nas formas de apropriação do espaço, à medida que aprofunda uma periferização e valorização diferenciada no solo urbano, uma separação do espaço, uma hierarquização urbana, dentro de um espaço já segregado.

O PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) foi tomado para esta análise, visto que essa política habitacional foi a partir de 2009, a principal responsável pela expansão das unidades habitacionais na periferia da RMA. A análise feita parte do entendimento de que na atualidade a ação do Estado e do capital, na construção desses empreendimentos habitacionais, produz uma região metropolitana segregada com determinações impostas pelas suas estratégias de reprodução, provocando uma diferenciação das condições de vida das populações nesses espaços e sua interligação ao espaço regional metropolitano, bem como suas características particulares, separando as pessoas nesses territórios de segregação socioespacial por sua condição de classe e estruturando, via Estado, as condições necessárias para a circulação do capital.

Os territórios de segregação socioespacial na RMA: espacializando as desigualdades

A dimensão espacial é o efeito específico que os padrões de contiguidade, vizinhança e distância causam aos indivíduos e grupos, afetando suas possibilidades de inserção em diversas esferas da sociedade. (TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; GOMES; AMITRANO, 2005; BICHIR; TORRES; FERREIRA, 2005).

Com essas considerações, podemos entender, que indivíduos com condições sociais semelhantes, mas localizados em regiões distintas da cidade, têm acesso diferenciado a bens e serviços públicos e a elementos geradores de mobilidade social (como o emprego), assim como tendem a ser submetidos de forma diferente a agravos de diversas naturezas, dependendo das condições de segregação a que estão submetidos (TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; GOMES; AMITRANO, 2005; BICHIR; TORRES; FERREIRA, 2005).

A existência de uma segregação apresenta-se nas condições diferenciadas da sociedade no espaço é, portanto, uma fragmenta-

ção social do espaço. O Estado é o braço mais forte do capital para a produção dessa segregação. Assim, como afirma Spósito (2013) a segregação implica, necessariamente, reconhecer processos significativos e profundos de segmentação socioespacial, ainda que possa haver divergências na explicação deles ou na força dada e uma dimensão ou outra (política, étnica, religiosa, socioeconômica, etc) (SPÓSITO, 2013, p.63)

No caso da RMA, essa realidade se (re)produz com todas as suas particularidades socioespaciais, e é também evidente, por exemplo, quando se identifica dentro do espaço metropolitano atual, a existência de verdadeiros espaços de pobreza e carência social, evidenciando uma realidade de renda das populações marcadas por situações de ausência ou poucos recursos financeiros, o que por consequência os leva a se submeter a viver em habitações precárias e por vezes até subnormais.

128

A contradição mais evidente desse processo é a própria política de habitação e os interesses dos agentes financeiros imobiliários que atuam na produção da RMA, que muitas vezes deslocam uma população pobre, desprovida de renda, para localidades extremas da região, ou ainda para áreas com enormes problemas de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos, tendo como justificativa a propriedade de uma habitação.

Isto porque é a existência das classes sociais e sua desigual distribuição espacial que causa o aumento das diferenças sociais e, a partir do momento que esta distância social adquire uma expressão espacial através da estruturação do espaço urbano, acontece a segregação socioespacial. (NEGRI, 2008)

Para compreender melhor esse processo é relevante analisar a própria situação urbana e socioeconômica da população dos municípios da RMA, desvelando as várias dificuldades de integração, e considerando uma heterogeneidade das condições de vida nos diferentes municípios dentro da região.

A segregação socioespacial na RMA tornou-se corrente no espaço intraurbano e regional, consolidando as diferenças e contradições dos investimentos do Estado nas diferentes localidades por

classes sociais que os disputam, relegando a um segundo plano as classes mais pobres da sociedade. Essa diferenciação vem aumentando a precariedade das condições habitacionais dos mais pobres, pois é a lógica da financeirização imobiliária que hoje determina o valor da cidade e as formas de acesso ao solo, o valor e a localização das habitações, e o próprio sentido do direito à cidade.

Nesse contexto, o Estado adquire um papel crucial, porque acentua a segregação com as legalizações e planos diretores de desenvolvimento urbano (PDDU), facilitando e incentivando a instalação de empreendimentos habitacionais como os condomínios fechados, criação de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que agudizam a segregação.

Assim, considerando esta realidade, é necessário espacializar a segregação com a identificação dos espaços que representam com mais clareza esse processo, pois os territórios de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju são áreas em que as pessoas apresentam as piores condições de habitação e condições socioeconômicas, separadas no espaço por sua condição de classe e onde as estratégias do capital e do Estado agem no propósito de hierarquizar, para segregar, ainda mais.

A tabela 01 e a figura 2 apresentam as localidades e suas condições de segregação estabelecendo um comparativo das condições de vida diante da situação geral da RMA, parâmetro usado para selecionar as áreas e apresentá-las dentro desse processo como espaços de segregação socioespacial.

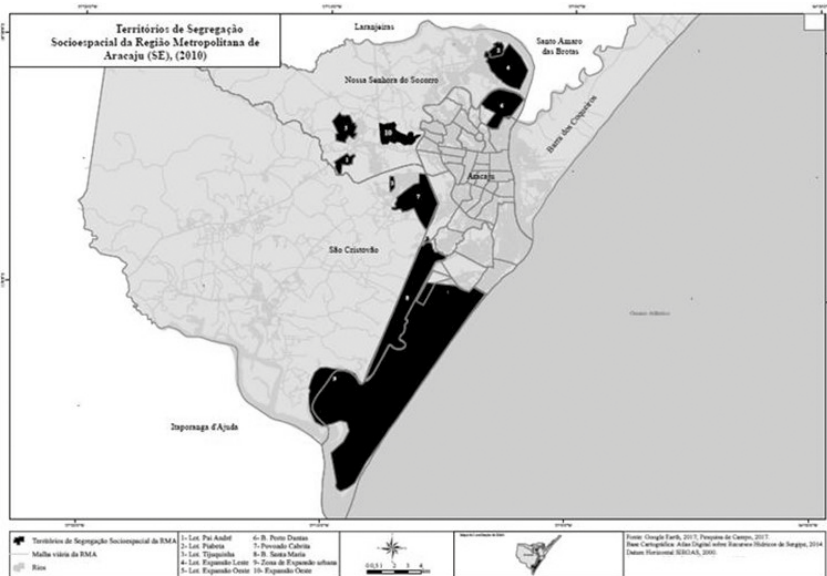
Tabela 01: Síntese dos territórios de segregação socioespacial com as piores condições socioeconômicas e de habitação na RMA -2016.

RMA-TERRITÓRIOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	% Abastecimento água da rede geral	% Esgotamento sanitário via rede geral	% Destino do lixo adequado	R\$ Renda domiciliar per capita	% Taxa de analfabetismo	% Empregados sem carteira assinada e por conta própria
Região Metropolitana de Aracaju	96,4	62,5	96,3	597,87	10,5	45,7
1-Porto Dantas	92,6	35,7	84,5	268,10	15,4	55,2
2-Santa Maria	91,6	31,2	82,3	250,75	23,6	58,2
3-Zona de expansão Urbana de Aracaju	80,1	18,5	85,2	225,00	13,5	48,7
4-Loteamento Pai André	90,8	10,2	56,8	168,00	23,2	59,2
5-Loteamentos da Expansão Oeste	91,5	12,5	63,4	240,00	27,3	62,8
6-Loteamento Jardim Piabeta	94,7	3,6	88,2	258,00	22,5	56,9
7-Loteamentos da Expansão Leste	97,2	8,5	76,1	220,00	26,5	65,0
8-Zona de Expansão Urbana Cabrita	96,2	10,5	50,5	235,00	21,3	62,0
9-Loteamento Tijuquinha	96,0	4,9	80	246,00	20,5	56,5

Organização: Os autores, 2018.

Esse critério foi também complementado com observações expressas na paisagem urbana das localidades na RMA. Como aponta CARLOS (2007), a paisagem urbana, compreendida como momento instantâneo que surge à primeira vista aos olhos do pesquisador, expressa relações e ações que propiciam uma investigação sobre a cidade. (CARLOS, 2007, p.33)

Figura 2: Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju(SE), 2010.



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Pesquisa de Campo, 2017.

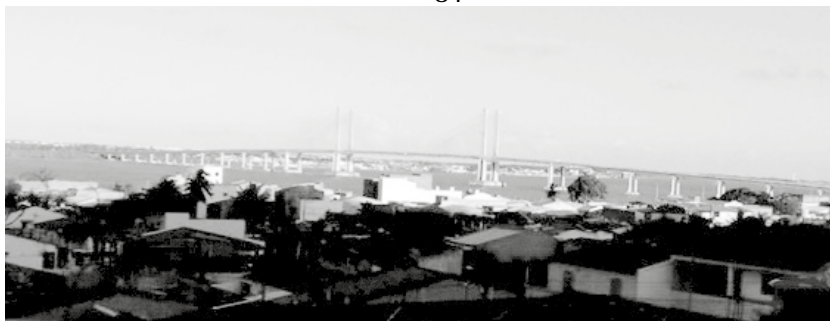
Assim, diante do exposto e espacializado, as áreas que apresentam situações mais expressivas de segregação socioespacial na RMA são:

1- Porto Dantas – Localizado na região norte da cidade de Aracaju, o bairro Porto Dantas possui uma população de 10858 habitantes, distribuída em 3654 domicílios (IBGE, 2010). Sua ocupação é resultado do processo de produção de sal, que se desenvolvia nas margens do Rio do Sal, que separa Aracaju de Nossa Senhora do Socorro. (Figura 3)

Esse território de segregação socioespacial é composto por um aglomerado de comunidades, que se formou por ocupações regulares e irregulares e que se legitimou através de ações públicas de habitação e regularização fundiária. Reconstruiu-se uma paisagem ainda com sérios problemas sociais, constituída pela ocupação do Coqueiral e Sagrada Família, além de conjuntos residenciais construídos pelo governo do Estado e pela prefeitura de Aracaju, como

formas de resolver conflitos e lutas por moradia e infraestrutura existente nesse território.

Figura 3: Vista do bairro Porto Dantas em Aracaju na RMA, ao fundo o Rio Sergipe.



Fonte: Os autores, 2018.



2- Santa Maria – Antigo povoado Terra Dura. O bairro Santa Maria localiza-se no município de Aracaju, sua expansão e crescimento são resultado principalmente da desativação da lixeira do bairro Soledade em 1988 e a transferência dessa atividade para o povoado Terra Dura onde se construiu um novo aterro sanitário. A partir dessa ação, comunidades migrantes e de outros bairros da periferia de Aracaju começaram a ocupar os morros e aterrar os mangues, dando origem a diversas comunidades como a Invasão da Prainha, Canal de Santa Maria, Arrozal e Água Fina.

Segundo bairro mais populoso de Aracaju, com 33475 habitantes (IBGE, 2010), o bairro Santa Maria é uma produção que pode ser analisada considerando que a ação do poder público contribuiu de forma significativa para a transformação da localidade em um bolsão de pobreza. Nas últimas décadas, as políticas de habitação, voltadas a resolver a situação de favelização da população, priorizou a remoção de uma grande parcela de população, oriunda de diversas áreas da cidade, para esta localidade. (Figura 4)

Figura 4: Vista do Bairro Santa Maria em Aracaju na RMA, ao fundo o morro do avião.



Foto: Os autores, 2018.

Formado por uma série de conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, e mais recentemente por condomínios do PMCMV, esse território é um dos mais emblemáticos exemplos de produção do espaço via fragmentação, hierarquização e segregação, legitimada pelo Estado através da condição de classe dos seus moradores.

Composto por 9272 domicílios (IBGE, 2010) é um território de segregação socioespacial marcado pela ação de políticas habitacionais, especialmente as da COHAB/SE e os de Interesse Social, que somente no período de 1980 a 2000, construíram na localidade 4209 unidades habitacionais em diversos conjuntos habitacionais. Os maiores são o Conjunto Padre Pedro, com 2223 unidades habitacionais (COHAB/SE) e o Conjunto Governador Valadares, construído pela FUNDESE para o reassentamento de pessoas oriundas de áreas de risco, com 1200 unidades habitacionais.

3-Zona de expansão Urbana de Aracaju- Criada pela Lei Municipal nº 873, de 1º de outubro de 1982, a Zona de Expansão de Aracaju correspondia a quase 40% do território municipal. Atualmente essa região vive profundas transformações, isso em virtude de ter sido, segundo França, S. (2011), alvo de investimentos governamentais e de políticas públicas, que beneficiaram a produção imobiliária, prin-



principalmente a inserção de conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial e projetos voltados para habitação popular.

Essa dinâmica provocou um crescimento demográfico na localidade, sendo que a população residente que era de 9377 habitantes em 2000 passou para 22680 habitantes em 2010. Esse crescimento deve ser analisado considerando dois fatores explicativos: o primeiro é a criação, em 2010, do Bairro 17 de Março que deslocou para essa zona 6571 pessoas e o segundo é a expansão do Loteamento Aruanda proveniente da construção de diversos conjuntos habitacionais pelo PAR a partir de 2002. (Figura 5)

Figura 5: Vista do bairro 17 de Março na Zona de Expansão urbana de Aracaju.



Foto: Os autores, 2018.

Na atualidade, a Zona de expansão de Aracaju (ZEUA) é um espaço de conflitos e segregação. Essa produção territorial é marcada pela dinâmica da abertura de mais de 7000 lotes entre 2000 e 2014 na região (PMA) e a intensificação da construção de condomínios de apartamentos e casas pela iniciativa privada, bem como, a proliferação de empreendimentos do PMCMV.

Essa realidade faz com que o processo de separação do/no espaço na ZEUA se apresente na realidade socioespacial de maneira intensa. Uma separação marcada por condições desiguais entre as populações que habitam esse território. Essa desigualdade se expressa na separação das condições de vida e habitação dos mo-

5- Loteamentos da Expansão Oeste – É um conjunto de loteamentos que surgiu a partir da década de 1970, nas margens da BR 101 e suas adjacências. É resultado de um processo intenso do parcelamento do solo que ocorreu na região em virtude da mercantilização da terra que transformou a propriedade do solo urbana da RMA em uma mercadoria. Segundo França (1999), a partir da construção do Conjunto Célia Cabral Duarte (1983), conhecido como Conjunto das Domésticas, se dinamizou o parcelamento do solo no município e os terrenos localizados em seu entorno foram valorizados e loteados. (Figura 7)

Figura 7: Entrada do Loteamento Guajará no Território da Expansão Oeste na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

Fazem parte do setor censitário do Loteamento da Expansão Oeste: Loteamento Itacacema I, Loteamento Itacacema II, Loteamento Itacacema III, Loteamento Nova Palestina, Loteamento Guajará, Loteamento Rosa de Maio, Loteamento São José, Loteamento Santa Cecília, Loteamento Paulo Pereira, Loteamento Boa Viagem, Loteamento Parque Nossa Senhora de Fátima e o Loteamento Jardim Manguinhos.

Em todas essas localidades, a característica mais pungente é a carência social e ausência de infraestrutura e saneamento básico, aliado a essa condição existem aglomerados que foram produzidos a partir de ocupações em áreas de fragilidade ambiental como as margens de rios em mangues e encostas, perfazendo um total de

6402 pessoas vivendo em ocupações irregulares neste território (IBGE, 2010).

Essas condições ocasionam a permanência de uma população empobrecida, com problemas sociais diversos, com alta taxa de desocupação, carente de assistência social e desprovida de justiça espacial. Tudo isso, em decorrência de políticas eleitoreiras que em benefício de incorporadores, promoveram a expansão habitacional neste território, sem nenhuma preocupação com as condições de habitação e sobrevivência da população que habita as localidades.

6- Loteamento Jardim Piabeta – Localizado na porção nordeste do município de Nossa Senhora do Socorro, o Loteamento Jardim Piabeta faz parte do Complexo Taiçoca (PDDU/Nossa Senhora do Socorro). É um dos maiores aglomerados urbanos em forma de loteamentos construídos na RMA.

Sua formação deu-se a partir de 1980, quando o município de Nossa Senhora do Socorro passou por grandes transformações urbanas. A sede do município não sofreu grandes alterações, entretanto, o espaço dos povoados foi alvo de empreendimentos imobiliários que provocaram mudanças em áreas antes ocupadas por manguezais e pouco povoadas.

Com uma população de 10557 habitantes vivendo em 2953 domicílios (IBGE, 2010), esse loteamento já foi considerado uma das áreas mais pobres e problemáticas da RMA. Sua alta densidade demográfica, aliada às condições de precariedade de infraestrutura, ocasionaram durante décadas inúmeros conflitos entre a população e o poder público. (Figura 8)



Figura 8: Rua do Loteamento Jardim Piabeta em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

7- Loteamentos da Expansão Leste – Também localizados no Complexo Taiçoca, esse território de segregação socioespacial é uma produção urbana regional que se estruturou a partir do final da década de setenta em virtude da implantação do Projeto Urbano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Aracaju.

Política de caráter desenvolvimentista, associava a atividade industrial à produção habitacional e tinha como objetivo desenvolver a atividade industrial em Nossa Senhora do Socorro, implantando o Distrito Industrial e o Complexo Urbanístico da Taiçoca, em uma área fora da sede municipal, nas proximidades de Aracaju e contemplava a construção em etapas de mais de 20000 mil unidades habitacionais, para abrigar uma população de mais de 125.000 mil habitantes.

Assim, os Loteamentos da Expansão Leste foram sendo produzidos, tendo como principal eixo de expansão a proximidade com os conjuntos residenciais construídos pela COHAB/SE neste complexo, atraindo uma população pobre que migrou de vários lugares de Sergipe e de outros estados em busca de emprego e habitação.

Os Loteamentos da Expansão Leste são constituídos pelas seguintes localidades: Loteamento Jardim Sauara, Loteamento Jardim Mariana, Loteamento Cajueiro e Loteamento São Braz.

Com uma população de 23328 habitantes, distribuídos em 6742 domicílios (IBGE, 2010), esse território possui uma população com graves problemas socioeconômicos e vivendo ainda hoje com pouca estrutura habitacional e tem sido o espaço mais afetado no processo de valorização do capital. Até 2014 foi a área do município de Nossa Senhora do Socorro que mais recebeu empreendimentos imobiliários do PMCMV. (Figura 9)

Figura 9: Rua do Loteamento Cajueiros em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Fonte: Os autores, 2018.

8 -Zona de expansão urbana da Cabrita - é o espaço territorial da RMA que mais sofreu transformações urbanas, especialmente a partir de 2010, quando os interesses dos agentes imobiliários locais e nacionais transformaram por meio do PDDU de São Cristóvão a área correspondente ao setor censitário do Povoado Cabrita, em uma zona de expansão urbana.

A Zona de Expansão Urbana da Cabrita (PDDU) corresponde ao setor censitário do Povoado Cabrita (IBGE). Até 2010, possuía uma população de 20922 habitantes distribuídos em 6194 domicílios. Composto pelo Loteamento Jardim Universitário I e II, Povoado Barreiro e Povoado Cabrita. Esse território possui características de profundos contrastes sociais, pois a produção espacial do mesmo dá-se atendendo aos interesses dos agentes imobiliários em detrimento da solução das péssimas condições de vida em que estão submetidas as populações dessas localidades, resultado final de um processo ainda em curso de urbanização/desruralização. (Figura 10)



Figura 10: Rua do Povoado Barreiro, na Zona de Expansão da Cabrita-Grande Rosa Elze em São Cristóvão na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

Esse também é o território em que se constata a construção de uma grande quantidade de empreendimentos do PMCMV na região da Grande Rosa Elze. Essas construções estão organizadas em duas frentes de produção: a primeira, às margens da rodovia João Bebe Água, em direção oeste, indo ao encontro do bairro Jabutiana em Aracaju, e a segunda frente parte da expansão do Conjunto Santa Lúcia no Bairro Jabutiana, em Aracaju, e avança sobre as terras de São Cristóvão ao encontro dos condomínios construídos e em construção na zona de expansão da Cabrita na Grande Rosa Elze em São Cristóvão.

9- Loteamento Tijuquinha – Historicamente, segundo Campos (2005), o processo de parcelamento do solo na zona rural de São Cristóvão para fins urbanos, é uma característica marcante na produção espacial desse município. A produção urbana regional de São Cristóvão tem como marca a existência de uma grande área urbana desvinculada da sede municipal, denominado de Grande Rosa Elze.

É neste contexto que o Loteamento Tijuquinha é produzido na dinâmica urbana de RMA. Situado na Grande Rosa Elze, em uma área contínua ao Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes, esse território de segregação socioespacial surgiu em 1986 firmando-se como uma alternativa de acesso à moradia, especialmente para a classe mais pobre, uma vez que o acesso às unidades habitacionais produzidas pela COHAB/Se se tornava mais seletivo, e direcionado a uma faixa de renda mais elevada.

Esse processo é marcado pela constante valorização da terra, proporcionada pelo aparecimento de loteamentos e conjuntos habitacionais nas áreas limítrofes com a capital e teve início nas proximidades do Campus Universitário, no Rosa Elze e adjacências, totalizando 158 empreendimentos com mais de 53 mil lotes implantados e/ou aprovados pela prefeitura de São Cristóvão de 1970 até 2010.

O Loteamento Tijuquinha, localizado no oeste da Grande Rosa Elze (PDDU) é composto por 2127 domicílios e uma população de 7560 habitantes (IBGE, 2010), que ocupa esse território há mais de 30 anos, convivendo com problemas de infraestrutura e reproduzindo condições de vida carente de serviços públicos, marcadas por altos índices de pobreza, analfabetismo e baixa situação de renda.

Nos territórios de segregação socioespacial, agora identificados a partir de uma produção regional, revela-se também a extensão do mundo da mercadoria – e nesta condição todos os espaços se tornam passíveis de serem transformados em valor de troca (essa intercambialidade guarda o fundamento da homogeneização).

Entretanto essa lógica guarda uma contradição expressa pela interface do Estado com o capital, que ao promover essa valorização com a construção de empreendimentos habitacionais nessas localidades ou próximas a elas, provoca um confronto entre esse sistema e a própria hierarquização do espaço, ou seja, a valorização diferenciada dos lugares em função de sua capacidade de criar condições são os meios necessários para a (re) produção da segregação socioespacial na RMA.

Assumindo esse entendimento, essas localidades são postas sob a lógica de que são **territórios² de segregação socioespacial**, uma vez que nesse processo de valorização, fragmentação e segregação em curso, os conflitos são inevitáveis e desencadeados, portanto, a

2 O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (diversidade e unidade, concomitantemente). (SAQUET, 2009, p.83)

partir de relações de poder entre os diversos agentes de produção do espaço, entre eles a população segregada.

Os territórios de segregação socioespaciais identificados na RMA são tomados como referência no espaço, daí a indissociabilidade entre os dois, pois a intensidade e a forma da ação do poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios.

Para Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder³. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território aqui assumido, pois o poder é relacional, está intrínseco em todas as relações sociais.

Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (CORRÊA, 2000, p. 32).

No caso da RMA, esses territórios são contradições se materializam a partir de profundas desigualdades espaciais, especialmente nas suas periferias, onde sua apropriação é marcada por diferentes processos de fragmentação e segregação. A apropriação territorial promovida pelos agentes financeiros imobiliários, por meio da construção de empreendimentos habitacionais do PMCMV nestes territórios é, portanto, a (re)produção de uma nova segregação, marcada pela diferenciação residencial e pela produção de uma nova valorização espacial, caracterizadas pela apropriação do espaço vivido por uma nova classe que o submete, com uma diferenciação inclusive no seu modo de vida. Tudo isso como analisa Carlos (2015) alicerçado pelas novas estratégias do

3 O poder implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais. Mas essa capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais – como é o caso do aparelho de Estado. (SOUZA, 2001)

capital financeiro imobiliário, que com o Estado, torna-se proprietário das cidades.

Para desvelar melhor esse processo, é importante relacionar essa valorização com a ação do Estado e do capital, apresentando o número de empreendimentos e unidades habitacionais que foram construídos ao longo de 2009 a 2014, analisando qual o impacto dessa política de habitação para a transformação da realidade socioespacial nesses territórios.

A política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2014) nos territórios da segregação socioespacial

Diante da crise estrutural do capital, que se apresentava a partir de 2008 e, também, em decorrência da própria já vivida pelo setor da construção civil no Brasil, após a abertura dos seus capitais para o mundo, por meio das bolsas de valores, o governo federal, com o objetivo de dinamizar a economia e garantir a reprodução do capital, via setor da construção lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A estrutura de implementação criada para o programa foge bastante à tradição do setor habitacional no Brasil. A Caixa Econômica Federal (CEF) é gestora operacional do PMCMV, recebendo e aprovando (ou não) as propostas de construção dos empreendimentos apresentadas diretamente por empresas da construção civil. Aos governos locais coube principalmente a viabilização da terra, após a adesão ao programa junto à CEF.

Dividido até 2014 em 3 faixas, o PMCMV se estruturava da seguinte forma: A primeira destinada a famílias com renda mensal inferior a R\$ 1.600,00, que podiam receber subsídios de até 96% do valor do imóvel, pagos com recursos do OGU (Orçamento Geral da União). Na segunda faixa, para o segmento de renda familiar acima de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.275,00, os juros cobrados eram menores que os de mercado e os subsídios podiam chegar a R\$ 25.000,00 por família, sendo que, quanto menor a renda familiar, maior o valor subsidiado.



Na terceira faixa, a partir da renda familiar de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00, não existia subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros também eram menores que as de mercado. Os recursos da segunda e terceira faixas são provenientes do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Na terceira faixa, a partir da renda familiar de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00, não existia subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros também eram menores que as de mercado. (CAIXA, 2016).

Segundo o Ministério das Cidades (2018), o quantitativo de unidades habitacionais entregues no período de 2009 a 2014, na RMA foi de 36209 unidades habitacionais, 20639 na cidade se Aracaju, 2345 na Barra dos Coqueiros, 3313 no município de Nossa Senhora do Socorro e por fim 10112 no município de São Cristóvão.

Essas unidades habitacionais entregues correspondem a todas as modalidades do programa, ou seja, imóveis da Zona Urbana e Rural, nas modalidades de construção executadas por construtoras (FAR Empresas), por Entidades (Associação de Moradores e outras), sendo que no caso das entidades, as unidades habitacionais devem ser atendidas obrigatoriamente na faixa 01 do programa.

No caso da RMA, os resultados levantados apontam uma tendência do processo marcado pelo predomínio de construção de unidades residenciais nas faixas 2 e 3, voltadas para a famílias com faixa de renda superior a 3 salários mínimos.

Para atender aos objetivos da pesquisa, portanto, é necessário identificar e analisar as unidades habitacionais construídas na RMA, da modalidade FAR Empresas, ou seja, aquelas feitas por construtoras e incorporadoras, pois representam a vertente mais contundente e quantitativa dos imóveis construídos na região, uma vez que as demais modalidades tem pouca representatividade no contexto geral produzido, tendo sido excluídas da nossa pesquisa.

Em termos relativos, de acordo com os dados do MIC há uma concentração de unidades em Aracaju. O total neste município corresponde a 56,9% de todas as unidades habitacionais entregues pelo PMCMV na RMA, São Cristóvão é o município que mais vem



crescendo proporcionalmente na região, tanto em unidades habitacionais entregues, como em número de unidades contratadas.

Já os empreendimentos destinados à faixa 2 e 3 do PMCMV, espalhados pela RMA, como se trata de empreendimentos voltados a famílias com rendimentos superiores a três salários mínimos, regidos sob a forma de contratos bancários, torna-se difícil a identificação dos empreendimentos de forma individualizada, visto que a sua construção não significa a entrega efetiva das unidades habitacionais.

Esse número é conflitante à medida que se busca confirmar na base local essa informação (Prefeituras, localização via trabalho de campo dos empreendimentos, informações na superintendência da CEF). A realidade muitas vezes torna-se até distante das informações fornecidos pelo Ministério das cidades, especialmente quando comparada com as informações levantados junto aos órgãos de licenciamento de obras das prefeituras locais.

Entretanto, os trabalhos de campo com levantamento desses dados locais, bem como as consultas à base de dados dos órgãos responsáveis pela liberação de obras nos municípios da região metropolitana, e em consonância com os dados levantados junto à Superintendência local da Caixa Econômica Federal, apontam para a construção de 17744 unidades habitacionais nas faixas 2 e 3 do PMCMV, entre 2009 e 2014, na Região Metropolitana de Aracaju.

Em Aracaju foram construídos 47 empreendimentos habitacionais pelas faixas 2 e 3 do PMCMV, totalizando 10464 unidades habitacionais comercializadas no período de 2009 a 2014, na Barra do Coqueiros, 10 empreendimentos habitacionais, totalizando 1904 unidades habitacionais, no município de Nossa Senhora do Socorro foi identificado, a construção de 2136 unidades distribuídas em 08 empreendimentos, em São Cristóvão um total de 3240 unidades habitacionais, distribuídas em 15 empreendimentos diferentes.

Na RMA os territórios de segregação socioespacial são espaços que vêm recebendo um grande número dos empreendimentos do PMCMV. A tabela 3 ilustra esse processo, apresentando a correlação destes territórios e a produção de unidades habitacionais do

PMCMV. As estratégias do capital que promove, via Estado, a periferização e segregação têm como consequência o deslocamento dessa população para regiões ainda mais distantes, para novas e antigas periferias. (Tabela 02)

Tabela 02: Empreendimentos habitacionais e unidades habitacionais entregues pelo PMCMV nos territórios de segregação socioespacial na RMA- 2009-2014.

RMA- TERRITÓRIOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	Total de empreendimentos do PMCMV	Total de unidades habitacionais PMCMV
Região Metropolitana de Aracaju	85	19375
Porto Dantas	03	795
Santa Maria	05	1213
Zona de expansão Urbana de Aracaju	08	2220
Loteamento Pai André	-	-
Loteamentos da Expansão Oeste	-	-
Loteamento Piabeta	-	-
Loteamentos da Expansão Leste	08	2136
Zona de Expansão Urbana da Cabrita	03	628
Loteamento Tijuquinha	-	-

Fonte: Dados coletados em trabalhos de campo, 2018.

Elaboração: Os autores, 2018.

A Figura 11 apresenta esses territórios de segregação socioespacial na interface da ação do PMCMV. Sobrepondo os empreendimentos habitacionais nestes espaços, nota-se o avanço destes empreendimentos na periferia da região, uma produção que vem causando uma série de questionamentos e novos conflitos nas localidades.

Os territórios de segregação socioespacial na RMA são espaços que concentram uma grande fragmentação e hierarquização socioespacial. Entretanto, os agentes financeiros imobiliários, ali-

cercados nas ações do Estado, vêm desempenhando um papel crucial nesse processo de reprodução, porque acentuam a segregação com a periferização e legalizações para instalação de condomínios fechados, criação de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que promovem essa reprodução nesses mesmos territórios.

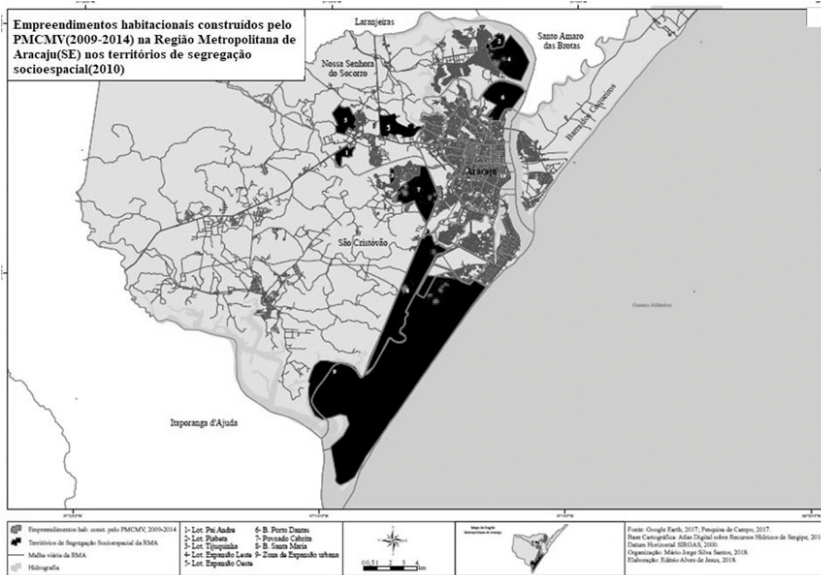
A decisão de se isolar, pela construção de muros, cercas eletrificadas, segurança, fechando bairros inteiros e, também, construindo condomínios fechados, vai além do medo da violência. Isso acontece quando a classe mais alta começa a ir para a periferia. Contudo, isso não significa a inexistência ou a diminuição da segregação, ao contrário, pode, inclusive, causar um aumento do acirramento das relações sociais e espaciais entre as diferentes classes.

Isto porque, a diferenciação socioespacial por meio de “processos, funções e formas-conteúdo distintos”, tende a estabelecer uma divisão social e econômica das porções ou dos setores que compõem o espaço urbano, ao mesmo tempo em que se mantêm níveis elevados de articulação e de interdependência entre as áreas que se diferenciam (CORRÊA, 2007).

Na RMA, esse processo é fortemente representado, na escala local, como parte de uma totalidade espacial, marcada pela existência de uma estrutura urbana, dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, na qual os agentes financeiros imobiliários, em interface com o Estado, podem controlar a produção e o consumo da cidade, por meio de instrumentos como a financeirização imobiliária, fundamentados na lógica do desigual acesso à moradia na região.

Portanto, há uma clara separação entre as condições de vida da população que vive nesses territórios de segregação socioespacial e os recém-chegados moradores dos condomínios do PMCMV. Essa separação se expressa tanto no modelo de habitação, produzido pelas construtoras, como também pelas formas de consumo e mobilidade urbana, condições essenciais para o exercício do direito à cidade.

Figura 11: Empreendimentos habitacionais construídos pelo PMCMV (2009-2014) na Região Metropolitana de Aracaju (SE) nos territórios de segregação socioespacial (2010).



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Pesquisa de Campo, 2017.

Uma das formas encontradas pelos agentes financeiros imobiliários para superar essa contradição espacial, é, por intermédio das construtoras e incorporadoras, oferecer produtos “imobiliários completos”, uma vez que, supostamente, podem urbanizar fragmentos das periferias por meio da construção de empreendimentos fechados que contam com algumas infraestruturas (ruas pavimentadas, iluminação, esgotamento sanitário).

Todavia, quando esse processo é realizado, o capital acentua a separação entre os novos espaços e os lugares do entorno, além de gerar uma grande demanda de serviços que muitos municípios da RMA não podem suprir. Isto porque, como analisa Volochko (2015), o capital financeiro imobiliário, primeiro, garante a realização dos negócios imobiliários, depois, solicita que o poder público municipal os torne espaços dotados de melhores condições de urbanidade.

Diante de todas essas contradições sociais, no contexto regional, a ação do capital e do Estado, mediante a política de habitação do PMCMV na RMA, sustentada numa poderosa estratégia publicitária, explorando o sonho da casa própria, faz com que esses novos moradores se sujeitem a viver em localidades que apresentam diversos problemas estruturais e sociais.

Em geral, os moradores entrevistados dos empreendimentos habitacionais do PMCMV da RMA têm duas características principais: não possuíam moradia própria antes da aquisição do imóvel e são na maioria oriundos de áreas periféricas de Aracaju (SE). Há predomínio de pessoas que se deslocaram de áreas periféricas de Aracaju (SE), para localidades ainda mais distantes da RMA, tendo como objetivo principal a aquisição de uma moradia própria.

A aquisição da casa própria para esses moradores é apontada como a principal explicação para que se sujeitem a morar, muitas vezes, em localidades distantes do seu local de trabalho e das suas relações cotidianas de vida familiar e social.

Essa é a efetividade da produção da vida nos territórios de segregação socioespacial dos Loteamentos da expansão Leste, Loteamentos da Expansão Oeste, Loteamento Pai André, Loteamento Piabeta e, também, dos loteamentos existentes na Zona de expansão urbana do Povoado Cabrita. A principal característica dessas localidades, ainda hoje, são as dificuldades de acesso aos serviços de saneamento, saúde, educação, trabalho e habitação adequada, provocando, na vida e na paisagem urbana dessas comunidades, uma expressão das desigualdades sociais.

A análise de França (1999) explica que, na atualidade, grande parte dos territórios de segregação, identificados nesta tese, estão exatamente vinculados a esse contexto histórico de formação socioespacial. Até hoje, esses territórios permanecem com precárias estruturas de saneamento, acesso à rede de água e esgoto, coleta de lixo, educação, saúde, mobilidade e condições de trabalho e renda, que só se transformam com lutas e conflitos entre os moradores e a estrutura de Estado. A carência social se reflete na própria relação que esses moradores têm com a cidade e a região metropolitana, para a qual, nesses casos, o Estado se faz presente, exatamente na sua ausência.



Entretanto, na atualidade, os processos de segregação que ocorrem já priorizam a perspectiva de uma ação imobiliária e de expansão urbana regional para outras localidades, pois a lógica de valorização do espaço continua em plena produção.

Considerações finais

A segregação socioespacial resulta da acentuação na diferenciação socioespacial, bem como da negação dessa diferenciação (SPOSITO, 2013, p. 83), sobretudo, em termos de rupturas com quaisquer tipos de relações sociais e políticas no âmbito do espaço urbano (LEFEBVRE, 2000, p. 124). Nesse sentido, tanto (SPOSITO, 2013) quanto (LEFEBVRE, 2000) indicam características que atualizam a análise do conceito de segregação socioespacial, tendo em vista que a segregação sugere “separação” e não uma “nítida diferenciação”.

A segregação socioespacial é característica fundamental do processo de produção do espaço urbano da RMA e em seus fundamentos históricos e legais, mostra-se como uma constante negativa da própria cidade e da vida urbana, sua forma mais contundente fundamenta-se na contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada pelos agentes financeiros imobiliários.

A segregação, vivida na dimensão do cotidiano, apresenta-se, neste espaço regional, como expressão das desigualdades, tanto nas formas de acesso à moradia, como nas diferenças de acesso aos serviços aos públicos, que impactam, de maneira diferenciada, a vida da população que se encontra separada no espaço pela sua condição social.

Na RMA, entre esses e outros mecanismos, o mais recente, nesse processo de separação, é a política de habitação do PMCMV que, desde 2009, vem periferezando a região e promovendo a (re)produção dessa segregação, por meio da construção de condomínios fechados em espaços com profundos problemas socioeconômicos, como os habitacionais, acentuando a desigual distribuição espacial dos segmentos sociais e causando uma separação social no espaço.

O capital, na sua lógica de reprodução, usa desses empreendimentos como estratégia de revalorização do solo urbano da região,



aprimorando ainda mais o processo de fragmentação e segregação, estabelecendo uma divisão social do espaço, uma vez que esses empreendimentos são produzidos dentro de uma lógica de separação entre as condições materiais de existência nas periferias onde são impostos, e a condição social e econômica dos moradores locais e aqueles que se tornam proprietários desses imóveis.

Esse processo pode ser visto nos territórios de segregação socioespaciais, nos quais a chegada desses empreendimentos habitacionais, construídos pelos agentes do capital financeiro imobiliário, em uma lógica de mercantilização e valorização do solo urbano, vem provocando uma separação evidente entre o modo de vida e as formas de acesso às estruturas e aos serviços públicos existentes.

Segundo Negri (2008), a estrutura urbana também revela e produz as desigualdades, no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui para se localizar em determinados espaços.

Como consequência desse processo, os grupos socialmente mais fragilizados acabam subjugados a essa norma vigente de uso e valor do solo, tendo seus espaços de habitação, muitas vezes usurpados, condicionados a uma norma de troca, na qual o resultado é o seu deslocamento para áreas ainda mais distantes da RMA, abrindo espaço para que o capital se reproduza, destruindo as barreiras por meio da expansão do urbano, cada vez mais hierarquizado.

Nesse sentido, o ideal de cidade, como um bem coletivamente concebido e apropriado é negado pela imposição de um explícito afastamento socioespacial. Isso ocorre porque, para Ribeiro (2015), o sentido da segregação socioespacial, antes de tudo, está estruturado na separação das práticas socioespaciais, que podemos considerar como uma forma política de segregação, que impede a sociabilidade para a construção de resistências ao processo de miserabilidade dos trabalhadores urbanos.

As terras existentes, nas periferias imediatas da RMA, vêm sendo apropriadas pelo capital imobiliário, por meio de construtoras e incorporadoras que, na atualidade, apresentam-se como as locali-

dades com maior número de empreendimentos do PMCMV. Nessas localidades, o preço da terra, aparentemente mais baixo, quando comparado com o preço de outros terrenos mais próximos às áreas centrais, com maior infraestrutura e proximidade urbana, vem sendo (re) valorizado pelo capital, promovendo uma fragmentação e uma hierarquização, especialmente, em territórios com profundos processos de segregação socioespacial da região.

A política de habitação do PMCMV vem sendo estruturada nessa interface Estado/capital, pois é a junção da lógica de subordinação do Estado aos interesses dos agentes financeiros imobiliários, sendo hoje a principal política promoção habitacional no espaço urbano regional, colaborando de forma efetiva para a periferização e (re)produção de uma segregação em espaços (territórios) socioespaciais já historicamente segregados, e agora ameaçados por um sistema de financiamento imobiliário que (re)estrutura a relação de uso e de troca do solo urbano, ameaçando a permanência de populações nessas áreas estudadas e produzindo uma separação por classe social em uma espaço já historicamente segregado.

152

Referências

BICHIR, R. **Segregação residencial e acesso a políticas públicas no município de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – DCP, Universidade de São Paulo. 2005.

_____. TORRES, H.; FERREIRA, M. P. **Jovens no Município de São Paulo: explorando as relações de vizinhança**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v.6, n.2, 2005.

BRASIL. **Censo Demográfico: 1950,1960, 1970, 1981, 1991, 2000 e 2010**.

CAMPOS, Antônio Carlos. A construção da cidade segregada: O papel do Estado na urbanização de Aracaju. In: ARAUJO, H. M. et. al. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão. Editora UFS, 2006, p.223-246.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org). **A Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2017, p.35-58.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado & Metropolização**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.p.57.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2000.
- NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. In: **Coletâneas do nosso tempo**. Rondonópolis, MT, v. VII, n. 8, , 2008, p.129 – 153.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- RODRIGUES, Maria Zélia Matos Dantas. **Evolução do Uso e Ocupação do Solo do Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes**. São Cristóvão, SE: Monografia de Bacharelado em Geografia. UFS, 2005.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: **A crise urbana**. Ana Fani Alessandri Carlos(org.). São Paulo: Contexto, 2015.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.86-103.
- SAQUET, Marcos Aurélio. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.17-37.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO; Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TORRES, Haroldo da Gama. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos Urbanos. vol.17, no.47, 2002, p.97-128.
- VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e valorização do espaço urbano metropolitano. In: **A cidade como negócio**. Ana Fani Alessadri Carlos, Danilo Volochko, Isabel Pinto (orgs). São Paulo: Contexto, 2015.

Que cidade estamos desenhando no Século XXI? Reestruturação Urbana e Contradições Sociais em Aracaju-Se

Sarah Lúcia Alves França*
Catharina Nunes Cruz**
Viviane Luise de Jesus Almeida***

Resumo

A partir do século XXI, Aracaju, capital do Estado de Sergipe tem sido alvo de intervenções do Estado, através de obras viárias, projetos habitacionais e regulação urbanística e do capital imobiliário, com a implantação de condomínios fechados e *shoppings center*. Na dimensão espacial, questiona-se esse desenho de cidade, cuja reestruturação urbana carrega processos de segregação social com apropriação de bairros privilegiados pelo mercado, fragmentação espacial com periferização da habitação social e precarização do acesso à infraestrutura, equipamentos coletivos e transporte público, enfatizados especialmente, em meio à pandemia da COVID-19. Diante disso, este artigo busca analisar a reestruturação sócioespacial que tem ocorrido em Aracaju, no século XXI, decorrentes da participação dos agentes produtores da cidade. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos e de dados e informações sobre esse processo.

Palavras-chave: reestruturação urbana, agentes sociais, contradições socioespaciais.

* Arquiteta e urbanista, mestre e doutora pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF). Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/DAU-UFS). E-mail: sarahfranca@academico.ufs.br

** Arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa CEPUR - Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFS. E-mail: catharina-nunes@hotmail.com

*** Graduanda em Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa CEPUR - Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFS. E-mail: viviane991@academico.ufs.br

What city are we designing in the 21ST century? Urban restructuring and social contradictions in Aracaju-SE.

¿Qué ciudad estamos diseñando em el siglo XXI? Reestructuración Urbana y contradicciones sociales em Aracaju-SE.

Abstract

Since the 21st century, Aracaju, capital of the State of Sergipe, has been the target of State interventions, through road works, housing projects and urban and real estate regulation, with the implementation of closed condominiums and shopping malls. In the spatial dimension, this design of the city is questioned, whose urban restructuring carries processes of social segregation with appropriation of neighborhoods privileged by the market, spatial fragmentation with peripheralization of social housing and precarious access to infrastructure, collective equipment and public transport, especially emphasized, in the midst of the COVID-19 pandemic. Therefore, this article seeks to analyze the socio-spatial restructuring that has taken place in Aracaju, in the 21st century, resulting from the participation of the city's producing agents. For this purpose, bibliographic and data and information surveys were carried out on this process.

Keyword: urban restructuring, social agents, socio-spatial contradictions.

Resumen

Desde el siglo XXI, Aracaju, capital del estado de Sergipe, ha sido objeto de intervenciones del Estado, a través de obras viales, proyectos habitacionales y regulación urbanística e inmobiliaria, con la implementación de condominios cerrados y plazas comerciales. En la dimensión espacial, se cuestiona el diseño de esta ciudad, cuya reestructuración urbana conlleva procesos de segregación social con apropiación de barrios privilegiados por el mercado, fragmentación espacial con periferización de la vivienda social y acceso precario a infraestructura, equipamiento colectivo y transporte público, especialmente enfatizado, en medio de la pandemia de COVID-19. Por tanto, este artículo busca analizar la reestructuración socioespacial que se ha producido en Aracaju, en el siglo XXI, fruto de la participación de los agentes productores de la ciudad. Para ello, se realizaron encuestas bibliográficas y de datos e información sobre este proceso.

Palabras claves: reestructuración urbana, agentes sociales, contradicciones socioespaciales.



Introdução

Embora a Constituição Federal tenha se constituído um grande ganho na redemocratização do Brasil nos anos 80 do século passado, com determinações referente à política urbana e seus instrumentos para autonomia municipal no âmbito do planejamento das cidades, as disparidades entre cidade formal/legal e informal/ilegal e desigualdades econômicas e sociais entre classes de renda se elevaram nos últimos anos, cuja melhor descrição da cidade brasileira definida por Rolnik (2004), refere-se às profundas contradições urbanas que afetam diferentes grupos sociais.

Apesar do país ter conquistas recentes no âmbito da política urbana, especialmente na primeira década do século XXI, como a criação do Ministério das Cidades, a preocupação com a democratização do acesso à moradia e à cidade através dos programas de urbanização de favelas, as campanhas de elaboração de planos diretores e planos setoriais, alguns aspectos se perderam. Diante disso, o cenário demanda uma longa caminhada de superação da história da fragmentação social (bairro de rico e/ou de pobre), face à maior parte da população sofrer com as desigualdades econômicas, lutando por uma distribuição de renda mais justa e maior qualidade de vida.

Nesse aspecto, vale ressaltar que, embora inúmeros pesquisadores mostrem, que apesar do discurso contemporâneo seja do direito à cidade e à moradia digna (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 2004; MARI-CATO, 2011) e da responsabilidade do Estado na efetivação destes, através do planejamento e gestão ‘participativos’, avistam-se vários conflitos na paisagem urbana, decorrente do protagonismo do capital dominante no processo de reestruturação das cidades, sobretudo a partir dos anos 2000, em virtude da injeção de financiamentos de bancos nacionais e internacionais, em vários nichos no país, em especial na construção civil.

Com área territorial de 182 km² considerada totalmente urbana desde 1982, a capital Aracaju abriga 28,67% da população do Estado (IBGE, 2020), além da grande concentração de oferta de serviços, que a caracteriza como maior centralidade não só da Região Metro-



politana de Aracaju, como de Sergipe. Entre 2000 e 2020, registrou um crescimento demográfico de 30,22% (cerca de 200 mil novos habitantes), atingindo no último ano, 664.908 pessoas, que vivem em diferentes formas de moradias nos 44 bairros existentes.

De fato, esses habitantes se distribuem socialmente, em espaços que apresentam diferentes configurações balizadas pela coexistência de lógicas múltiplas dos agentes sociais, responsáveis pela produção mercadológica de cidade, em especial, partir de 2000 (após promulgação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano).

O desenho urbano aracajuano contemporâneo tem sido assinado pela: (1) criação/fortalecimento de áreas de ‘consumo’, com implantação de condomínios fechados e *shoppings centers* pelo capital imobiliário; (2) pelas intervenções públicas (planejadas ou não), como regulamentação urbanística (zoneamento e índices urbanísticos), obras viárias e conjuntos habitacionais que remodelam e valorizam o entorno; e (3) em contrapartida, pela luta pela ocupação de espaços residuais, localizados às margens dos limites municipais e áreas ambientais, por famílias de baixa renda (denominados pelo IBGE, como aglomerados subnormais).

A articulação e pactuação entre esses agentes na produção dessa cidade segregada e fragmentada, parte do pressuposto assinalado por Harvey (2005), de que terra urbana é produto e mercadoria, sendo o espaço, condição fundamental para reprodução do capital.

Diante disso, entende-se relevante, nessa pesquisa, refletir sobre a reestruturação sócioespacial em Aracaju que tem ocorrido no século XXI, decorrentes da participação dos agentes produtores da cidade. Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a temática abordada em pesquisas anteriores de autores nacionais e locais, coleta de dados e informações nos órgãos públicos, além da produção de cartografia, que permitiu espacializar a apropriação da cidade a partir dos anos 2000.

2. *Novas formas de apropriação urbana pelo mercado imobiliário em Aracaju-Se*

As desigualdades sociais históricas são exacerbadas pela globalização. Em consequência disso estão o aumento das taxas de criminalidade e violência nas cidades brasileiras, que resultam numa fragmentação espacial cada vez mais perversa, com a população se retraindo em espaços fechados, a partir dos anos 1970, em condomínios horizontais voltados para classes mais altas, e a partir de 2000, pela classe de renda média (CALDEIRA, 2000).

Diante disso, o discurso do capital privado para vender a moradia fechada, parte do desejo de exclusividade, *status*, homogeneidade social e segurança, somado às facilidades de acesso ao financiamento imobiliário pelas políticas de incentivo econômico do governo federal e acarretou numa larga produção de empreendimentos fechados, cabendo utilizar o conceito definido por Correa (1999) da ‘autossegregação’ para caracterizar esse processo.

Assim, a moradia, enquanto mercadoria da cidade capitalista, se torna alvo das estratégias de marketing e propaganda, utilizando-se de frases como; “venha morar no paraíso”, “viva com exclusividade”, “segurança e tranquilidade para você e sua família”, para convencer as famílias da necessidade de viver em espaços cada vez mais fechados e homogêneos, seguros, com conforto, comodidade e exclusividade, distantes do caos, da violência e da pobreza (VARGAS, 2014; SPÓSITO, 2013; CALDEIRA, 2000).

Em Aracaju, assim como várias capitais no Brasil, esse cenário é marcado pelo protagonismo forte do mercado imobiliário na produção de uma cidade heterogênea, fragmentada e segregada, com formas habitacionais diversas em função dos níveis de renda, acarretando uma ocupação diferenciada do espaço. Essas contradições que permeiam a cidade é o que Lefebvre (2001) denomina como “negatividades do urbano”.

Estudos diversos foram desenvolvidos por Cruz (2021), França (2019; 2011; 2004), Silva (2018), Souza (2016), Santos (2015), Araújo (2011), Nogueira (2004), Diniz (2003), analisando, em especial a partir dos anos 2000, as ‘nuances’ urbanas desencadeadas pela atua-



ção do mercado imobiliário e, também, pelo Estado na produção habitacional. O que é demonstrando na essência dessas pesquisas converge a um desenho de cidade marcado pela desigualdade, separação, exclusão e dominação de classes para atender aos interesses capitalistas.

Adentrando-se de forma mais detalhada, a pesquisa de França (2019; 2016) define, através de dados e cartografias, que após a promulgação do Plano Diretor em 2000, o mercado atuou em duas direções: naqueles bairros já ocupados, dotados de infraestrutura e com localização privilegiada foram adensados sob a forma da verticalização (cuja tipologia habitacional marca a maior parte dos empreendimentos e unidades habitacionais licenciadas de 2000-2020), em especial aqueles localizados na porção leste e sul, denominado como “*vetores de adensamento*”. A segunda frente corresponde à abertura de novos “*vetores de expansão*”, que corresponde à apropriação de terras dispersas em bairros mais distantes, com características ainda rurais, amenidades ambientais e ausência de oferta de saneamento básico e serviços públicos, através dos condomínios horizontais fechados, que demandam uma maior escala de terreno e, portanto, faz-se necessária a buscar pela terra mais barata. Nessas áreas, também se constata a inserção de empreendimentos habitacionais verticais, no formato intramuros, subsidiados pelos programas federais, embora tenham o discurso de serem direcionados às famílias de baixa renda.

Com relação à primeira forma de urbanização, considera-se que a apropriação intensiva do lote é decorrente da multiplicação de pavimentos em relação à área do terreno, definida pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico constante no Plano Diretor de Aracaju, como 3 (sendo isento pagamento de Outorga Onerosa do Direito de Construir até 4). Esse índice elevado, maior que 1 (um), o ponderado como o ideal por diversos estudiosos como Furtado (2004) e Smolka (1979), é responsável por oportunizar ao construtor, maior ganho de lucratividade face à possibilidade de maior produção de área construída, nesse caso, revertida em m² de apartamento, tem grande responsabilidade na seleção das áreas, tipo do produto e categoria econômica a ser atendida.



Diante disso, constata-se, através da obra de França (2019), que a partir de 2000, tem-se configurada a verticalização predominante na porção leste, a partir do bairro São José à Atalaia adentrando-se à oeste até o bairro Jabotiana. Ao longo da faixa litorânea e às margens dos Rios Sergipe e Poxim marca-se: 1) a consolidação desse processo nos bairros 13 de Julho e Jardins, com substituição de antigas moradias de famílias de renda mais elevada ou poucos lotes vazios; 2) transformação da paisagem horizontal com preenchimento dos vazios, nos casos da Coroa do Meio e Atalaia, em função da exploração do potencial paisagístico; 3) o preenchimento de glebas residuais, com entorno imperado por residências unifamiliares, com criação de novos 'bairros' com abertura de novas vias e logradouros, formados por conjuntos de torres de edifícios na 'Alameda das Árvores', no Luzia ou no Ponto Novo, na Avenida Rio de Janeiro; 4) apropriação do solo em decorrência da inserção de empreendimentos privados (Universidade Tiradentes e grandes lojas de rede) e necessidade de demandas de novos clientes nos bairros Jabotiana e Inácio Barbosa; 5) transformação da paisagem horizontal no entorno dos conjuntos Sol Nascente, Juscelino Kubitschek e Santa Lúcia, com preenchimento dos vazios ainda com características rurais, formando novas áreas de expansão no bairro Jabotiana, com parcelamento recente.

Vale ressaltar que nas áreas mais próximas ao Centro, e especialmente ao bairro 13 de Julho e Jardins, os imóveis têm valor elevado, resultando assim, em condomínios fechados de 1 a 2 torres, próximos uns aos outros. À medida que se afastam desses bairros, os empreendimentos verticais vão apresentando dimensões menores das unidades habitacionais e maior quantidade de edifícios (blocos) e apartamentos, conseqüentemente, destinando-se aos grupos de renda média, especialmente aqueles próximos aos empreendimentos subsidiados pelo PAR e PMCMV. Além das diferentes características da localização, a diversidade de incorporadores resultou em variações na qualidade dos materiais da fachada, equipamentos de lazer e atributos internos ao apartamento, como área útil, área dos cômodos, número de quartos e de banheiros, dependência, embora todos apresentem cercamento intramuros e controle de segurança.



Sobre esse aspecto, Del Rio (2013) aponta que a percepção da segurança, de certa forma ilusória, nega o ambiente da rua e cria impactos visuais e sociais extremamente negativos na paisagem urbana, em especial, nos casos da implantação dos condomínios horizontais e loteamentos fechados. Essa ‘cidade de muros’, tendência do urbanismo pós-moderno, é caracterizada arquitetonicamente por paredões, cercas elétricas, câmeras de segurança, controle no acesso de entrada e saída de moradores e visitantes, itens de lazer e, ironicamente, praças ‘exclusivas’, apesar dessa área ser de domínio público, apropriada indevidamente pelo agente privado (SPÓSITO, 2013; POSSIDONIO et al, 2003; FERRAZ, 2006).

Esse tipo de empreendimento caracteriza o conceito de Reis (2006) de ‘nova forma de urbanização dispersa’, e é tratada no caso de Aracaju, como a segunda ‘frente’ de atuação do mercado. A inserção desses condomínios horizontais foi explorada recentemente por Catharina Nunes Cruz¹ (2021a; 2021b) comprovando que os atributos relacionados à homogeneização e controle, também marcam o processo de autosegregação sócioespacial da população de renda mais elevada na capital sergipana. Merecem destaque aqueles bairros privilegiados pela faixa litorânea e presença de amenidades naturais, como Coroa do Meio, Aeroporto, Atalaia e a (extinta) Zona de Expansão Urbana, que concentram 43 condomínios horizontais dos 54 totais licenciados de 2000 até 2020. A preferência por esses bairros se deve à demanda de glebas ou lotes com maior área para sua implementação, além de associar a localização privilegiada com a presença de amenidades naturais, como fator de atratividade, concentrando mansões para veraneio e finais de semana, sobretudo naqueles empreendimentos localizados no extremo sul. Esse precedente reduz sua oferta em áreas mais centrais, distanciando-os



1 A autora mapeou os condomínios horizontais (de casas e de lotes) em Aracaju através do levantamento de informações na Empresa Municipal de Obras e Urbanização da Prefeitura e posteriormente de visitas em campo, a fim de atualizar os dados de França (2016, 2019). A pesquisa seguiu os seguintes critérios de seleção dos empreendimentos: 1) com base na escala, sendo acima de 20 unidades habitacionais, por serem, na sua grande maioria, de atuação mercadológica, e apresentarem elementos voltados para segurança e exclusividade, além de maior impacto urbanístico, ambiental e social na cidade; 2) apenas aqueles condomínios construídos, para garantir a efetividade da análise referente dos elementos arquitetônicos de segurança.

para fora da malha urbana consolidada, e criando assim, os denominados por França (2019) *novos vetores de expansão urbana*, como a Zona de Expansão Urbana.

Em contrapartida, na zona norte, assinalado pela precariedade urbanística e onde vivem predominantemente as classes média e baixa, foram implantados 6 empreendimentos nos bairros Santos Dumont, Olaria, Porto Dantas, Siqueira Campos e Ponto Novo. Diante disso, Cruz (2021) levanta a ideia de que, em Aracaju, nos últimos anos, esse nicho do mercado imobiliário tem aproveitado o “medo generalizado”, alavancado pelo discurso da mídia jornalística acerca da violência visto como ‘males urbanos’, dissociando esses grupos sociais da vida nos espaços públicos, contraditoriamente, em detrimento de optarem em espaços vigiados, cujas sensações de privacidade e liberdade entram em choque (Mapa 1).

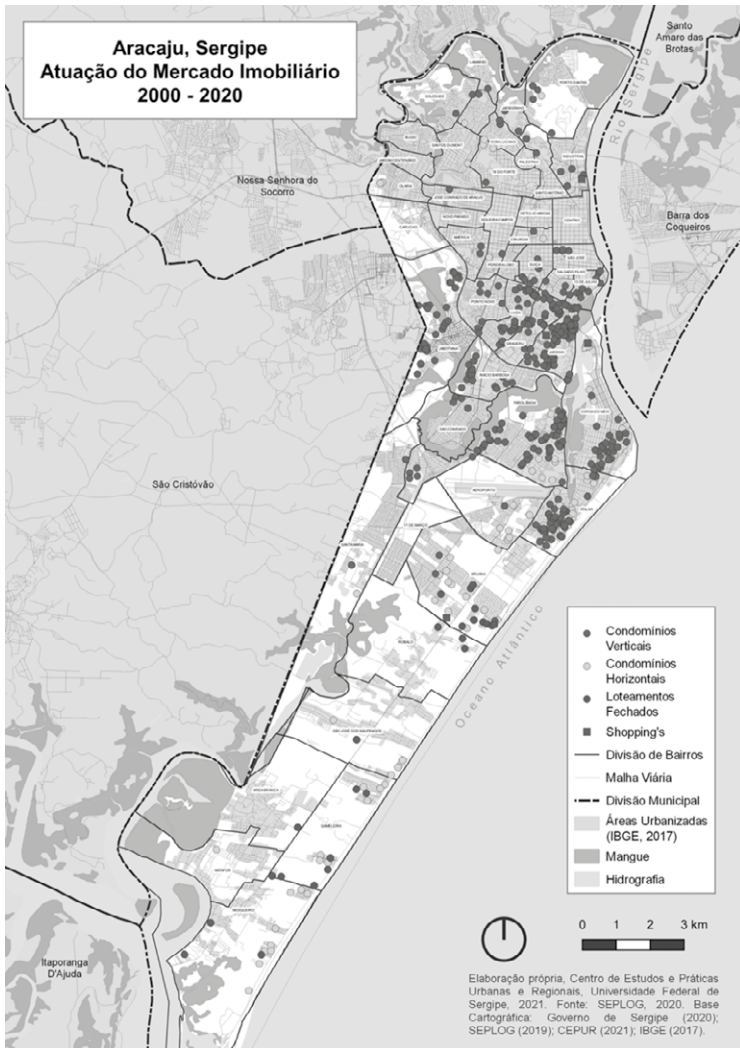
De fato, essas formas contemporâneas de segregação e exclusão social - condomínios fechados e *shoppings centers* – são reconhecidos como um dos maiores geradores de novas e complexas dinâmicas de reestruturação sócioespacial, marcadas pelas mudanças de uso e ocupação do solo, valorização do entorno, além dos impactos no desenho urbano e vitalidade do espaço. Os *shoppings centers* são centros de compra planejados e assumidos como empreendimento varejista de base imobiliária, com estacionamento, praça de alimentação e demais itens de comodidade e segurança.

Em Aracaju, assim como outras capitais, esse fenômeno iniciou fora do centro principal, mas internamente à área urbanizada² no final do século XX, com a implantação dos *shoppings Riomar* (1989) e *Jardins* (1995) respectivamente nos bairros Coroa do Meio e Jardins, em áreas cujo entorno estava ainda vazio, formando subcentralidades e abrindo novas frentes de apropriação pelo capital privado. Neste último bairro, França (2019) contabilizou o licenciamento de 113 condomínios verticais no entorno do equipamento e do Parque

2 Em 2014, o IBGE mapeou as áreas urbanizadas nos municípios de todo o Brasil: classificadas em áreas urbanizadas densas, que representam uma ocupação contínua e mais consolidada, e pouco densas que são constituídas por espaços em processo de ocupação. Observando a configuração destas em Aracaju, é possível examinar as consequências desse processo contínuo e crescente de espraiamento nos bairros.

da Sementeira, correspondendo à 13% do total licenciado em Aracaju até 2014, formando um bairro homogêneo (planejado e desenhado!) quanto ao nível social, tipologia e uso edifícios (residencial vertical), que tem demandado, em especial, nessas última décadas, a inserção de edifícios comerciais e de serviços, como galerias de lojas, colégios, lanchonetes, centros médicos etc.

Mapa 1: Aracaju, Atuação do Mercado Imobiliário, 2000-2020.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Recentemente, em 2019, o bairro Industrial, localizado na zona norte, foi alvo desse fenômeno de alteração da forma espacial, com a inauguração do Aracaju Parque Shopping e suas respectivas intervenções privadas e públicas, como remodelação viária e recuperação da igreja, tornando-a um patrimônio histórico. Diferente dos demais, esse empreendimento está numa área central e consolidada, cujo entorno é marcado por residências de moradores de renda baixa, incluindo ocupações precárias como a Ocupação da Matinha, e comércio e serviços, vizinho ao bairro Centro e próximo ao Mercado Municipal, cuja expectativa era de trazer fluxos da parte norte de Aracaju e do município da Barra dos Coqueiros. Os estudos realizados por Gois (2016) e Scaranto e Silva (2018) alertaram que a sua construção traria prejuízos à dinâmica sócioespacial, que vão desde à perda da identidade cultural à não permissividade de conexão com a realidade do bairro, em função do contraste e ruptura entre a escala e tipologia da edificação com as pequenas residências de famílias pertencentes a classe média baixa.

Vale destacar que embora os primeiros shoppings tenham se localizado fora dos bairros centrais, inicialmente eles não se estabeleceram em franjas periféricas e nem distantes dos bairros elitizados. Isso porque até o final do século XX e primeira década de 2000, as classes de maior renda moravam nos bairros inseridos na mancha consolidada e os bairros periféricos eram ocupados por grupos de menor renda, que ‘não se encaixavam’ nos moldes da clientela econômica do empreendimento. A partir dos anos 2000, um novo tipo de apropriação dessas áreas mais distantes do centro e limítrofes do município tem se caracterizado através da implantação de condomínios fechados, para onde população de renda média e alta vem se mudando e demandando assim, comércio e serviços na sua vizinhança para manutenção da sua qualidade de vida. Diante disso, o capital privado local, lançou em 2018, o Shopping Praia do Sul, no bairro Aruana, para atender esses ‘novos’ moradores. Embora ainda em fase de construção, seu potencial de reestruturar o espaço e impactar a valorização da terra já é percebido, mesmo numa área com tantos entraves socioambientais, como carência de infraestrutura, além de ser objeto de judicialização de conflitos urbanos (FRANÇA, 2019).



Além desses, faz-se importante assinalar que esse fenômeno extrapolou os limites da capital, face ao capitalismo global, que tem movimentado a economia mundial e assim, contribuído para a multiplicação de ambientes segregados na última década, na Região Metropolitana de Aracaju, nos municípios de Nossa Senhora do Socorro³ e Barra dos Coqueiros, com a implantação do Shopping Prêmio, no Complexo Taiçoca, e o recém lançado anúncio do Barra Mar Shopping⁴, no entorno dos condomínios horizontais da sede municipal.

3. Atuação do Estado e intervenções públicas em Aracaju-Se

O slogan “Aracaju, a capital da qualidade de vida” (instituído pela gestão 2009-2012) fez parte da constituição de uma imagem positiva, produzida pelo *marketing*. O objetivo era tornar a cidade como produto, para atrair investimentos nacionais, internacionais e turistas. As ações do Estado, a fim de que a cidade fizesse jus à sua nova função de competitividade, foram de âmbito econômico e administrativo, mediante incentivos fiscais e urbanísticos, com projetos para reestruturação urbana, atingindo diferencialmente as camadas sociais e a cidade (FRANÇA, 2019).

Diante disso, faz-se relevante analisar a responsabilidade do Estado na reestruturação do desenho urbano que está sendo construído em Aracaju, através da realização de intervenções urbanísticas, especialmente no tocante ao sistema viário e implantação de equipamentos coletivos. Sem dúvida, se constituíram importantes

- 3 No caso de Nossa Senhora do Socorro, o Shopping Prêmio está numa posição estratégica no Complexo Habitacional Taiçoca, na Avenida Coletora, acesso aos conjuntos habitacionais João Alves Filho e Marcos Freire I. Nos anos seguintes, o entorno do empreendimento foi reestruturado com alterações no uso e ocupação do solo, nível de renda dos moradores, melhoria nas moradias e aumento do valor da terra, somada à implementação de condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida.
- 4 O Barra Mar Shopping será construído na sede do município da Barra dos Coqueiros anunciado desde 2019, mas ainda em processo de licenciamento nos órgãos competentes. Sua localização, às margens da Rodovia José de Campus que dá acesso a vários condomínios horizontais e à Praia da Costa, irá incentivar a transformação sócioespacial do entorno, sobretudo a valorização dos terrenos vazios existentes e futura instalação de novos empreendimentos.



para a escolha das áreas apropriadas pelo mercado imobiliário, para construção de condomínios fechados, ou mesmo, pelo próprio Estado para implantação de conjuntos habitacionais que deveriam atender famílias de baixa renda.

Nas últimas duas décadas, várias obras de estruturação viária (construção de pontes e/ou viadutos), com objetivo de melhorar a mobilidade, permitiram o fortalecimento das conexões no sentido leste/oeste, centro/sul, centro/norte, e garantiu transformações no desenho urbano, com alterações dos usos do solo, tamanhos de quadras e lotes, tipologias edilícias, níveis de renda. Isso ocorreu nos bairros Coroa do Meio, Jardins, Inácio Barbosa e Farolândia, além da expansão de áreas ainda não ocupadas, em direção aos bairros Jabotiana, antiga Zona de Expansão Urbana e Santa Maria (FRANÇA, 2019).

Vale destacar grandes obras viárias da zona sul: a construção do Viaduto do Distrito Industrial de Aracaju – DIA (2008), que tinha como objetivo desafogar o trânsito na antiga rótula do DIA, entre as avenidas Adélia Franco e Tancredo Neves, mas, também, favoreceu a interligação entre áreas com funções comerciais, institucionais (bancos e secretarias) e culturais (Teatro Tobias Barreto e Centro de Convenções), bem como a atuação do mercado imobiliário, às margens da Avenida Adélia Franco e no bairro Jabotiana. O Complexo Viário Marcelo Déda, que integrou o viaduto Jornalista Hugo Costa, a duplicação da avenida Paulo VI, a urbanização de trecho da avenida Tancredo Neves, e a Ponte Procurador Gilberto Vilanova (sob Rio Poxim, interligando os bairros Farolândia e Inácio Barbosa), trouxe uma série de transformações, impactando na mudança do uso residencial (antigo conjunto habitacional), para comércios (lojas, galerias), serviços (bares e restaurantes). Inaugurado no final de 2013, o Viaduto Manoel Celestino Chagas (do Detran) e recém-inaugurada avenida Etevlino Alves de Lima (atrás do Lojão Ferreira Costa) interligou os bairros Luzia, Jabotiana, Ponto Novo, Inácio Barbosa e São Conrado, trazendo novas ocupações no entorno dessa via (FRANÇA, 2019).

Na escala metropolitana, também relevante frisar: a construção da ponte Construtor João Alves, que conecta Aracaju e Barra

dos Coqueiros, incentivou o movimento do mercado voltado para os empreendimentos horizontais fechados de alta renda no outro município. As avenidas Santa Gleide/Lauro Porto e a Perimetral (em projeto) apontaram novas tendências de ocupação nos bairros limítrofes a Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, bem como São Cristóvão nas imediações do bairro Jabotiana, fortalecendo o fenômeno de metropolização iniciado nas décadas de 1970 e 1980, conforme assinalou França (1999).

Outras intervenções pontuais, como a Revitalização do Farol Estuarino na Farolândia e a reurbanização do sistema viário da Avenida Murilo Dantas favoreceu a chegada de novos empreendimentos habitacionais. Alguns bairros foram isentos de intervenções urbanas, mas tiveram um fortalecimento na produção habitacional mercadológica, remodelando o espaço através do adensamento de vazios urbanos como o Jardins, Grageru e Luzia. No caso dos bairros Coroa do Meio e Atalaia que concentram condomínios, apesar de terem sido realizadas diversas obras na Orla de Atalaia durante os últimos anos, essas se constituíram em reformas nas edificações ou acréscimo de alguns equipamentos coletivos, não sendo consideradas como elementos de remodelação para o bairro. De fato, o que se identificou foi a força da legislação que abriu frentes para a ocupação, em função da desativação do Farol Estuarino da Farolândia para a Coroa do Meio.

Por fim, importante retomar a construção de equipamentos públicos de grande porte contribuíram para modificar a estrutura urbana de alguns bairros. São alguns deles: construção do Teatro Tobias Barreto, anexo ao Centro de Convenções – bairro Inácio Barbosa (inaugurado em 2002); construção do Centro Administrativo Governador Augusto Franco – bairro Capucho – projetado nos anos 1970; Reforma do Aeroporto Santa Maria e remodelação do sistema viário do entorno (FRANÇA, 2019).

No tocante à produção de moradia, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal tiveram grande responsabilidade pelo crescimento disperso, na tentativa de viabilizar moradia às famílias com renda de até três salários mínimos através da implementação dos programas habitacionais. A primeira iniciativa resultou na elabora-



ção do Plano de Erradicação de Moradias Subnormais – PEMAS (2001), que identificou 23.751 moradias distribuídas em 72 assentamentos irregulares, seja do ponto de vista jurídico (posse da terra), quanto do urbanístico (carência de infraestrutura e serviços) (PMA/SEPLAN, 2001).

A partir daí um conjunto de ações e projetos de recuperação dessas áreas proporcionou novos rumos à cidade. Um dos primeiros foi direcionado à urbanização de favelas, fruto do Programa Moradia Cidadã, componente do Programa Habitar Brasil/BID, que prometeu retirar famílias carentes da precariedade e integrar ocupações irregulares à cidade, garantindo a segurança da posse e tratando questões socioeconômicas, ambientais e urbanísticas.

A primeira intervenção teve início em 2002, no Loteamento Jardim Atlântico às margens do mangue no bairro Coroa do Meio, erradicando 600 palafitas e trazendo um novo desenho urbano que envolveu a construção de 652 novas moradias, recuperação do manguezal, abertura de vias e implantação de infraestrutura e equipamentos sociais, como construção de uma ‘orla’ Museu do Mangue, pier, associação de moradores e Centro de Referência da Assistência Social. O intenso trabalho social desenvolvido junto à comunidade no acompanhamento e gestão do projeto resultou não apenas em moradia digna e legalizada, mas na ressocialização dos moradores (SEPLOG, 2014).

A segunda experiência foi o Projeto de Urbanização do Santa Maria, (zona sul) que abrangeu as ocupações Marivan, Prainha, Arrozal, Canal Santa Maria, Morro do Avião, avenida Amarela, Gasoduto e conjunto Antônio Carlos Valadares. O ganho foi uma nova remodelação urbanística, que envolveu obras de terraplanagem, drenagem, pavimentação, saneamento ambiental e remoção de moradias precárias da área de risco.

Outra intervenção de grande impacto social, urbano e ambiental se constitui o projeto urbanístico de um bairro na ZEU, o 17 de Março⁵, para abrigar famílias retiradas das áreas de risco do bairro Santa Maria e de outros locais (FRANÇA, 2011). Entregue em 2011,

5 Criado através da Lei Municipal nº4024/2011.

sua implantação envolveu 2.562 habitações (2.042 casas e 480 apartamentos), infraestrutura, como a Estação de Tratamento de Esgoto, equipamentos sociais como escolas, bibliotecas, Unidade Produtiva, praças, Parque Ecológico, dentre outros (FRANÇA, 2011). Entretanto, faz-se lembrar sobre a repercussão da descaracterização das moradias para abrigar outros usos, como padarias, mercearias, igrejas, além da venda ilegal das moradias, detectada poucos meses após a entrega. Ainda sobre esse projeto, França (2011) traz alguns questionamentos:

limita-se com duas áreas de extrema diferença social. De um lado, a região da Aruana, com seus condomínios fechados destinados a grupos sociais mais elevados e, do outro lado da Rodovia dos Náufragos, os conjuntos habitacionais do PAR para famílias de classe média baixa, e na parte oeste, o bairro Santa Maria, que contrasta desde a falta de infraestrutura até renda familiar, muitas vezes, inferior a um salário mínimo”. (p.117).

Semelhante à ocupação em torno dos conjuntos do Banco Nacional de Habitação – BNH, no bairro 17 de Março, em 2014, 200 famílias ocuparam uma área vazia, que seria destinada à construção do Parque Ecológico. No mês de julho de 2020, em plena pandemia da COVID-19, as 166 famílias da Ocupação Recanto das Mangabeiras, foram alvo de uma ação de retirada e demolição de seus barracos, com o anúncio da elaboração de um projeto urbanístico com construção de moradias e infraestrutura, para atender 1.102 famílias⁶.

Na zona norte, no bairro Lamarão, o Residencial Vitória da Resistência, proposto pela Prefeitura e inaugurado em 2014, teve como objetivo substituir a ocupação da antiga Salina São Marcos, com a construção de 410 moradias e de infraestrutura, geração de trabalho e renda, educação ambiental. Vale destacar, que assim como ocorreu no 17 de Março, em uma quadra no entorno formou-se a Invasão do Loteamento Jardim Lamarão, onde vivem em condições

6 Disponível <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/prefeitura-retira-166-familias-da-ocupacao-das-mangabeiras/>>

urbanas insalubres e precárias famílias carentes. Por fim, a CEHOP construção de 580 moradias no bairro Porto D'Antas, abrigando famílias de baixa renda que viviam às margens de mangues, próximo à Avenida Euclides Figueiredo, no entorno do conjunto Porto D'Antas (FRANÇA, 2019).

Importante realçar que esses projetos habitacionais se destacaram negativamente por acirrar o desenho de uma cidade fragmentada socialmente, através criação de novas áreas periféricas, com acesso reduzido à infraestrutura, serviços públicos e postos de emprego por estarem distantes dos bairros mais centrais, com destaque aos projetos dos bairros 17 de Março (localizado em zona definida como de expansão), Santa Maria, Lamarão e Porto D'Antas. Em contrapartida, vale enaltecer que a concepção desse desenho urbano, envolveu não só a construção de moradias, infraestrutura, equipamentos sociais e sistema viário, associando os aspectos ambiental, como a recuperação de áreas degradadas (manguezais e rios), e a preocupação social, com envolvimento das famílias ao longo do processo. Com isso, essas intervenções causaram uma valorização fundiária no entorno desses novos espaços, contribuindo para a atração novos usos, com ênfase do caso da Coroa do Meio (Mapa 2).

Ao mesmo tempo que ocorria essas intervenções coordenadas pelos entes municipal e estadual, na escala federal, nos primeiros anos do século XX, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial, para promoção de habitação destinada à classe média baixa, subsidiada com recursos da CAIXA. Entre 2001 a 2008 foram construídos 39 empreendimentos situados, na sua grande maioria, nas zonas norte, oeste e sul, com destaque à concentração de cerca de 70% do total dos empreendimentos nos bairros Jabotiana e ZEU, sendo responsáveis, nesse momento, pela reestruturação espaços, distantes das áreas centrais, da oferta dos serviços públicos e saneamento e da oferta emprego e renda. Nesses dois bairros, esses empreendimentos foram implantados de forma contínua, próximo uns aos outros, diferente do processo que se desenhou na zona norte, cuja inserção se deu às margens de áreas já ocupadas. Uma terceira forma de implementação, embora em menor quantidade, ocorreu nos bairros já consolidados Industrial e Siqueira Campos,



preenchendo vazios dotados de infraestrutura e serviços, oferta de transporte público, postos de emprego e renda, atendendo assim, os preceitos do acesso democrático da terra urbanizada (FRANÇA, 2019) (Mapa 2).

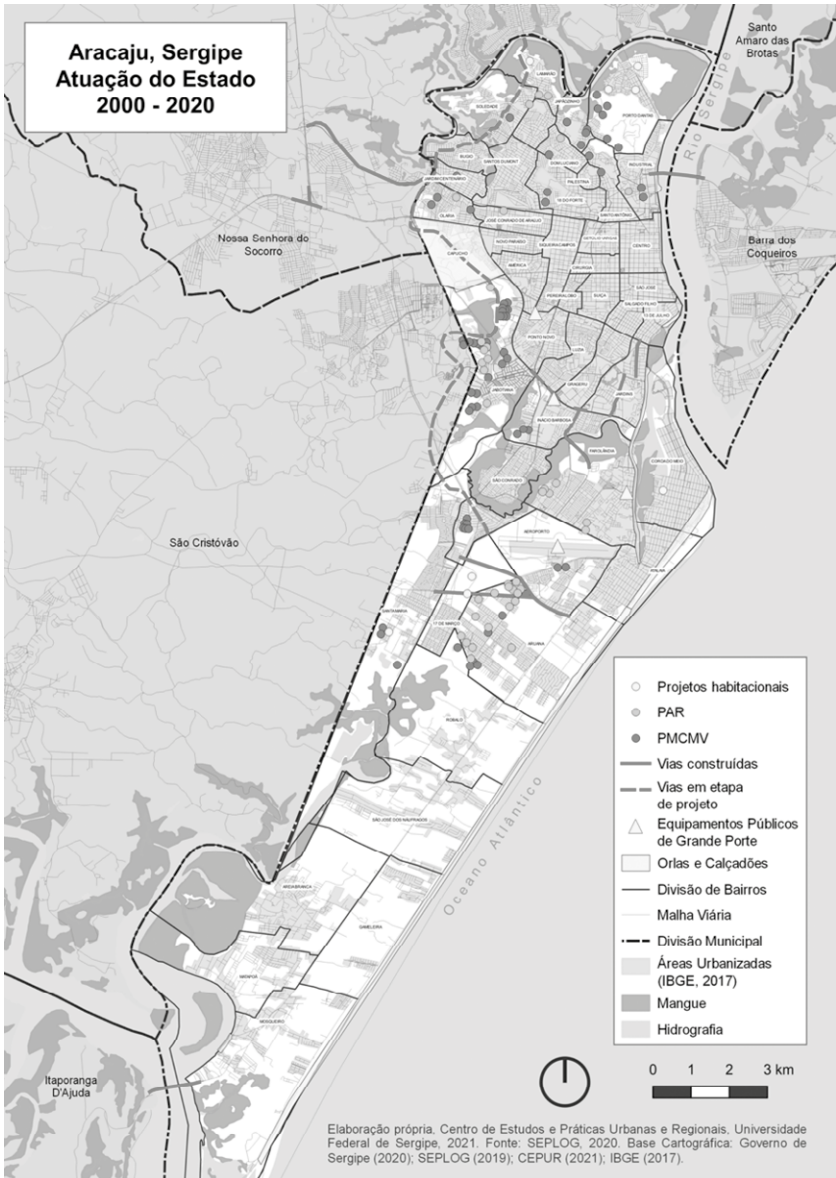
Quando à apropriação do espaço, esses empreendimentos apresentaram escalas diversas, com no máximo 500 unidades (máximo permitido pela lei), e duas tipologias: o condomínio vertical (apartamentos em blocos de edificações) e o conjunto residencial com casas térreas, que ao longo do tempo, foram modificando sua arquitetura para atender as necessidades dos moradores, incorporando muros altos, grades, cercas elétricas, câmeras, na tentativa de se ‘proteger’ da violência urbana, reproduzindo assim, o conceito de segurança explorado nos condomínios fechados das classes de renda média e alta.

Substituindo esse programa, foi criado, em 2009, pelo governo federal, o Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de contribuir para a redução do déficit habitacional, através do aumento de investimento na construção civil. O Programa se dividiu em dois eixos de atendimento: faixa de renda entre 0 a 3 S.M. e 3 a 10 S.M. por família.

A implantação dos 67 empreendimentos habitacionais subsidiados pelo programa (sendo 65 destes, de responsabilidade de construtoras), está concentrada de forma bastante dispersa, às margens periféricas norte, oeste e sul. Na zona norte maioria estão localizados em áreas urbanizadas (conforme classificação do IBGE, 2010), em exceção do bairro Porto D’Antas, face às suas características ambientais (Área de Preservação Ambiental Estadual, comumente conhecida como Parque da Cidade), cujos conjuntos foram construídos às margens desta. Na zona oeste, os empreendimentos estão no bairro Jabotiana e adjacências, próximas às áreas de mangue e às margens do Rio Poxim, adentrando-se no município de São Cristóvão no Loteamento Cabrita, induzindo a formação de um grande núcleo urbano conurbado. No sul, verificou um aspecto interessante, que foi a localização dos empreendimentos em áreas com pouca ou nenhuma urbanização, como no caso de concentração no bairro Aruana, associado aos conjuntos habitacionais do PAR e dos condomínios fechados e no Santa Maria (Mapa 2).



Mapa 2: Aracaju, Atuação do Estado, 2000-2020.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Conforme estudos de França (2019) tanto o PAR quanto o PMCMV contribuíram para a fragmentação urbana, segregação sócioespacial e acirramento dos conflitos ambientais, por se concentrarem em áreas sem oferta de saneamento básico (em especial, esgoto e drenagem) e equipamentos públicos e, próximos aos limites municipais cuja justificativa do mercado imobiliário é de que os terrenos já dotados de infraestrutura teriam um custo mais elevado, onerando o preço da moradia. Assim, bairros como Jabotiana, Farolândia e ZEU, que ainda apresentam grandes vazios e terra com baixo valor, receberam empreendimentos de maior porte (mais de 300 moradias), o que suscitou a necessidade da adequação de serviços públicos e saneamento básico. Portanto, estas áreas têm que ser consideradas no planejamento, tendo em vista novos níveis de adensamento e a conseqüente reestruturação do espaço.

174



Dessa forma, observou-se que os programas habitacionais, sobretudo o PAR e PMCMV trouxeram sérios impactos na reestruturação do tecido urbano da capital sergipana, inclusive em relação àqueles implantados em direção dos municípios circunvizinhos.

4. Qual Aracaju tem sido ‘desenhada’? contradições sociais e entraves urbanos e ambientais

Elaborado para regulamentar o Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal que concede autonomia às gestões municipais no tocante ao planejamento urbano, o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10.257/2001) reforça a obrigatoriedade do Plano Diretor como instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana, em cidades com mais de 20 mil habitantes, obrigando sua elaboração ou revisão para adequação às suas diretrizes num prazo de 5 anos.

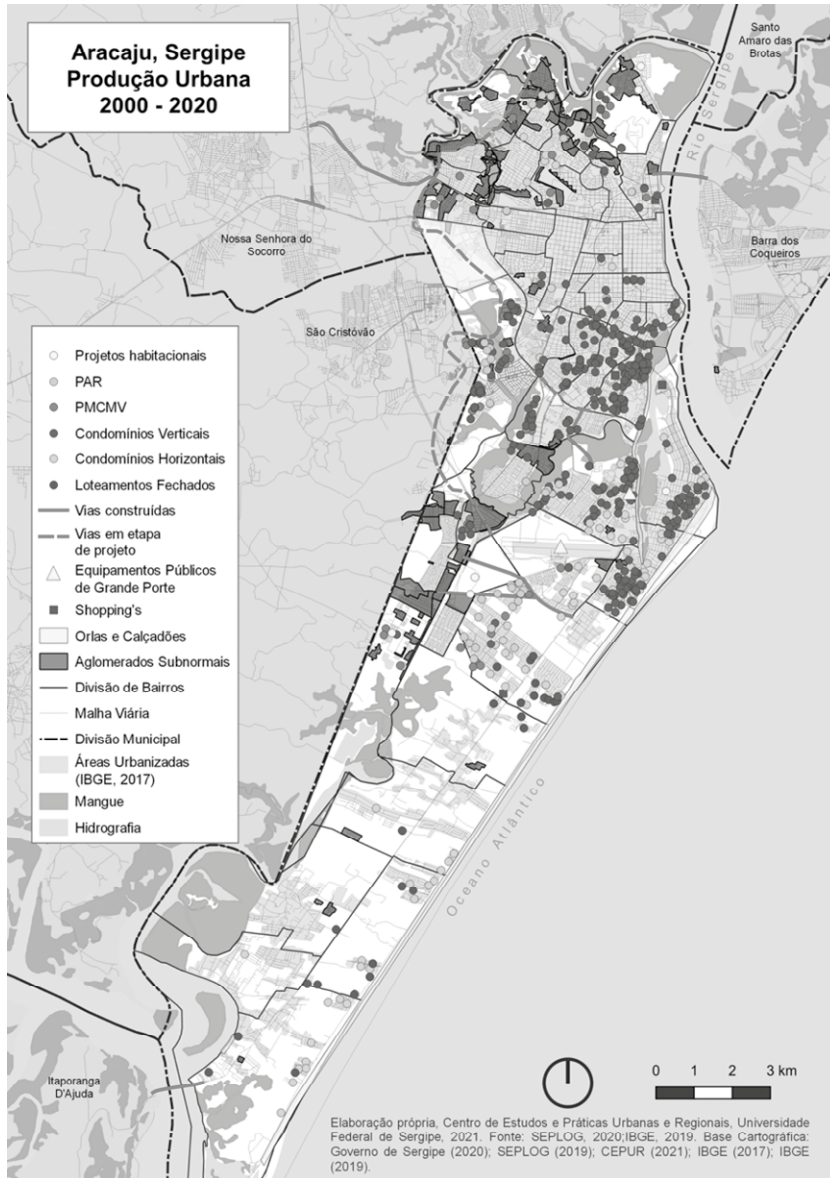
Cumprindo a primeira determinação, a gestão municipal de Aracaju iniciou, em 1995, junto a uma consultoria especializada, a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e dos Códigos de Obras e de Parcelamento do Solo. Entretanto, a lei sofreu alterações na Câmara dos Vereadores, tornando-a uma colcha de retalhos, e trazendo dualidades de interpretações, especialmente na

aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Sua aprovação se deu apenas 5 anos depois, quando a cidade abrigava 461.534 habitantes, nos seus 35 bairros e 01 Zona de Expansão Urbana. Em 2020, com um desenho urbano diferente e com um acréscimo de cerca de 200 mil novos habitantes, após duas tentativas de processos de revisão (iniciados nos anos de 2005 e 2015), que não obtiveram êxito na finalização, Aracaju aguarda um novo do Plano Diretor, anunciado nesse segundo semestre, com a divulgação de uma Minuta de Lei elaborada pela Prefeitura Municipal de Aracaju na sua página de internet.

Com uma legislação urbana ultrapassada, o mercado imobiliário interferiu na expansão urbana fragmentada. A verticalização está concentrada nos bairros 13 de Julho/Jardins/Grageru, Luzia/Ponto Novo/Suíça e Jabotiana, preenchendo vazios urbanos existentes nesses bairros (com exceção desse último), equivalentes à Zona de Adensamento Básico pelo Plano Diretor. No caso dos bairros ao longo da faixa litorânea 13 de Julho, Jardins, Coroa do Meio e Atalaia, a justificativa se deve em função do potencial paisagístico, trazendo empreendimentos destinados aos moradores de renda mais alta. Nos bairros Luzia, Ponto Novo e Jabotiana houve o processo de reestruturação espacial, marcado pela modificação da paisagem horizontal imperada pelas residências, trocadas pelas torres de edifícios implantados em locais como a Alameda das Árvores, no Luzia ou na Avenida Rio de Janeiro, localizada no bairro Ponto Novo. Além disso, as diferentes características da localização e a diversidade de incorporadores resultou em variações nas tipologias, na qualidade dos materiais, no tamanho e nos atributos internos do apartamento (Mapa 3).



Mapa 3: Aracaju, Produção Urbana, 2000-2020.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os condomínios horizontais fechados e loteamentos fechados estão localizados em sua grande maioria na Zona de Expansão Urbana, classificada como Zona de Adensamento Restrito, desconsiderando, nos índices de uso e ocupação elevados do Plano Diretor de 2000, a incapacidade do saneamento básico e a variedade de elementos ambientais, como lagoas de drenagem e dunas (FRANÇA, 2019).

A permissividade das normas é significativa e como resultado assiste-se à ocorrência de conflitos socioambientais, trazendo transtornos à população, em especial, no período de chuvas, em bairros da zona norte, oeste e sul. Como rebatimento disso, os moradores da ZEU e do bairro Jabotiana, prejudicados pelos alagamentos, buscaram ajuda no Ministério Público, ocasionando a suspensão, desde 2009 e 2014 respectivamente, do licenciamento de empreendimentos que não cumpram com as exigências judiciais estabelecidas.

No tocante à política habitacional, a atuação pactuada do Estado e do mercado promoveu a periferização da habitação de interesse social, dificultando o deslocamento dos moradores aos postos de trabalho, além da precária oferta de infraestrutura e serviços públicos, afastando-os do pleno direito à moradia. Isso sem apontar a questão do atendimento ínfimo à população de 0 a 3 salários mínimos, que corresponde apenas à 14,1% das quase 13 mil moradias financiadas pelo PMCMV entre 2009 e 2018 em Aracaju (CEPUR, 2021).

Devido ao pouco interesse de atuação do mercado imobiliário na zona norte, essa passou a receber empreendimentos voltados para a população de baixa renda, seja por programas financiados (PAR e PMCMV) ou de atuação do Estado através da construção de conjuntos habitacionais, como por exemplo os conjuntos Eduardo Dutra (Porto D'Antas) e Vitória da Resistência (Lamarão) que ocupam áreas limítrofes dos municípios. Posterior à implantação desses empreendimentos, observa-se a formação de espaços precários e de moradia irregular, esses núcleos de habitação informal são denominados pelo IBGE de aglomerados subnormais.

A localização desses aglomerados, distantes da malha urbanizada, resulta em diversos problemas para os moradores dessas ocu-

pações, a falta de serviços como saneamento básico e drenagem, o distanciamento dos equipamentos de saúde, educação, lazer e dos polos de trabalho em conjunto com a dificuldade de acesso ao transporte público acarretaram sérios entraves no acesso à cidade. Além dos problemas urbanos e sociais mencionados anteriormente, Aracaju, por ser uma cidade margeada por mangues, tem como consequência desse processo de periferização, questões de fragilidade ambiental e de risco que influenciam na caracterização desses aglomerados, acentuando a formação de uma periferia sem a mínima qualidade de vida.

O surgimento dos aglomerados subnormais podem ser de forma espontânea, quando porções de terra passam a ser habitada de forma fracionada, com traçado irregular e crescimento desordenado, como a Invasão Nova Liberdade (bairro Olaria), ou de forma organizada, por loteamentos irregulares ou clandestinos, em que os lotes são ocupados de maneira ordenada e o traçado é regular, como o Loteamentos jardim Bahia I e II (bairro Soledade). Nesse segundo caso, o loteador parcela e capitaliza a terra de forma ilegal, e sua revenda gera frutos econômicos para o privado e necessidades de investimentos públicos para o município.

Especialmente é possível observar a distribuição dos aglomerados subnormais próximos aos limites da cidade, principalmente na zona norte, onde estão localizados 55 aglomerados e nos bairros Marivan e Santa Maria (zonas sul) que agregam 23 aglomerados, juntos essas localizações comportam mais de 80% dos 95 aglomerados na capital sergipana. Ainda mais afastado da malha urbanizada, 5 assentamentos estão na antiga Zona de Expansão Urbana (extremo sul da cidade), são eles os loteamentos Escuriais, Robalo Rua B km7, Suíça, Saramutáia e Parque dos Cajueiros, não coincidentemente todos são loteamentos, irregulares ou clandestinos, onde o valor da terra é extremamente baixo e as carências são significativas (Mapa 3).

Diante disso, reflete-se a importância de construir uma cidade que abrace todos os habitantes de forma justa e com acesso à terra urbanizada, cuja participação social é essencial nesse processo de reconhecimento e enaltecimento do seu papel de cidadão.

Entretanto, o que se tem observado é o afastamento da sociedade das discussões dos projetos e intervenções urbanas, em especial que impactem a vida dos moradores ou afetam o trabalho dos comerciantes, como ocorreu na reestruturação das avenidas Hermes Fontes, Rio de Janeiro, retirada das famílias da ocupação Recanto das Mangabeiras, em meio à pandemia e a recente aprovação da Lei Municipal nº 5.373/2021 que transforma a Zona de Expansão Urbana em seis bairros: Robalo, São José dos Náufragos, Areia Branca, Gameleira, Matapoã e Mosqueiro, aprovado pela Câmara dos Vereadores de Aracaju, sem ouvir a comunidade e sem estar associado à um planejamento macro. A área apresenta intensa fragilidade ambiental, presença de propriedades rurais de famílias nativas em meio à condomínios fechados de veraneio, ausência de saneamento básico e equipamentos públicos. Essa lei, que não ouviu previamente a comunidade, vai desencadear, no espaço, sérias transformações referentes ao processo de gentrificação que significa a expulsão das famílias tradicionais em função da valorização da terra.

5. Então, o que considerar?

A partir do exposto, ficou evidente que esses dois agentes se envolveram na produção do espaço capitalista de Aracaju, através de um jogo de interesses que resultou um novo tipo de urbanização, marcada, a partir de 2000, sobretudo pela extensão e descontinuidade do tecido urbano, proporcionando caráter complexo às novas formas segregadas, extrapolando limites administrativos, principalmente no que diz respeito aos hábitos de consumo e às práticas socioespaciais da população.

Por esse motivo, a urbanização dispersa permitida, através de uma legislação fragmentada que não reflete as reais potencialidades da cidade, trouxe sérios transtornos à população.

Contudo, fica evidente necessidade do entrelaçamento das políticas fundiária, habitacional e de infraestrutura e sistema viário, de modo a garantir o acesso à terra urbanizada com valor reduzido, permitindo que os empreendimentos sejam construídos em áreas urbanizadas. A inserção destes conjuntos habitacionais na franja

periférica, cujos bairros em apresentem lotes com dimensões maiores e com menor valor fundiário foi fator decisivo na escolha da localização, cuja preocupação da gestão pública esteve mais associada à dinamização da economia por meio do atendimento às metas quantitativas estabelecidas, do que pelo real cumprimento do direito à moradia.

Assim, Aracaju clama a necessidade de um Plano Diretor Participativo, com diretrizes efetivas para um zoneamento diferenciado, elaborado em função do potencial construtivo, infraestrutura e sistema viário. Sem dúvida, a fragmentação das normas propiciou a explosão de empreendimentos fechados para os vetores norte, oeste e extremo sul, que correspondem às áreas carentes de infraestrutura e o acirramento das problemáticas apresentadas em áreas adensadas e verticalizadas, à leste e sul de Aracaju.

180



Referências

ARACAJU. Lei nº 42 de 06 de outubro de 2000. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju e dá outras providências**. PMA: Aracaju, SE. 06 de outubro de 2000.

ARAÚJO, Rozana Rivas de. **As relações entre as transformações econômicas e o ritmo da produção do espaço urbano. Estudo de caso: Aracaju. 2011**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 34ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CEPUR, Centro de Estudos de Práticas Urbanas e Regionais. Pesquisa “**Padrões de inserção urbana dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Aracaju**” realizada pelo PIBIC/UFS/CNPQ 2020/2021.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

CRUZ, Catharina Nunes. Quando a Segurança Entra em Cena: Arquitetura do Medo nos Condomínios Horizontais em Aracaju/SE. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)**. Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras: 2021.

DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (org.). **Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

- DINIZ, Dora Neuza L. Aracaju: Evolução e Verticalização. 2003. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura e Cidade)**. Faculdade de Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERRAZ, Sonia. Maria Taddei; PiBic Colaboradores: Madeira, C; Furloni, C; Lages, G. S. **Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas?** Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, Brasil, v. V.5, p. 54-84, 2006.
- FRANÇA, Sarah L. A. **Vetores de Expansão Urbana: Estado e Mercado na produção da habitação em Aracaju-SE**. São Cristóvão: EdUFS, 2019.
- FRANÇA, Sarah L. A. A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- FRANÇA, Sarah L. A. Os condomínios fechados na Zona de Expansão Urbana de Aracaju: uma nova modalidade de segregação sócio-espacial. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)**. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2004.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado e Metropolização**. São Cristóvão: EdUFS, 1999.
- FURTADO, Fernanda. **Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo conceitos envolvidos**. In SANTORO, Paula (org). *Gestão Social da Valorização da Terra*. São Paulo, Instituto Pólis, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- GÓIS, Renata Noronha. **Transformações do Espaço Urbano no Bairro Industrial em Aracaju-SE: Agentes Sociais e Intervenções Espaciais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Tiradentes, Aracaju: 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa da População para 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 de abril de 2021 às 09:53h.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Erminia. **O Impasse da Política Urbana**, 2011
- NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise Sintático-Espacial das Transformações Urbanas de Aracaju (1855 – 2003)**. Tese (Doutorado em

Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

POSSIDÔNIO, Edson Reis. **Medo como Mercadoria. Vitruvius (Congresso Nacional de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo – CICAU 2002, Trabalho premiado 2: nº 024.01)**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/02.024/2197?page=3>> Acesso: 04 de dezembro de 2020

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. - São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª reimpressão, 2004. (Coleção Primeiros Passos; 203)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **PEMAS: Plano Estratégico de Moradias Subnormais**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2001.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. (SEPLOG); FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Diagnóstico da Cidade de Aracaju. Relatório Final. Etapa 03**. Aracaju: PMA/SEPLOG, 2014.

SANTOS, Juliana Souto. **Espaço Geográfico e Território de Conflitos: demarcação e posse da Zona de Expansão Urbana de Aracaju**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SCARANTO, Sâmia Carolina Lima; SILVA, Rooseman de Oliveira. **Aracaju Park Shopping: Cultura e Religião em Espaço Empresarial**. Cadernos de Graduação. Aracaju. v. 5. nº 1. p. 11-28. Universidade Tiradentes: Aracaju, 2018.

SMOLKA, Martim O. Preço da terra e valorização imobiliária urbana: esboço para o enquadramento conceitual da questão. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

SOUZA, Alessandra Magda dos Santos de. **Condomínios Horizontais Exclusivos e a Dinâmica Sócioespacial no Litoral Metropolitano de Aracaju (SE). Tese (Doutorado em Geografia)**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: inserção urbana e fragmentação socioespacial**. Editora Unesp, São Paulo, 2013.

VARGAS, Heliana Comin; ARAUJO, Cristina Pereira de. **Arquitetura e mercado Imobiliário**. Editora Manole, São Paulo, 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Nobel/FAPESP/Lincoln Institute of Land Police, 2001.





SEÇÃO LIVRE

Das Disposições Legais: uma breve análise das leis educacionais do Império (1827-1854)

Gleidson Santos da Silva

Resumo

A presente pesquisa busca analisar os dispositivos normativos que contribuíram para a configuração da instrução no Império a partir das disposições legais. Para tanto, são abordados os aspectos legais que normatizaram a instrução pública primária no Império, passando pela Lei de 15 de outubro de 1827, o Ato Adicional de 1834 e a Reforma Couto Ferraz de 1854. As Leis Gerais e o regulamento da instrução do Município da Corte de 1854 influenciaram a configuração da instrução pública primária no Império por determinar os parâmetros legais para o cumprimento do projeto de nação pensado para o Brasil naquele contexto.

Palavras-chave: Instrução Pública; Legislação; Período Imperial.

185

* Licenciado em História na Universidade Tiradentes. Mestre em Educação pela UNIT. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, com bolsa PROCAPS/UNIT. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas. Áreas afins: História do Brasil Imperial e Colonial, História da Educação, Instrução Pública Primária, Inspeção da Instrução Pública Primária, Organização da Instrução Pública Oitocentista.

**On Legal Provisions:
a brief analysis of the
educational laws of the
Empire (1827-1854)**

**Sobre disposiciones legales:
un breve análisis de las
leyes educativas del Imperio
(1827-1854)**

Abstract

This research seeks to analyze the normative devices that contributed to the configuration of instruction in the Empire based on legal provisions. Therefore, the legal aspects that regulated primary public education in the Empire are addressed, through the Law of October 15, 1827, the Additional Act of 1834 and the Couto Ferraz Reform of 1854. The General Laws and the regulation of instruction in the Municipality of the Court of 1854 influenced the configuration of primary public education in the Empire by determining the legal parameters for the fulfillment of the project of nation conceived for Brazil in that context.

Keywords: Public Instruction; Legislation; Imperial Period.

Resumen

Esta investigación busca analizar los dispositivos normativos que contribuyeron a la configuración de la instrucción en el Imperio a partir de disposiciones legales. Por tanto, los aspectos legales que reglamentaron la educación pública primaria en el Imperio se abordan, a través de la Ley del 15 de octubre de 1827, la Ley Adicional de 1834 y la Reforma Couto Ferraz de 1854. Las Leyes Generales y el reglamento de instrucción en el Municipio de la Corte de 1854 influyó en la configuración de la educación primaria pública en el Imperio al determinar los parámetros legales para el cumplimiento del proyecto de nación concebido para Brasil en ese contexto.

Palabras clave: Instrucción pública; Legislación; Período Imperial.



Introdução

A presente pesquisa busca analisar os dispositivos normativos que contribuíram para a configuração da instrução no Império a partir das disposições legais. Para tanto, são abordados os aspectos legais que normatizaram a instrução pública primária no Império, passando pela Lei de 15 de outubro de 1827, o Ato Adicional de 1834 e a Reforma Couto Ferraz de 1854. Assim, busca-se, nas produções de Castanha (2013), Gondra e Shueler (2008), Saviani (2006; 2011) por apontamentos das dimensões da legislação educacional.

Ao compreender a legislação como fontes para a pesquisa em História da Educação, Faria Filho (1998) observa que a produção da legislação, como *corpus* documental, implica em um triplo movimento que permeia a crítica da concepção mecânica da lei, ao compreender que a lei não é um mero instrumento dos interesses das classes dominantes em sua dinamicidade e dimensões do fazer pedagógico, distinguindo o movimento da produção da lei e o movimento da sua realização, bem como a dimensão ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais. Desse modo, deve-se ressaltar também que:

[...] a lei não funciona como espelho da realidade, nem a realidade se constitui em reflexo da lei. A efetivação das normas se encontra associada a forças diversas que terminam por definir possibilidades, limites e ajustes a que a vontade do poder central se vê submetida (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 56).

Assim, a legislação pode ser compreendida dentro de uma teia de inter-relações e de um contexto que revele os indivíduos interligados à sua criação, aplicação e suas relações de poder dentro da uma trama político-social. Leva-se em consideração que a legislação tem caráter normalizador, e não é apenas expressão da vontade de determinado grupo sobre outro.

As definições de leis e suas funções no século XIX, mais precisamente no Brasil, apontadas por Castanha (2013), buscam dar conta da manutenção da ordem e a normalização de práticas segundo

uma razão natural e esclarecida, chegando a essa definição a partir da produção de juristas¹ do período. Eles compreendiam a lei dentro de uma dimensão natural e positiva, no que diz respeito à sua origem, do mesmo modo que as leis possuíam dimensões proibitivas ou facultativas, segundo as regras estabelecidas.

o pressuposto fundamental para a intervenção legal esteve ligado à preocupação de garantir que as classes populares se mantivessem sob controle. Tendo em vista esta perspectiva, a instrução serviria enquanto mecanismo disciplinar do Estado, buscando difundir os rudimentos da civilidade pelas classes populares, possuindo a prerrogativa de promover o progresso do país.

A Lei da instrução pública primária de 1827

188

Buscando cumprir o inciso XXXII, do Art. 179, da Carta de Lei de 25 de março de 1824, foi aprovado pela Câmara dos Deputados um projeto que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, pela Lei de 15 de outubro de 1827.

Composta por 17 artigos, essa Lei se configurou como a primeira lei da instrução pública do Brasil Independente. Ao prever a instrução para os indivíduos² nos lugares com maior densidade demográfica no Império, tornou-se responsável por estabelecer as bases para a organização da instrução nas Províncias. Para além disso, a Lei de 15 de outubro de 1827 pretendia contribuir com o processo civilizatório da população ao inculcar novos padrões culturais na formação de uma identidade nacional.

1 Marquês de São Vicente José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) e o Lourenço Trigo de Loureiro (1792-1870).

2 “O estatuto de ‘escolar’ se encontra definido quando observamos os impedidos de matrícula: escravos, doentes contagiosos e não-vacinados. O primeiro caso, trata-se de uma medida que colabora para a manutenção do regime de trabalho escravo, impedindo que os submetidos a esta condição tivessem acesso a qualquer outro tipo de saber. Nos dois últimos, trata-se de uma política à qual a escola se vê associada, de prevenir e evitar a propagação de doenças, sobretudo em que se supunha contato direto e continuado em pequenos aglomerados. Portanto, a escola é convertida em lugar para livres e sãos, daí as exclusões previstas” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 53-54).

Essa Lei demonstrou a preocupação que as autoridades brasileiras tinham quanto à remodelação do modelo educacional que vigorava até então, tendo como meta inculcar novos padrões e culturais que dessem ao povo brasileiro uma nova identidade. Assim, era preciso educar e instruir essa jovem nação e a Lei de Instrução de 15 de outubro de 1827 foi um dos instrumentos utilizados para alcançar tal objetivo (AMORIM, 2013, p. 42)

Sob essa perspectiva, a construção da identidade nacional passou a formação das classes menos abastadas. E a instrução pública primária, provida pelo Estado, tornou-se o instrumento fundamental no empreendimento civilizatório da população livre e pobre do Brasil.

Segundo Saviani (2011), a Lei de 15 de outubro de 1827 emana do espírito da época, já que o seu Art. 1º garantiu a difusão das luzes sobre todos os povoados, determinando o acesso aos conhecimentos considerados indispensáveis, pelas sociedades modernas da época, para afastar a ignorância e o obscurantismo às camadas populares. O espírito da época reverberou também, na adoção do método mútuo (método lancasteriano ou monitorial), que tinha como premissa a difusão do ensino a vários alunos, rapidamente, e com baixo custo.

O método mútuo teve, por idealizadores, o pastor anglicano Andrew Bell³ e Joseph Lancaster⁴, da seita Quakers. Ambos contribuíram para a formação do método que tinha como propósito o ensino das classes populares na Inglaterra. Esse método tinha como

3 “Bell, Médico e pastor anglicano, aplicou princípios do método nas Índias Inglesas, em Madras, onde dirigiu um orfanato de 1787 a 1794. Não podendo contar com mestres capacitados, teve a ideia de utilizar os melhores alunos – os monitores – para transmitir aos demais alunos os conhecimentos que haviam aprendido com o professor. Com esse método, instruía em torno de duas centenas de alunos” (BASTOS, 2014, p. 35).

4 “[...] Lancaster, da seita Quakers, criou uma escola para crianças pobres em Londres (oitocentos meninos e trezentas meninas), em 1798. Diante do problema de instruir gratuitamente grande número de alunos sem utilizar muitos professores, decidiu dividir a escola em várias classes, colocando em cada classe como monitor um aluno, com conhecimento superior aos dos outros alunos e sob direção imediata do professor. Lancaster percebeu que, por esse método, um só professor era suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de quinhentos e até mil alunos” (Ibid., p. 35).

preceitos o silêncio, a disciplina (horários e atividade) e a aplicação de castigos morais.

O monitorial system ou méthode mutuelle, nome adotado na França, baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos. Todos os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, então reunidos num vasto local que é denominado pela mesa do professor, esta sob um estrato. Na sala então enfileiradas classes, tendo em cada extremidade o púlpito do monitor e o quadro negro (BASTOS, 2014, p. 36, grifo do autor).

Para Foucault (2014), a disciplina não deve ser atribuída a uma instituição ou a determinado mecanismo. Mas deve ser compreendida como uma espécie de poder, ou melhor, uma modalidade de exercer tal poder, comportando, assim, um conjunto de instrumentos, procedimentos, técnicas, níveis de aplicação e propósito. Nesse sentido, a disciplina pode ser compreendida enquanto uma tecnologia do poder.

Vale ressaltar que o método mútuo tinha como principal agente do ensino os próprios alunos, na figura do monitor. Os monitores eram selecionados entre os alunos mais adiantados para auxiliar o professor a ensinar as numerosas classes, divididas segundo o grau de conhecimento.

Nesse sentido, professor era o “maestro” do ensino no método mútuo. Recaiá sobre ele a responsabilidade de transmitir, previamente, os comandos e as atividades que seriam desenvolvidas pelos monitores. Assim, um único professor, com o auxílio de 10 monitores, daria conta de instruir a mais de 100 alunos em uma escola. Por essa razão, o salário desses professores, previsto no Art. 3º, da Lei de 15 de outubro de 1827, era estabelecido pelo Presidente em Conselho com valores que variavam entre 200\$000 a 500\$000 mil réis anuais, fato que elevou esses profissionais à categoria de cidadão ativo eleitor, segundo o Art. 94, inciso I, da Carta de Lei de 25 de março de 1824. Vale salientar que, em Sergipe, segundo Nunes (2008), os vencimentos anuais dos professores ficaram previstos

entre 200\$000 a 250\$000 mil réis, conforme Ato de 30 de março de 1829, do Presidente Inácio José Fonseca.

Entretanto, Gondra e Schueler (2008) afirmam que as pretensões propostas pela Lei de 15 de outubro de 1827, de fixar o valor mínimo ao pagamento dos professores, não era uma uniformidade entre as Províncias, citando, como exemplo, os vencimentos anuais pagos aos professores de Santa Catarina e Pernambuco, que foram estabelecidos em 150\$000 mil réis.

Já o Art. 4º previa que as escolas deveriam ser do ensino mútuo, nas capitais das Províncias, assim como nas vilas e lugares populosos em que seja considerado preciso estabelecer escola.

[...] a determinação do método a ser praticado nas escolas de primeiras letras visava legitimar e homogeneizar a maneira como os professores deveriam ensinar a seus alunos, de forma que o Governo da Província pudesse acompanhar rigorosamente as exigências da Lei (FERREIRA, 2016, p. 32).

Sob essa perspectiva, o método mútuo proposto pela Lei de 15 de outubro de 1827 teria o propósito de homogeneizar a instrução primária, ao substituir o método individual⁵, e tinha na figura do professor o vetor dessa homogeneização, estando esses professores submetidos ao olhar fiscalizador do Governo da Província, segundo a exigência da legislação.

A capacidade de ensinar vários alunos de uma única vez e a ideia de baixo custo tornou sedutora a escolha do método mútuo pelo poder público, que almejava difundir os rudimentos do saber moderno por todo Império. Assim, com apenas um professor, auxiliado por monitores, era possível, segundo o método, empreender a instrução de todos os jovens nas cidades, vilas e lugares mais habitados do Império.

O currículo proposto no Art. 6º, da Lei de 15 de outubro de 1827, definia os assuntos que deveriam ser ensinados nas escolas.

5 “O ensino individual consiste em fazer ler, escrever, calcular, cada aluno separadamente, um após o outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. O professor dedica poucos minutos a cada aluno” (BASTOS, 2014, p. 34).

Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostotica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a História do Brasil (BRASIL, 1827, p. 72).

A composição curricular previa, para o ensino dos meninos, a leitura, a escrita, as quatro operações básicas, cálculo e geometria; além da gramática da língua pátria e a religião oficial do Império, tendo como preferência para a prática de leitura a Carta Lei de 25 de março de 1824 e a História do Brasil. Com isso, o Estado buscava “[...] unificar a língua, selar ainda mais os vínculos do Estado com a igreja católica e criar uma história para o Brasil [...]” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 54).

No que compete ao ensino das meninas, o Art. 11 garantia a instrução nas cidades e vilas mais populosas de acordo com a decisão dos Presidentes⁶, em Conselho. Com mudanças no currículo, como previa o Art. 12, ao limitar o ensino de aritmética as quatro operações e acrescentar ao currículo feminino “[...] as prendas que servem à economia doméstica” (BRASIL, 1827, p. 72).

Para o ensino das meninas foram indicadas professoras que, assim como os professores, deveriam ser avaliadas perante o Presidente da Província, em Conselho, conforme estabelecia o Art. 7º, da Lei de 15 de outubro de 1827. Além disso, as professoras deveriam também atestar sua “reconhecida honestidade”. Por outro lado, o Art. 13, desta mesma Lei, determinou que as professoras teriam os mesmos vencimentos e gratificações concedidas aos professores. Pode-se, então, inferir que a Lei de 15 de outubro de 1827 “[...] representou um avanço para a educação feminina, pois

6 Em Sergipe, “O governo provincial, nesse primeiro momento, privilegiou os lugares de maior concentração econômica e social, como São Cristóvão, Estância, Propriá e Laranjeiras, o que reflete uma ação estratégica no que se refere à criação das cadeiras públicas para o sexo feminino, pois esta iniciativa inibida deixou de fora várias outras vilas que careciam de instrução pública para meninas” (SANTANA, 2015, p. 39).

com ela a mulher ganhou o direito legal à educação pública” (SANTANA, 2015, p. 38).

O Art. 14, da supracitada Lei, determinou o provimento de professores e professoras ao exercício do magistério de forma vitalícia, competindo ao Presidente, em Conselho, o papel de fiscalizar as escolas, além das prerrogativas de suspender, exonerar e substituir interinamente qualquer professor na Província.

Quanto às formas de castigos disciplinares nas escolas do ensino mútuo, o Art. 15 prescrevia que os castigos aplicados deveriam seguir o estabelecido pelo método lancasteriano⁷, por este vectar “[...] os aviltos físicos e enaltecia os castigos morais para punir ações inadequadas” (ARAGÃO; FREITAS, 2016, p. 137).

O Art. 16, da Lei de 15 de outubro de 1827, previa que o Ministro do Império⁸ teria a responsabilidade de organizar e fiscalizar a instrução na Província onde estava situada a Corte, o que nas demais Províncias do Império ficava a cargo dos Presidentes das Províncias em Conselho.

Segundo Castanha (2013), algumas ponderações sobre o contexto de criação da Lei de 15 de outubro de 1827 devem ser revisitadas, primeiramente quanto à afirmação de que a adesão do método mútuo seria por questões econômicas. O referido autor contesta essa tese com base nas discussões registradas nos anais do Senado e da Câmara dos Deputados.

Assim, ao contrário do que se propagou na historiografia recente, sobre a sua implantação do método mútuo no Brasil, dentro da proposta universal do Artigo 1º, da Lei de 15 de outubro de 1827, seria muito dispendioso aos cofres da fazenda pública a criação

7 “Os castigos corporais foram amplamente criticados, todavia eles não foram eliminados com a adoção do sistema de Lancaster. A violência física continuou a existir nas escolas” (CASTANHA, op. cit., p. 74).

8 “A lei responsabilizou o Ministro do Império pela criação, extinção, exames dos professores e fiscalização das escolas na Província do Rio de Janeiro. Antes de 1827, tal tarefa também era exercida pelo Ministério da Guerra. Em 1834, o Ato Adicional separou a Província, da cidade do Rio de Janeiro, criando o município neutro. No momento dos debates, alguns deputados e senadores argumentaram que o Ministro do Império não deveria se ocupar de tais tarefas, e sugeriram que se criasse o cargo de Diretor Geral dos Estudos” (CASTANHA, op. cit., p. 74).

dessas escolas em todas as cidades, vilas e lugares populosos com os edifícios e materiais necessários para o desenvolvimento do método mútuo (CASTANHA, 2013).

Essa afirmação corrobora com as evidências encontradas anos depois, presente nos relatórios dos Ministros do Império e dos Presidentes das Províncias, em que a precariedade do ensino esteve ligada ao fato de que não havia “[...] orçamento específico e nem suficiente para fazer frente às demandas populares de uma escola pública gratuita e universal fez com que a execução da Lei de 1827 fosse insuficiente para a demanda” (SANTANA, 2015, p. 39-40).

Outra questão importante suscitada por Castanha (2013), tem relação à profundidade dos conteúdos previstos no currículo da Lei de 15 de outubro de 1827, ao afirmar que, nos debates na Câmara dos Deputados e no Senado, houve parlamentares que acreditavam que os professores primários não possuíam os conhecimentos mínimos para ensinar segundo previsto no método.

A falta de conhecimentos científicos para o exercício e cumprimento do currículo proposto para as escolas do ensino mútuo não impediu a sua aprovação, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado. Assim, o ler, o escrever, o contar e os valores morais e cristãos se tornariam, segundo essa perspectiva, os conhecimentos realmente difundidos nas escolas primárias.

Ao que compete à formação dos professores, Castanha (2013) afirma que não houve deliberação sobre esse tema nos debates da Câmara dos deputados e do Senado. Por mais que fosse garantido pela Lei uma boa remuneração aos professores do ensino mútuo, os mecanismos de classificação não foram estabelecidos, ficando a cargo dos próprios professores buscar a formação pela prática nas escolas do método nas capitais das Províncias, paga com seus próprios vencimentos, como previa a segunda parte do art. 5º da supracitada Lei.

A Lei de 15 de outubro de 1827 estabelecia, em linhas gerais, que a criação, extinção e provimento das cadeiras, e o estabelecimento dos salários pagos aos professores da instrução ficariam a cargo dos Presidentes das Províncias, submetidos à resolução da

cas no Período Regencial (1831-1840), o Ato Adicional resultou em alterações significativas na Constituição Imperial (Carta de Lei de 25 de março de 1824), representando uma trégua entre liberais e conservadores. Assim, as alterações na Constituição Imperial representaram uma conciliação, mesmo que temporária, entre os interesses partidários.

Essas modificações, promovidas pelo Ato Adicional à Constituição, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832, que, além de promover a descentralização do legislativo com a aprovação de criação das Assembleias Legislativas nas Províncias, delegou aos Presidentes de Províncias a responsabilidade de gerir e promover a instrução pública primária e secundária.

Conforme previsto no Art. 1º, da Carta de Lei de 12 de agosto de 1834, foi autorizada a criação de Câmaras Distritais e Assembleias, estas, sob o nome de Assembleia Legislativa Provincial, em cada Província, em substituição aos Conselhos Gerais. Com isso, as Províncias passariam a ter a prerrogativa de criar leis e decretos, bem como garantir o cumprimento dos princípios constitucionais.

Ao que compete à instrução pública, o Art. 10, Inciso 2, transmitiu o direito de legislar sobre a instrução e seus estabelecimentos promotores para as Assembleias Legislativas Provinciais, que, por sua vez, limitavam-se a promover o ensino primário e secundário e seus respectivos estabelecimentos, enquanto que o ensino superior continuava sob responsabilidade do Governo Central. Essa prerrogativa possibilitou que as Assembleias constituíssem leis e decretos para normalizar a instrução nas Províncias.

Entretanto, os registros das falas e relatórios dos Presidentes das Províncias e dos Ministros do Império, naquele período, evidenciam que a instrução pública não melhorou com a divisão de responsabilidades de prover a instrução nas Províncias.

Os relatórios dos ministros do Império e dos presidentes de províncias ao longo do Império evidenciam as carências do ensino, o que permite concluir que o Ato Adicional de 1834, ao descentralizar o ensino transferindo para os governos provinciais a responsabilidade

pela educação popular, apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria (SAVIANI, 2006, p. 16).

Assim, o provimento e a organização da instrução pública passaram a ser responsabilidade dos Presidentes das Províncias, sendo o ensino primário e o secundário mantidos com recursos próprios da Fazenda Provincial. Este fato representou pesadas despesas para os governos provinciais garantirem os princípios prescritos pela Lei de 15 de outubro de 1827.

A década de 1830 foi marcada também pela abertura das Escolas Normais, segundo o modelo da Escola Normal proposto em Niterói, em 1835, nas Províncias do Império. Tinham o intuito de formar professores com os conhecimentos necessários e com o domínio do ensino mútuo proposto pela Lei de 15 de outubro de 1827. Contudo, na década 1840, marcou-se também o fechamento¹¹ de diversos desses estabelecimentos de formação de professores, por serem considerados ineficientes ou altamente dispendiosos aos cofres públicos.

Mesmo apacando os interesses políticos, as conturbações separatistas eram um problema para o Governo Central. Assim, a medida encontrada foi o reconhecimento da maior idade do herdeiro ao trono, em 1840, então com 14 anos. Esta manobra inconstitucional ficou conhecida como Golpe da Maioridade. Com isso, buscou-se centralizar, na figura do Imperador, o símbolo de uma reunificação pela integralidade da Nação.

A instrução pública esteve a serviço dos interesses do Governo Central por possibilitar a construção da necessidade na unidade do Império, sob a criação de uma história comum que edificasse uma identidade nacional. Essa medida pode ser creditada à corrente conservadora, que buscou consolidar um Estado forte e centralizado na figura do Imperador.

¹¹ Em Sergipe, segundo Nunes (2008), a primeira Escola Normal foi pensada em 1838, sob decreto nº 15 de março daquele ano. Entretanto, a falta de recursos orçamentários inviabilizou a sua implantação, sendo efetivamente aberta somente em 1870.

A sede do Governo Central se concentrou no Município da Corte, cidade do Rio de Janeiro, que passou a exercer o papel de modelo para medidas administrativas. Mesmo gozando de independência para legislar sobre a instrução pública, os Governos Provinciais tomaram as medidas de organização e administração realizadas no Município da Corte como parâmetros a serem reproduzidas, ou adaptadas, em suas respectivas Províncias.

Entretanto, foi sob o predomínio da corrente Saquarema¹² (conservadores), que medidas para organização do Estado Nacional foram efetivamente tomadas, o que não significa dizer que foi um movimento tranquilo e sem resistência. Pelo contrário, foi um período evidenciado por entraves e avanços no empreendimento de construção da identidade nacional e da forjadura da Unidade do Império, sendo a Província Fluminense, mais precisamente a partir do Município da Corte, constituída como o marco zero da política de controle do Império (MATTOS, 1987).

Os Saquaremas buscaram, então, empreender medidas de cunho administrativo, tendo como propósito criar mecanismos que auxiliassem o Governo Geral a manter os princípios constitucionais, a ordem, a segurança e a tranquilidade pública.

[...] a Província fluminense cumpria o papel de um laboratório, no qual os saquaremas tanto testavam medidas e avaliavam ações que buscavam estender à administração geral, quanto aplicavam decisões do Governo-Geral, sempre com a finalidade última de consolidar a ordem no Império (MATTOS, 1987, p. 252-253).

Desse modo, a Província serviu de laboratório no qual os saquaremas colocaram à prova medidas na obtenção de resultados junto à administração geral, tendo sempre como objetivo a manutenção da ordem e segurança dos princípios constitucionais, buscando, para isso, a construção de um governo forte e centralizado.

12 Segundo Mattos (1987) a sucessão de presidentes da corrente conservadora na Província fluminense entre 1834 até a década de 1870 ficou conhecida como Tempo Saquarema.



Segundo Mattos (1987), ocorria naquele contexto uma disputa entre poderes: o poder fraco, caracterizado pelas paixões partidárias, sob influência de interesses locais, e demarcado por conflitos entre famílias; e o poder forte, que poderia oferecer garantias à ordem pública e à defesa da liberdade política, estando apto a atender às necessidades públicas. O poder fraco esteve associado ao Governo da Casa¹³, enquanto que o poder forte esteve vinculado aos interesses comuns e gerais da sociedade, logo ao Governo do Estado¹⁴.

Essa disputa pelo poder, entre o Governo da Casa e o Governo do Estado, tinha, na instrução, um ponto de convergência, pois ela figurou como “[...] uma das maneiras, por vezes a mais significativa, de construir a relação entre o Estado e a Casa e de forjar a Unidade do Império” (MATTOS, 1987, p. 258). A instrução exercia, então, o papel de interligar o universo público ao particular, através do espaço escolar. Era nesse lugar que se aprendia não somente as obrigações dos negócios domésticos, mas também o desempenho dos deveres enquanto cidadão.

No entendimento de Vasconcelos (2004), as relações estabelecidas entre o Governo do Estado e o Governo da Casa eram dialéticas, já que estar no Governo da Casa, em diversas situações, também significava participar do Governo do Estado. Dessa forma, a autora afirma que as relações entre essas esferas não eram dicotômicas ou opositivas, mas campos que se completavam, ao passo



- 13 “Governar a Casa era sobretudo governar a família, e nesta se incluíam os próprios escravos [...] Governar a escravaria consistia em não apenas fiscalizar o trabalho da massa de escravos [...] mas sobretudo em criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes dominadores ou dominados. Governar a Casa era exercer, em toda a sua latitude, o monopólio da violência no âmbito daquilo que a historiografia de fundo liberal convencionou denominar de poder privado.” (ibid., p. 119-120).
- 14 “Governar o Estado consistia, pois, em não só coibir as exagerações daqueles que governavam a Casa, tanto no que diz respeito ao mundo do governo quanto no que tange ao mundo do trabalho, mas em sobretudo empreender as tarefas que eram entendidas como transcendentais às possibilidades daqueles, entre as quais avultava a de propiciar a continuidade dos monopólios que fundavam a classe. Governar o Estado era, no fundo e no essencial, elevar cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal” (ibid., p. 120).

que desse processo emergiu a delimitação de atuação dos poderes, entre o público e privado, através da centralização empreendida pelo Estado, mas consentida pela Casa.

Nessa perspectiva, para efetivar o projeto centralizador do Estado, a forma encontrada consistiu tanto na constituição de um corpo de funcionários, quanto na redefinição das relações do Estado com outras instituições sociais, entre elas, a Igreja, e, especialmente, a 'Casa'. Era preciso reeditar as relações entre a Casa e o Estado, nas quais, sem romper com os limites contextuais impostos, a Casa aceitasse e reconhecesse a interferência do Estado (VASCONCELOS, 2004, p. 269).

As relações de poder entre o espaço público e o privado contribuíram para a configuração da instrução pública, ao passo de que o Estado, dentro de um projeto centralizador, buscou tomar para si a responsabilidade de prover a instrução, tendo como propósito capacitar os indivíduos a responder, primeiramente, aos interesses do Estado, em detrimento aos da Casa.

A década de 1850 ficou marcada por medidas administrativas e legais que visavam a garantir a estabilidade do Império e a defesa dos interesses públicos com a aprovação da Lei de Terras (1850), o fim do Tráfico Atlântico de Escravos (1850) e a criação do Código Comercial (1850). Tais medidas impulsionaram reformas nos diversos setores da sociedade, gerando resultados significativos para o progresso do Império.

Decreto Couto Ferraz de 1854.

A ascensão do gabinete da conciliação (1853-1857) representou, mesmo que temporariamente, o fim dos conflitos políticos em prol da manutenção do Império. Foi sob a responsabilidade desse ministério que ocorreu a reforma das instruções primária e secundária no Município da Corte. Teve a sua germinação no Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851, e floresceu no regimento da instrução das escolas do Município da Corte, sob o Decreto de Lei 1331^a, de 17

multâneo¹⁷ para as escolas e a determinação de punições para os professores que cometessem infrações.

O referido regulamento estabelecido pelo Decreto de 17 de fevereiro de 1854 era composto por 135 artigos, distribuídos em cinco títulos: o primeiro esteve voltado para a inspeção das escolas públicas e particulares dos ensinos primário e secundário; o segundo título regulamentou a instrução pública primária e está dividido em três capítulos que tratam, respectivamente, sobre as condições para o magistério, dos professores adjuntos, a substituição dos professores titulares e as escolas públicas com suas condições e regimentos. O terceiro título versou sobre a instrução secundária. O quarto se limitou a regular o ensino particular primário e secundário. E o quinto título detalhou as faltas dos professores e diretores de estabelecimentos públicos e particulares.

202

O que chama atenção no primeiro Título do regulamento é a construção de uma hierarquia disciplinar sobre a inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares dos dois níveis do ensino, ao determinar, em seu Art. 1º, que a instrução deveria ser inspecionada pelo Ministro do Império, com auxílio dos cargos intermediários. Esses cargos seriam exercidos pelo Inspetor Geral, Conselho de Inspeção e Delegados de Distrito.

Esses cargos intermediários faziam parte de uma cadeia de indivíduos que estavam interligados a uma hierarquia administrativa que buscou centralizar e burocratizar a instrução como mecanismo de controle, fazendo dos professores o elo mais frágil dessa cadeia, pois tinham que se submeter a esse mecanismo para conseguir legitimar o seu trabalho.

Segundo Foucault (2014), a criação de uma vigilância hierarquizada tem relação com a organização de um poder múltiplo, de forma automática e anônima. Seu funcionamento está diretamente vinculado a uma teia de relações que envolvem os diversos indi-

17 “Este método consiste em o professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogêneas, de acordo com seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual para todos” (BASTOS, 2014, p. 35).

vídus interligados, direta ou indiretamente, com a fiscalização. Nesse sentido, a teia de relações que mantém o conjunto, e o perpassa, é também responsável por vigiar as ações dos envolvidos na fiscalização.

O currículo ensinado nas escolas públicas ficou estabelecido pelo Art. 47 do regulamento, que garantia a aplicação de um currículo básico e um complementar para o ensino primário. O básico compreendia a instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais da gramática, princípios elementares da aritmética e o sistema de pesos e medidas do município.

Já o currículo complementar compreendia o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, leitura aplicada dos evangelhos e “notícia” da história sagrada, elementos da história e geografia, princípios das ciências físicas e da história natural, aplicáveis ao uso da vida; além da geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica, estudos mais desenvolvidos do sistema de pesos e medidas do Império e das nações que mantêm relações comerciais com o Brasil.

Ao comparar o currículo das escolas primárias, proposto pelo Art. 6º, da Lei de 15 de outubro de 1827 com a primeira parte do Art. 47, do regulamento de 1854, apresentados no **quadro 1**, pode-se apontar similitudes e diferenças. As semelhanças se encontram ancoradas nos rudimentos da leitura, escrita, aritmética, moral cristã e doutrina da religião. Estes seriam os conhecimentos rudimentares para a formação dos indivíduos, segundo a proposta de nação construída para o Brasil na Pós-Independência. Por outro lado, nota-se que o currículo proposto pelo regulamento de 1854 propõe o sistema de pesos e medidas da Corte como diferencial elementar na formação rudimentar dos indivíduos.

Já o currículo complementar promovia a compreensão dos rudimentos das artes, dos ofícios, da história e da geografia, além do aprofundamento nas práticas de leitura, da aritmética e dos conhecimentos sobre os pesos e medidas aplicados nas Províncias e nos países que mantinham relações de comércio com o Brasil naquele período.

Quadro 1: Disciplinas curriculares previstas na Lei de 15 de outubro de 1827 e no Decreto nº 1331ª, de 17 de fevereiro de 1854

Currículo das escolas	
Lei de 15 de outubro de 1827	Decreto nº 1331ª de 17 de fevereiro de 1854
<p>Ler, escrever, as quatro operações de aritmética, pratica de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados a compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.</p>	<p>A instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais da gramática, os princípios elementares da aritmética, O sistema de pesos e medidas do município.</p> <p>Pôde compreender também: o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, a leitura explicada dos Evangelhos e notícia da história sagrada, os elementos de história e geografia, principalmente do Brasil, os princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida, a geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica, e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das Províncias do Império, e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.</p>

Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>
Acesso em: 27 set. 2017

Ressalta-se que o principal parceiro comercial era a Inglaterra. Contudo, o Brasil mantinha relações comerciais com os Estados Unidos, Argentina, Uruguai, além de países europeus como França e Portugal. Segundo o anexo de n.º 2, do relatório do Ministro das relações exteriores, Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1855, o Brasil mantinha relações diplomáticas com os seguintes Estados americanos: Chile, Confederação Argentina, Estados Unidos, Peru, República Oriental do Uruguai. Da mesma forma com Estados europeus: França, Inglaterra, Áustria, Bélgica, Duas Sicílias, Estados Pontificados e Toscana, Espanha, Holanda, Portugal, Prússia, Rússia, Sardenha, Suécia, Noruega e Dinamarca. (BRASIL, 1854).

Conforme os Art. 48 e 49, do regulamento de 1854, o ensino primário deveria ser dividido em dois graus: ensino elementar¹⁸, chamado de primeiro grau; e instrução primária superior, chamada de segundo grau. Sendo o currículo das escolas de primeiro grau limitado ao currículo básico. Enquanto que as escolas do segundo grau compreendiam o currículo básico e o currículo complementar. Contudo, a decisão de quais dos conhecimentos do currículo complementar deveriam ser aplicados nas escolas do segundo grau cabia ao Governo que recebia do Inspetor Geral, em deliberação junto ao Conselho Diretor, as informações para decidir quando era necessário adotar.

O ensino das meninas recebia o acréscimo dos trabalhos com agulhas e bordados, não havendo restrições no currículo das escolas para meninas, como previa o Art. 12, da Lei de 15 de outubro de 1827, podendo até frequentar escolas do segundo grau que o Governo designasse. Porém era preciso seguir sempre a proposta do Inspetor Geral, com audiência com o Conselho Diretor, conforme o Art. 50 do regulamento.

A garantia legal da instrução para meninas esteve ligada a uma concepção ideológica, na qual a mulher, em especial das camadas médias ou superiores, deveria ter além dos conhecimentos formais da instrução, deveria também receber os conhecimentos necessários para o governo do universo doméstico. Entretanto, como ressalta Gondra e Shueler (2008), para as meninas das camadas populares, a aprendizagem dos trabalhos com agulhas poderia representar um meio de preparação para o universo de ofícios remunerados. Assim, a inserção das mulheres no magistério perpassou pela sua aprendizagem dos requisitos para o exercício do ofício docente. Neste sentido:

18 “A palavra *elementar*, mesmo etimologicamente, mantém a idéia de rudimentar, mas, permite pensar, também, naquilo que é o ‘princípio básico, O elemento primeiro’, e do qual nada mais pode ser subtraído do processo de instrução. Nessa perspectiva, a instrução elementar articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social” (FARIA FILHO, 2016, p. 138-139).



[...] é preciso considerar também que um dos modelos de aprendizagem do ofício docente então vigente implicava o recrutamento de aprendizes, alunos e alunas das próprias escolas que, na condição de monitores(as), auxiliares e professores(as) adjuntos(as), eram formados(as) pela prática, por meio de processos de transmissão direta dos saberes do ofício (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 206).

Sob essa ótica, a formação das professoras para o magistério primário esteve vinculada à transmissão direta dos saberes do ofício, segundo o modelo de aprendizagem imposto pelo Governo na forma de Lei. Contudo, pode-se salientar aqui que a aquisição dos saberes da profissão docente não se deu apenas, ou exclusivamente, pela inserção das mulheres nos processos de escolarização, tendo-se como pressuposto o fato de que muitas dessas mulheres tiveram a possibilidade de exercer o magistério por terem recebido educação doméstica ministrada por preceptora, mestres ou professor particular (VASCONCELOS, 2004).

O princípio da difusão dos conhecimentos considerados fundamentais para a difusão das luzes sobre todos os habitantes livres no Império esteve presente no Art. 51, ao determinar que, em cada localidade do município da Corte, deveria existir, ao menos, uma escola de primeiro grau para os meninos e para as meninas.

Isso se dava pelo fato de que o Governo da Corte detinha o controle sobre a organização das escolas em seus dois graus, estabelecendo, por intermédio do Conselho Diretor, a localização das escolas de primeiro e segundo graus, o programa de ensino e a aprovação de novos professores para as escolas do primeiro grau, que, segundo o Art. 53, só aconteceria mediante avaliação dos conhecimentos referentes às disciplinas acrescentadas às que já foram aprovadas para o magistério do ensino primário elementar.

Pretendia-se, dessa forma, manter o controle sobre a formação dos indivíduos, segundo a sua posição social e localização no Município da Corte, estando sempre de acordo com a necessidade de cada localidade. Da mesma forma, o Governo da Corte buscou garantir que os professores tivessem o domínio das matérias para



o provimento das cadeiras, verificando por intermédio da avaliação dos conhecimentos acrescidos ao currículo das escolas de instrução primária elementar.

Para Foucault (2014, p. 188), o exame se encontra no centro do processo que constitui o indivíduo como efeito e objeto de poder, ou como efeito e objeto de saber. Ao combinar a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, o exame é responsável por realizar funções disciplinares de “[...] repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões”.

Outro aspecto a ser salientado foi que o Art. 34, do regulamento, previa a instituição dos professores adjuntos e os meios de substituir os professores primários no Município da Corte. Tal proposição representou um viés ideológico pela preferência da formação de professores pela prática, em vez da criação de Escola Normal.

A formação dos professores, nos primeiros anos Pós-Independência, era vista pelo Estado como a maneira de diferenciar esse profissional, enquanto funcionário do Estado, daqueles que se ocupavam da educação doméstica. Para isso, a criação da Escola Normal de Niterói se fazia necessária dentro de uma proposta de controle e centralização do governo do Estado em detrimento aos “exageros da Casa” (VASCONCELOS, 2004). Ainda segundo essa mesma autora, foram estabelecidos parâmetros para o exercício do magistério público, dentre eles, o impedimento de estrangeiros de frequentarem a Escola Normal, utilizando-se do argumento de que esses indivíduos estiveram ligados ao ensino doméstico enquanto professores particulares e preceptores e, por essa razão, o governo do Estado buscou contingenciar suas matrículas na Escola Normal.

Assim, o governo do Estado buscava, com essa medida, impedir que a formação dos professores públicos sofresse interferência do Governo da Casa ou que a instrução ministrada por esses funcionários da máquina pública se tornasse análoga à educação promovida no âmbito doméstico (VASCONCELOS, 2004).

Entretanto, o idealizador do referido regulamento da instrução no município da Corte, o Ministro Couto Ferraz, defendia a ideia

de que as escolas normais eram “[...] muito onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificantes em relação ao número de alunos que nelas se formavam” (SAVIANI, 2006, p. 21). O ministro Couto Ferraz, que também foi Presidente da Província do Rio de Janeiro, entre 1848-1853, buscou fechar a Escola Normal de Niterói, pois não acreditava na sua eficiência para formar os professores. Defendia que a formação pela prática, sob o regime de professores adjuntos, era mais efetiva e menos dispendiosa aos cofres públicos.

Assim, dedicou um capítulo do regulamento para o detalhamento dos professores adjuntos e os meios de atuação para substituir professores. O Art. 35, do regulamento de 1854, instituiu a criação de uma turma formada por alunos acima dos 12 anos, que tivessem se destacado nos exames anuais, demonstrando bom comportamento e propensão para o magistério, sendo sempre preferíveis os filhos de pais professores ou alunos pobres.

Desse modo, o magistério primário seria formado a partir dos alunos selecionados entre as escolas públicas da Corte, que estivessem enquadrados nesses pré-requisitos, sendo sempre preferíveis os filhos de pais já professores ou pobres, para formarem uma turma de aprendizes, o que pode ser compreendido como uma forma de promover ascensão dos alunos pobres ou a perpetuação de um ramo familiar.

A nomeação dos professores adjuntos, de acordo com o Art. 36, deveria ocorrer por portaria do Ministro do Império, seguindo propostas do Inspetor Geral e ouvindo o Conselho Diretor. Ao serem admitidos como professores adjuntos, receberiam uma gratificação anual progressiva nos primeiros três primeiros anos, sendo mantido o valor de 360\$000 mil réis a partir do terceiro ano de sua nomeação, conforme estabelecia o Art. 37.

O papel desses adjuntos era auxiliar o professor nas escolas, conforme previsto no Art. 38. Essa ajuda era convertida no aperfeiçoamento das matérias práticas de ensino, já que o Art. 39 determinava a avaliação desses professores adjuntos pelo Inspetor Geral e dois outros indivíduos indicados pelo governo no fim de cada ano,



tos do Império, sob a égide de derramar sobre todos os habitantes, livres e libertos, os rudimentos para civilidade.

Contudo, tal medida se tornou inviável, segundo o proposto pela Lei que previa a criação de escolas do ensino mútuo nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos. Na prática, essa ação resultaria em avultosas despesas com a criação de tais escolas. O método mútuo precisaria de edifícios específicos e de uma materialidade escolar incompatível com a realidade das escolas primárias da época.

Ao passo em que a instrução pública primária passou a ser responsabilidade de cada Província, pela prerrogativa garantida pelo Ato adicional de 1834, o Governo Central buscou garantir os parâmetros para o desenvolvimento da instrução pública nas Províncias, enquanto mecanismo de controle. Para tanto, a corrente conservadora empreendeu diversas medidas de cunho administrativo no Município da Corte e que tinham o objetivo de servir de modelo para as Províncias.

A ascensão do Ministério da Conciliação, já na década de 1850, configurou-se então como uma trégua entre conservadores e liberais, sendo marcante, nesse contexto, a inversão de valores ideológicos entre os partidos, chegando ao ponto de que o nome do partido passou a ser apenas uma nomenclatura, mas que, na verdade, não havia diferenças significativas sem seus procedimentos.

Nesse período, o Governo Central buscou empreender, sobre a instrução pública, uma relação de fiscalização mais atuante com a criação de uma hierarquia fiscalizadora, tendo como um dos marcos legais a reforma da instrução pública no Município da Corte de 1854.

Vale salientar que não foi a primeira lei nesse sentido. Antes dela já existia na Corte o Regulamento da Instrução de 1849, criado durante a Gestão do Couto Ferras na Província do Rio de Janeiro. Neste documento, mais precisamente no seu Art. 90, ficou determinado que a inspeção das escolas seria exercida pelo Presidente da Província, pelo Inspetor Geral e pelos Inspetores e conselhos municipais. Este fato já demonstrava construção de uma estrutura fiscalizadora e hierarquizada sobre a inspeção normalizada por meio de instrumento legal, o regulamento.



Tal configuração, constituída pelas relações de poder atuantes sobre a instrução pública primária, esteve diretamente ligada à construção normativa de dispositivos legais. Neste sentido, as leis e regulamentos para instrução são produtos das tensões, ou da interdependência, entre os poderes existentes na conjuntura de sua criação e/ou aprovação em plenário.

Assim, as Leis Gerais e o regulamento da instrução do Município da Corte de 1854 influenciaram a configuração da instrução pública primária no Império por determinar os parâmetros legais para o cumprimento do projeto de nação pensado para o Brasil naquele contexto. Deste modo, é possível pensar a instrução dentro de uma teia de relações entre indivíduos que, de certa forma, representam instâncias de poder que tencionam e são tencionados pelo poder passando a exercer papéis bem determinados dentro de uma rede de interdependências.

Referências

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente: a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889)**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. 2v.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império**. In: Coleção das Leis do Império do Brasil. Brasília: DF: Câmara dos Deputados, v. 1, 1878. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html > Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. **Faz algumas alterações e adições a constituição política do Império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832**. Coleção de Leis do Império do Brasil. Brasília: DF: Câmara dos Deputados, vol. 1, 1834. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis> > Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Decreto n. 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854. **Aprova o regulamento para reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte**.

Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>> Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Anexo A, n.º 2. In: **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 9ª legislatura pelo respectivo ministro e secretário do Estado o Visconde de Abaeté**. Rio de Janeiro: tipografia Universal de Laemmert, 1855. p. 4-5. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores> Acesso em: 14 ago. 2021.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: DUARTE, Regina Horta [et. al.] (org.). **Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FERREIRA, Akistenia Elza Santos. **A institucionalização dos concursos gerais para professores de primeiras letras na província sergipana (1832-1858)**. 2016. 115p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão: tradução de Raquel Ramalhete**. 42. ed. Patrologia, Rio de Janeiro: vozes, 2014. p. 133-219.

GONDRA, José Gonçalves; SHUELER, Alessandra. **Educação. Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SANTANA, Leyla Menezes de. **Os professores primários em Sergipe: rupturas e permanências no ofício docente (1827-1838)**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed., rev. 1. reimpr. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval (et. al.) **O Legado educacional do século XIX**. 2 ed. Campina, SP: Autores Associados, 2006.



VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos. 2004. 336f. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4624@1> Acesso em: 25 ago. 2021.





SEÇÃO IHGSE

do respectivo Estado no prazo de um ano contado da vigência da Carta Federal.

A Assembleia Estadual Constituinte, instalada a 18 de outubro de 1988, foi constituída pelos Deputados Abel Jacó dos Santos, Antônio Arimatéa Rosa, Aroaldo Alves de Santana, Carlos Alberto de Oliveira, Dilson Cavalcante Batista, Djalma Teixeira Lobo, Djenal Tavares Queiroz, Elizário Silveira Sobral, Francisco Modesto dos Passos, Francisco Teles de Mendonça, Guido Azevedo, Hildebrando Dias Costa, Jerônimo de Oliveira Reis, Joaldo Vieira Barbosa, José Carlos Machado, Laonte Gama da Silva, Luciano Andrade Prado, Luiz Antônio Mitidieri, Marcelo da Silva Ribeiro, Marcelo Déda Chagas, Nicodemos Correia Falcão, Nivaldo Silva Carvalho, Reinaldo Moura Ferreira, Rosendo Ribeiro Filho. Posteriormente, Nelson Araújo também veio a participar dessa Constituinte. Era Governador do Estado o Dr. Antônio Carlos Valadares e foram Presidentes deste Tribunal de Justiça, o Desembargador Antônio Machado [quando da instalação da Constituinte] e o Desembargador Fernando Ribeiro Franco [quando da promulgação da Constituição].

Deve ter sido mesmo um momento histórico ímpar com o Brasil saindo de um regime de exceção e reencontrando-se com a democracia. A população cheia de perspectivas e de esperança em um futuro de liberdade e desenvolvimento; e os Constituintes bem representaram esse sentimento. No dizer do Presidente Guido Azevedo, no discurso de que proferiu por ocasião da promulgação da Carta Estadual em 05 de outubro de 1989:

Não fizemos utopia, não incorremos no erro de sonhar excessivamente. Sonhamos, contudo, sonhamos com um Sergipe melhor, sonhamos com os sergipanos mais felizes; sonhamos com um futuro mais justo. Este o sonho dos Constituintes, este o sonho de todos os sergipanos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Casa do Povo sergipano, sempre evidenciou e enalteceu a nossa tradição constitucional que remonta há quase 130 anos. Desde a Proclamação da República, existiram em Sergipe sete documentos intitulados “Constituição”, considerando que durante os tempos do império as



então províncias brasileiras não detinham capacidade de auto-organização e de autogoverno.

Desses sete documentos, ou sete “Constituições”, somente cinco foram produzidas por Assembleia Estadual Constituinte: em 1891, 1892, 1935, 1947 e 1989. A Constituição de 1890, adjetivada de “Provisória”, originou-se de decreto do Vice-Governador Lourenço Freire de Mesquita Dantas, que substituíra, na Chefia do Governo, o médico Felisbelo Firmo de Oliveira Freire [1º Governador Provisório] e o Capitão de Fragata Augusto Cezar da Silva [2º Governador Provisório], tendo sido produzida tal Constituição segundo instruções do então Governo Provisório da recém-nascida República. Já a Constituição de 1967, adveio de proposta enviada à Assembleia Legislativa [não formalmente convertida em Constituinte] pelo Governador Lourival Baptista, proposta essa formulada por comissão de notáveis do mundo jurídico e parlamentares.

A Constituinte de 1989 produziu, ela própria, com os Deputados e os servidores e técnicos do Poder Legislativo, o anteprojeto de Constituição que figurou como texto-base e ponto de partida dos trabalhos. A partir daí, uma profusão de ideias, sugestões e propostas de modificação foram apresentadas pelos próprios parlamentares, e pelos demais Poderes e órgãos constituídos. Mas não somente pelo poder público: diversas entidades da sociedade civil, após longo hiato de restrições à liberdade de manifestação, também participaram, exercendo a cidadania desde o processo de construção do Texto Constitucional. E a Assembleia Constituinte teve a sensibilidade e, naqueles tempos, a ousadia, de ouvi-las.

A Constituição Estadual de 1989, oriunda das mais legítimas aspirações da sociedade sergipana, documento produzido com fundamento no diálogo incansável de diferentes [e, às vezes, antagônicas] correntes políticas, permanece, hoje ainda, após trinta anos de existência, e contando com quarenta e oito emendas², bem servindo ao Estado, assegurando liberdade a seus cidadãos no regime democrático e federativo, e regulando a ação administrativa dos poderes públicos.

2 Até julho de 2020, já são 52 (cinquenta e duas) Emendas Constitucionais.

A Carta Constitucional de 1989 é resultado, também, da tradição constitucional sergipana. Todo o trilhar, todo o desenrolar da história, com seus acertos e desacertos, estiveram contidos nas Constituições Estaduais pretéritas, que, em um senso de evolução, ecoam até os nossos dias, através da Constituição de 1989, síntese do nosso passado e repositório jurídico das mais altas aspirações de um Sergipe melhor, socialmente justo e mais desenvolvido.

Nestes 30 Anos de Promulgação da Constituição Estadual de 1989, a Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Luciano Bispo, nos convida a todos para revisitarmos o histórico constitucional de Sergipe, não por simples nostalgia, ou puramente para evidenciar as biografias de grandes tribunos que passaram pelo Legislativo sergipano, ou, ainda, não para lamentar nossas desventuras em períodos onde a democracia estava somente no campo da imaginação, mas, e, principalmente, para que permaneçamos vigilantes e atentos aos valores democráticos, pilares da Carta Constitucional Estadual, seguindo o contido na Constituição da República.

Em 2009, por ocasião dos 20 anos de promulgação da Constituição Estadual, a Assembleia Legislativa promoveu o 1º Simpósio Constituição de Sergipe. A ideia de levar a Constituição Estadual ao escrutínio público em evento de viés técnico e acadêmico não foi inicialmente bem recepcionada por todos na ocasião. Afinal, a Assembleia Legislativa não tinha tradição na realização de tais eventos. Porém, conseguimos sensibilizar o então Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ulices Andrade, além dos demais Deputados Estaduais de então, a fim de que pudéssemos ter realizado, neste mesmo auditório, a primeira edição deste agora tradicional evento. Na ocasião, era Presidente do Tribunal de Justiça o Desembargador Roberto Porto, que, assim como hoje o faz o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, permitiu que, sob este teto, na Casa de Tobias Barreto, a ciência jurídica fosse novamente objeto de discussão dentro do processo de produção e disseminação do conhecimento.

Desde então, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe vem se preocupando, sobremaneira, com a democratização do



acesso ao Texto Constitucional Estadual. Nos últimos dez anos, a Assembleia Legislativa produziu e distribuiu gratuitamente mais de 50.000 exemplares da Constituição Estadual. Além disso, organizou e mantém atualizado em seu sítio oficial na internet o mais completo acervo da legislação estadual, inclusive dele constando a nossa Constituição sempre atualizada.

Dentro dessa perspectiva, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Luciano Bispo, entendeu como importante não somente a celebração dos 30 anos de promulgação da Constituição Estadual, mas a realização deste Simpósio que ora iniciamos. A Comissão de Organização teve, assim, todo o apoio da estrutura administrativa do Poder Legislativo para que pudéssemos ter, todos nós, o belíssimo espetáculo do conhecimento que se seguirá.

Neste Simpósio, além de temáticas relacionadas à história e à memória da própria Constituinte, procuramos selecionar temáticas jurídicas e, também, de viés político que, atualíssimas, são de elevado interesse para Sergipe, o mundo jurídico, comunidade acadêmica e população em geral.

Trataremos de temas como a rediscussão do Pacto Federativo, área de profundo interesse dos Estados brasileiros, e que está em discussão no Congresso Nacional; democracia na era digital; transparência e acesso à informação; controle de constitucionalidade; educação; meio ambiente; dentre outras. As exposições que serão feitas levarão em conta o arcabouço jurídico-constitucional e será assegurada a participação mediante perguntas aos nossos conferencistas e palestrantes.

Nesse particular, quero, me permita Presidente Luciano Bispo, agradecer, em nome do Poder Legislativo, a todos os conferencistas, palestrantes e debatedores, pela disponibilidade e boa vontade em contribuir com este evento, sem qualquer contrapartida remuneratória. Estão todos aqui, com elevado espírito público, e com a intenção única de colaborar no debate e na disseminação do conhecimento.

Ainda me valendo das palavras do Presidente Guido Azevedo, ditas naquele histórico 05 de outubro de 1989, restaram bem ca-



racterizados os papéis que todos nós, poder público e sociedade, temos que desempenhar nos dias de hoje:

Jurando a Constituição, todos nós, componentes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, simbolizamos no gesto, a submissão dos Poderes à Lei, mas também, assumimos o compromisso inarredável de fazê-la cumprida, respeitada, obedecida, sejam quais forem as circunstâncias.

... a nossa tarefa ainda está inconclusa, pois teremos todos, representantes dos Poderes e sociedade civil, de nos transformar nos guardiões permanentes da indispensável submissão aos mandamentos da nova Carta Constitucional.

222



Concluo esta alocução, resumindo o espírito dos nossos Constituintes, nas célebres palavras do Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988:

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria.

Que nós, sergipanos, continuemos a guardar esse espírito; que tenhamos a certeza, a convicção, de que não existem alternativas seguras para nossa sociedade fora da Constituição; não desprestigiemos, pois, os altos valores democráticos que aqueles que nos precederam tanto lutaram para nos assegurar.

VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste

Terezinha Alves de Oliva
Presidente da Comissão Organizadora

Em 2018, quando se realizou no Recife o VI Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, comemorativo do bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817, foi aprovada a proposta para que Sergipe sediasse o próximo Congresso, por ocasião do bicentenário da Emancipação Política do Estado. Não se contava que a partir de março de 2020 chegasse ao País a pandemia do coronavírus, impedindo viagens, reuniões e aglomerações. A programação comemorativa do bicentenário foi altamente prejudicada e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe se viu impedido de realizar o Congresso programado. Transferiu-o para 2021, na expectativa de que a pandemia tivesse se afastado, mas sem perspectivas disso, e quando já haviam morrido mais de 5.000 sergipanos, a Diretoria ficou convencida de que a solução seria realizar o Congresso virtualmente. Para tanto, contou com o apoio inicial da Assembleia Legislativa de Sergipe e com a parceria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A proposta recebeu a adesão dos participantes do grupo de WhatsApp dos Institutos Históricos do Nordeste e os contatos que se seguiram garantiram a participação de representantes de oito Institutos Históricos dos Estados e de vários Institutos Históricos Municipais. Dessa forma, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pôde cumprir o compromisso assumido, realizar uma boa programação, estreitar o contato com os outros Institutos na região e fechar as comemorações alusivas ao bicentenário da Emancipação Política de Sergipe. Para registrar este fato, publicamos abaixo a Ata do Congresso e o Documento Final emitido a partir dos pronunciamentos, palestras e discussões havidos na ocasião.

Ata do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste

No período de 13 a 15 de julho de 2021 ocorreu em formato on-line, o VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, a partir de Aracaju, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), contando com a parceria da Universidade Federal de Sergipe através do Programa de Pós-Graduação em História/PROHIS, e com o apoio da Assembleia Legislativa de Sergipe. Programado para integrar as comemorações pelo bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, em 2020, o Congresso só pôde ser realizado de modo virtual, em 2021, tendo em vista o estado da pandemia Covid 19 que impossibilitou os encontros presenciais. O certame reuniu os Institutos Históricos do Nordeste visando estreitar os laços entre eles e compartilhar a busca de caminhos para fortalecer a sua atuação. Seguindo o modelo do VI Congresso, acontecido na cidade do Recife em 2018, congregaram-se Institutos Históricos de oito estados nordestinos e Institutos Históricos municipais, desta vez com a presença destes representando vários estados. A programação foi aberta, no dia 13 de julho, com a participação do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Victorino Coutinho Chermont de Miranda e das Presidentes dos Institutos Históricos de Pernambuco, Margarida Cantarelli e de Sergipe, Aglaé d'Ávila Fontes. Esta, discorrendo sobre o poder da palavra e referindo-se às paisagens e ao patrimônio imaterial sergipano, apresentou os votos de boas-vindas, recebendo e saudando os congressistas, no que foi secundada pela coordenadora da Comissão Organizadora do Congresso, Terezinha Alves de Oliva, que tratou da programação como forma de celebração do bicentenário da independência de Sergipe. Já a presidente Margarida Cantarelli realçou a importância do Congresso e falou do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, da relevância do seu acervo e das atividades desenvolvidas, convidando para os cento e sessenta anos daquela Casa, a serem comemorados em 2022, enquanto teceu considerações a respeito da produção historiográfica dos Institutos Históricos. O presidente do IHGB destacou o papel dos congressos, encontros e colóquios para a articulação do



Sistema Nacional dos Institutos Históricos, ciente de que, através deles, a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil terá abrangência nacional. Informou que tem em mente realizar um colóquio nacional dos Institutos Históricos com este objetivo. Referiu-se às manifestações que precederam à Independência, lembrou o processo de emancipação de Sergipe e disse que é preciso pensar o que os duzentos anos significaram para a construção da nação e para a presença do Brasil no concerto das nações. Depois de enumerar iniciativas do IHGB neste sentido, enfatizou a necessidade de os Institutos se empenharem no debate sobre os duzentos anos e continuarem a ser espaços dialógicos entre as diversas correntes da historiografia, mormente em meio à polarização ora existente na sociedade brasileira. Já no dia 14 de julho aconteceram duas Mesas-redondas dedicadas a abordar a situação atual das instituições. Coordenada pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, José Augusto Silva Oliveira, a primeira delas discutiu o tema “Os Institutos Históricos e a pandemia: inovação, estratégias de sobrevivência.” Participaram os Presidentes Eduardo Moraes de Castro, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Ormuz Barbalho Simonetti, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Antônio Fonseca dos Santos Neto, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e o Vice-presidente Jean Patrício da Silva, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Já a segunda Mesa, com o tema “Os Institutos Municipais e seu âmbito de atuação” foi coordenada pelo Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Goiana, Pernambuco, Harlan Gadelha Filho e teve a participação da Vice-presidente Maria Bertolina Costa, do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (Maranhão) e dos Presidentes Reginaldo Pereira do Nascimento, do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba (Piauí), José de Souza Pequeno Filho, do Instituto Histórico e Geográfico de Serra Branca (Paraíba) e Ivonete Xavier do Instituto Histórico Geográfico e Cultural de Garanhuns (Pernambuco). Na ocasião foi lançado o livro “Asas para Vitória de Santo Antão, de autoria de Pedro Humberto Ferrer de Moraes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão (Pernambuco), com apresentação de Cristiano Pilako, Vice-presidente do mesmo Instituto. Já no dia 15 de julho, houve duas sessões



comemorativas e a sessão de Encerramento. A primeira, em homenagem ao bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, teve palestra da Professora Doutora Edna Maria Matos Antônio, da Universidade Federal de Sergipe, que abordou o tema “Tradição e modernidade política na Independência do Brasil em Sergipe (1820-1822)” com coordenação de Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Segunda Vice-presidente do IHGSE. Na ocasião foram lançados os livros “Sergipe Colonial: uma Capitania Esquecida” da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva e “Felisbelo, Thetis e Ibarê : contribuição aos estudos de História da historiografia”, de autoria do ex-Presidente do IHGSE, historiador Samuel Albuquerque. Os livros foram apresentados por Terezinha Alves de Oliva, Oradora do mesmo Instituto. A segunda sessão, coordenada pelo Segundo Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Álvaro Queiroz, homenageou o bicentenário da Junta Governativa de Goiana e da Convenção de Beberibe, com palestras dos Professores Doutores Josemir Camilo de Melo, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Goiana e George Cabral de Souza, Presidente do Instituto Histórico de Olinda. Em todas as sessões houve participação dos congressistas através do chat e o registro da presença de sócios de vários Institutos dos estados e municípios, o que pode ser revisto no canal do Youtube da TV UFS. No Encerramento houve reunião dos Presidentes dos Institutos Históricos, registrando-se as presenças dos Institutos de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Piauí, Alagoas (representado por Álvaro Queiroz) e Paraíba (representado por Josemir Camilo de Melo), tendo justificado as ausências o Presidente do Instituto do Maranhão, que estava envolvido no processo eleitoral para a Diretoria da entidade e o Presidente do Instituto do Rio Grande do Norte, que não conseguiu participar por problemas técnicos. A sessão foi presidida pelo Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Igor Albuquerque e contou também com a participação da coordenadora da Comissão Organizadora do Congresso, Terezinha Alves de Oliva, que usou da palavra para agradecer, no momento oportuno. Pronunciaram-se todos os presentes, avaliando positivamente o Congresso e destacando a sua organização, tendo sido enfatizada a possibilidade de que o formato on-line permita encontros e reuniões mais frequentes. O presidente



do Instituto Histórico do Piauí, Antônio Fonseca Neto, sugeriu que seja feita uma reunião, no prazo de dois meses, para ser discutida a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, pelos Institutos Históricos do Nordeste, tendo em vista o estudo dos processos da Independência nos respectivos estados. Provocando os Institutos a abandonarem o termo “historiografia regional”, reafirmou que todos fazem historiografia brasileira, sem que seja menor do que aquela produzida nos centros hegemônicos do país. Após terem os presidentes ou seus representantes, declarado que não apresentariam candidaturas para sediar o próximo Congresso, o presidente Eduardo Castro de Moraes apresentou a proposta de realizá-lo na Bahia em 2023, ano em que se comemorará o bicentenário do 2 de julho e o centenário do prédio sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, passando a ser considerado este ano de 2021, de realização do VII Congresso, para o intervalo dos dois anos entre os certames. Aclamada a proposta, o coordenador da sessão declarou que o VIII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste será realizado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 2023. Finalmente, usou da palavra, para fazer o encerramento, a Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Aglaé d'Ávila Fontes, que falou sobre o IHGSE e suas realizações, agradeceu aos Institutos estaduais e municipais, à Diretoria do IHGSE, à Comissão organizadora do Congresso e aos congressistas, destacando o trabalho dos estagiários do Instituto e da Universidade, aos quais homenageou. Agradeceu a parceria com a Universidade Federal de Sergipe através do Programa de Pós-Graduação em História e da TV UFS e o apoio da Assembleia Legislativa de Sergipe. Após convidar para uma visita virtual ao prédio do IHGSE, anunciou a apresentação do Hino Sergipano e deu por encerrados os trabalhos do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, despedindo-se de todos. Para constar, eu, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Segundo Secretário do IHGSE, lavrei esta ata que ficará como memória do Congresso.

Documento Final do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste

Os Institutos Históricos do Nordeste, reunidos no seu VII Congresso, ocorrido a partir de Aracaju, de 13 a 15/07/2021, reafirmaram a importância destas instituições na vida cultural brasileira, empenhadas que estão na guarda da memória, na difusão da pesquisa histórica, no estímulo aos estudos geográficos, arqueológicos, genealógicos e culturais, realçando os acervos que mantêm à disposição dos pesquisadores e os rituais que preservam a celebração de marcos identitários.

Presentes em todos os estados e em vários municípios da região, os Institutos Históricos encaram dificuldades de manutenção e sobrevivência que foram agravadas pela situação de pandemia ora enfrentada pelo País. Muitos Institutos diminuíram os seus dias de funcionamento ou até suspenderam temporariamente as atividades presenciais, embora não tenham saído de cena, mantendo reuniões, cursos, palestras, programas e sessões comemorativas em modo virtual, ajustando-se às mídias sociais e cuidando da edição das suas revistas.

Contra todas as adversidades, estas instituições privadas, sem fins lucrativos, continuam prestando um incontornável serviço à sociedade, pelo qual nem sempre têm recebido o necessário apoio. Desde os institutos centenários presentes em grande parte dos estados, até os mais jovens institutos municipais, todos têm se mostrado resilientes e capazes de revitalizar-se. Mas este imenso esforço pode ser insuficiente, considerando o quadro atual, em que muitos deles deixaram de receber apoio oficial e tiveram perdas de rendas que garantiam a sua manutenção.

Pretendendo apontar saídas, os Presidentes dos Institutos que se manifestaram nas sessões do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, não se limitaram à denúncia da situação e ao apelo à necessária cooperação do poder público, mas estimularam os Institutos Históricos a se organizarem para a busca de captação de recursos, a ampliarem as suas formas de articulação, união e troca de experiências, a estarem dispostos à parceria entre institutos e à atualização constante no uso das mídias sociais.



Os Presidentes avaliaram unanimemente o sucesso do Congresso realizado de forma virtual, parabenizando o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e destacando a possibilidade de maior comunicação por esse meio, assim como a necessidade de ocorrência de reuniões e encontros visando à condução das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, a ocorrer em 2022. A este respeito o Congresso firmou posição que encoraja o debate sobre a interpretação única, centrada no processo ocorrido no Sudeste do Brasil, convocando todos à pesquisa e à produção historiográfica sobre os processos da Independência vivenciados nos diversos estados do Nordeste, rejeitando o entendimento de que essa produção seja vista como historiografia regional, distinta da historiografia nacional.

Na reunião que encerrou os trabalhos foi escolhido o local que deverá abrigar o VIII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste. Presentes ou representados, os Presidentes dos Institutos Históricos da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Piauí, foi aclamada a proposta apresentada pelo Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que se dispôs a realizar o VIII Congresso em 2023, quando da celebração do bicentenário do 2 de julho e do centenário do prédio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Aracaju, 15 de julho de 2021.





HOMENAGEM PÓSTUMA

Homenagem à memória de quem cuidou da nossa memória

Terezinha Alves de Oliva

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe deve uma homenagem ao professor e pesquisador laranjeirense **Pedrinho dos Santos**, que nos deixou em 19/12/2018, aos setenta e três anos. Nunca é tarde para realçar a importância desse antigo membro do Sodalício, colhido pela morte em plena atividade intelectual, que deixou uma lacuna ainda não preenchida. Pedrinho dos Santos se fez pesquisador em história já maduro, depois de uma trajetória que inclui as experiências de um menino pobre, filho do ferroviário Rosalvo dos Santos e da dona de casa Maria Victória dos Santos. Na luta pela vida, não regateou trabalho: prestou concurso para a Leste Brasileiro, invalidado quando do golpe civil-militar; cursou a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Sergipe, tendo atuado no Hospital de Cirurgia; trabalhou como auxiliar de almoxarife da Companhia de Cimento Portland; foi professor de Educação Física, pesquisador do IBOPE, vendedor de material escolar e de escritório e foi também radialista. Toda essa trajetória, que compreende a colaboração em jornais e revistas, como a Gazeta de Sergipe, a Tribuna de Aracaju, a Revista Alvorada e órgãos de fora do estado, está relatada no primeiro livro do homenageado e tem aqui o depoimento do amigo professor Lourival Santana Santos, a quem agradeço.

Na década de sessenta, o jovem Pedrinho tentou estudar na então União Soviética e, quando se viu impedido de fazê-lo, entrou para o Curso de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Teve problemas com o regime militar, já que esteve envolvido na política estudantil e chegou a ser eleito, em 1976, presidente do Diretório Acadêmico João Ribeiro (área



de Ciências Humanas), além de ter representado os estudantes sergipanos nos debates para reinstalação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Tendo cumprido suspensões que atrapalharam o Curso, terminou mudando e graduando-se em História. Ao lado da atividade política, Pedrinho dos Santos participou ativamente da vida acadêmica do Curso de História, como Monitor, por vários semestres, da disciplina Introdução aos Estudos Históricos. Nesta função, que eu acompanhei de perto, atendia com presteza às tarefas, fosse para esta professora ou para os colegas que se iniciavam em História, sempre com muita disponibilidade, apoiando-os e ajudando-os nos trabalhos que incluíam iniciação à pesquisa histórica e, principalmente, o manejo das fontes.

Uma vez graduado como professor de História, atuou na rede estadual e foi membro do corpo docente do ensino superior, nos cursos do Centro de Estudos do Desenvolvimento, sediado em São Paulo. Entretanto, sempre demonstrou a sua preferência e habilidade pela área da pesquisa histórica e pelo trabalho em instituições de memória. No Arquivo Público do Estado de Sergipe, foi chefe da seção cultural. Em 1979, chegou a integrar o Projeto Barão do Rio Branco na pesquisa “Resgate das Fontes Históricas das Capitânicas de Sergipe e Bahia existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa”. Junto com o professor da UFS Lourival Santana Santos, esteve então em Lisboa, Portugal, mas problemas de saúde o impediram de continuar, inadaptado ao clima do inverno europeu. Ao retornar, continuou sua faina de professor da rede pública estadual, mas passou a atuar no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Presidia o IHGSE, desde 1972, a professora Maria Thetis Nunes. Sua gestão estendeu-se por mais de trinta anos e enfrentou períodos de muita dificuldade, em que ela teve que adaptar as atividades do Instituto, para garantir-lhe a continuidade. Como mostra DANTAS (2012) até as reuniões de Diretoria escassearam; as sessões solenes se tornaram raras e a Revista não pôde cumprir regularmente a sua periodicidade. Em algumas fases o Instituto limitou-se a atender à rotina burocrática e se mantinha aberto para eventuais leitores e pesquisadores. Mas o mesmo autor considera que a qualidade



dos serviços burocráticos teve então uma grande melhoria com a chegada de Maria Benemérita Vilela em 1979, contratada como secretária administrativa e orientadora de pesquisa e, de 1982 a 1987, com a atuação de Pedrinho dos Santos. Ambos graduados em História, seus nomes são inscritos na história do Instituto pela elevada contribuição que prestaram à Casa de Sergipe. Como diz DANTAS (2012:330), “com esses quadros, Vilela e Santos, houve algumas providências no sentido de organizar a vida da instituição. Surgiram os relatórios anuais de atividades e houve ações reveladoras de zelo pelo patrimônio, tais como a expedição de ofícios pedindo aos sócios a devolução dos livros do IHGSE que guardavam em casa.”

Assim, por diligência de Benemérita Vilela e Pedrinho dos Santos, o IHGSE pôde realizar importantes ações de proteção ao acervo, apesar das inúmeras dificuldades. No caso de Santos, foram seis anos de atuação diligente, solícita e cuidadosa que colaborou de modo fundamental para que o Instituto mantivesse as atividades básicas, como casa receptiva aos que a procuravam para pesquisar ou simplesmente para ler livros e jornais do seu acervo: isto, como reconhece DANTAS, foi importante para a permanência das atividades, impedindo que o Instituto interrompesse a sua trajetória. Mas a atuação de Pedrinho dos Santos ultrapassou aquele período, pois ele continuou como sócio e até como membro da diretoria (primeiro secretário), emprestando apoio e trabalho à Casa de Sergipe. Das atividades do IHGSE uma das mais importantes é a publicação da sua Revista. O professor Pedrinho ajudou a mantê-la, com a organização de alguns números, como aconteceu com o número 33, relativo aos noventa anos do Instituto, que engloba o período 2000-2002 e que foi por ele organizado.

Não há dúvidas de que a passagem do homenageado pela Casa de Sergipe aumentou a sua intimidade com as fontes históricas e o preparou para voos mais altos. Ele tentaria um concurso para o Departamento de História da UFS, em que não foi bem-sucedido, mas em 1995, convidado por Luiz Antônio Barreto, foi trabalhar em outra casa de memória, a Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Esta, a instituição pública de cultura mais antiga de Sergipe, fundada em 1848, guarda um apreciável acervo de livros, jornais, fotografias,



revistas que passaram a ter em Pedrinho dos Santos o seu maior conhecedor. Ele praticamente fez da Biblioteca a sua própria casa, pois de lá só saía, praticamente, para ir dormir. Não era raro encontrá-lo no expediente estendido, pois quando havia eventos noturnos na Biblioteca, ele ainda podia ser visto lá. A mesma cortesia, o mesmo interesse pelo acervo o fazia figura notória da Biblioteca, a partir do seu birô imerso no acervo, no meio das estantes, respirando o mesmo ar dos livros de que cuidava.

Ainda em 1984 ele escrevera o trabalho “Instituições Culturais de Sergipe”, inédito, mas muito citado, revelando o conhecimento que acumulara no trato com essas instituições. Sua contribuição à Casa Afro Sergipana, de Severo D’Acelino, assim como às revistas e jornais já citados, é notória. Ele se tornou membro do Conselho Estadual de Cultura, do qual foi presidente, mas Pedrinho dos Santos surpreendeu como autor de livros, por ele mesmo financiados, os quais não vendia, nem apresentava em lançamentos. Decidiu publicar sempre com recursos próprios, os cinco livros com que brindou os amigos e interessados, declarando que o fazia “sem o constrangimento do patrocínio mendicante” (2006). Além de custear as edições, ele distribuía pacientemente os volumes que autografava com afeto e homenagens, enviando-os para a casa dos amigos, sempre carimbados com um “Venda Proibida. Oferta do Autor”.

O “mais humilde dos agrimensores da cultura sergipana”, como ele se intitulou num autógrafo que me fez, revelou-se pesquisador seguro, vasculhando arquivos aqui e alhures, anexando documentos na íntegra e apresentando novidades à discussão da historiografia sergipana. Em estilo seguro, atraente, ele destacou as características da luta entre chefes políticos de Japaratuba no movimento republicano em “A Proclamação da República na Missão de Japaratuba (1990) e estudou a vida do intelectual, maçom e militar laranjeirense Moreira Guimarães em “Moreira Guimarães, um sergipano filósofo do Brasil” (1996), curiosamente dedicado “Aos gays, lésbicas, travestis, negros e prostitutas que abertamente enfrentam e combatem os preconceitos de toda espécie, em todas as partes, em todos os tempos.”



Já no novo século Pedrinho dos Santos publicou, em 2006, “O comedor de Jia”, ensaio baseado em processo contra uma escrava, menor de idade, acusada de ter envenenado o seu senhor, o escrivo de órfãos de São Cristóvão, em 1849. É uma obra de caráter literário, mas que não deixa de apresentar documentação escrita e iconográfica. Já em 2010 ele lançou “A pena de morte em Sergipe e outros relatos da História” que trata das execuções de sentenças de morte na Província de Sergipe e em outros locais do Brasil. Motivou o autor a afirmativa corrente de que o Imperador Pedro II teria abolido a pena de morte no País a partir da execução de um réu inocente em Itabaiana, Sergipe. O autor, baseado em extensa pesquisa, contesta tal afirmação e em uma segunda edição da obra, em 2014, acrescenta novos documentos iconográficos e escritos.

Assim foi Pedrinho dos Santos, nome ligado às instituições de memória, ao ensino, à pesquisa histórica, à escrita da história. Três grandes casas de memória guardam, da passagem dele, a marca indelével. O Arquivo Público do Estado de Sergipe deu à sua Sala de Consultas o nome do professor; na Biblioteca Epifânio Dória a sua figura é inesquecível e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe reconhece, agradecido, o seu trabalho meritório. A obra de 2014 anunciou um próximo livro que não chegou a ser publicado, o que denuncia a existência de originais inéditos que indicam uma obra mais extensa. Vale a pena ler os escritos do professor Pedrinho dos Santos que, pelas características da personalidade do autor, ficaram à margem do circuito, sem vendas, sem lançamentos, com uma distribuição centralizada e limitada por recursos próprios. Pedrinho era cortês, discreto, humilde, prestativo e um militante da guarda da memória sergipana. Seus livros denunciam marcas do preconceito racial que enfrentou, ao tempo em que divulgam o que parece ter sido o objeto do seu amor maior: documentos históricos, dos quais ele foi também um guardião incansável.



Referências :

ANDRADE, Adailton. **Pedrinho dos Santos: “o guardião da História e Memória Sergipana”**. <https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot>. Acesso em 16/12/2021.

DANTAS, José Ibarê. **História da Casa de Sergipe (1912/2012)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe).

SANTOS, Pedrinho dos. **A Proclamação da República na Missão de Japarutuba**. Aracaju: Infographics, 1990.

_____. **Moreira Guimarães um sergipano filósofo do Brasil**. Aracaju: Edição do Autor, 1996.

_____. **O Comedor de Jia** . Aracaju: Edição do Autor, 2006.

_____. **A pena de morte em Sergipe e outros relatos da História**. Aracaju: Infographics, 2010.

_____. **A pena de morte em Sergipe e outros relatos da História**. 2 ed, Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2014.

